

Investindo no Desenvolvimento

Um Plano Prático para Atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Visão Geral

Projeto do Milênio das Nações Unidas

Jeffrey D. Sachs, Diretor

Coordenadores das forças-tarefa

Agnes Binagwaho
Nancy Birdsall
Jaap Broekmans
Mushtaque Chowdhury
Pietro Garau
Geeta Rao Gupta
Amina J. Ibrahim
Calestous Juma
Yolanda Kakabadse
Navarro
Lee Yee-Cheong
Roberto Lenton
Jeff McNeely

Don J. Melnick
Patrick Messerlin
Paula Munderi
Mari Pangestu
Allan Rosenfield
Josh Ruxin
Pedro A. Sanchez
Elliott D. Sclar
Burton Singer
M.S. Swaminathan
Awash Teklehaimanot
Albert Wright
Ernesto Zedillo

Secretariado

John W. McArthur,
Coordenador do Projeto
Chandrika Bahadur
Stan Bernstein

Yassine Fall
Eric Kashambu
Margaret Kruk
Guido Schmidt-Traub

Copyright © 2005

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Esta publicação deve ser citada como: Projeto do Milênio das Nações Unidas 2005. Investindo no Desenvolvimento: Um plano prático para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Visão Geral.

Fotos: Capa, do alto para baixo e da esquerda para a direita, Christopher Dowswell, Pedro Cote/PNUD, Giacomo Pirozzi/ Panos Pictures, Liba Taylor/Panos Pictures, Jørgen Schytte/PNUD, UN Photo Library, Giacomo Pirozzi/ UNICEF, Curt Carnemark/Banco Mundial, Pedro Cote/PNUD, Franck Charton/UNICEF, Paul Chesley/Getty Images, Ray Witlin/Banco Mundial, Pete Turner/Getty Images, B. Marquez/PNUD.

O Projeto do Milênio das Nações Unidas foi comissionado pelo Secretário-Geral da ONU e patrocinado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em nome do Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento. O relatório é uma publicação independente. Esta publicação não reflete necessariamente os pontos de vista das Nações Unidas, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, ou de seus Estados-Membro.

A edição, o design e a produção deste livro foram feitas por Communications Development Inc., Washington, D.C., e seu parceiro de design no Reino Unido, Grundy & Northedge.

Índice

<i>Prefácio</i>	<i>vi</i>
<i>Colaboradores</i>	<i>viii</i>
<i>Relatórios das Forças-tarefa</i>	<i>xi</i>
<i>Objetivos de Desenvolvimento do Milênio</i>	<i>xii</i>
<i>Dez recomendações fundamentais</i>	<i>xiv</i>
<i>1 Por que os Objetivos são importantes e porque não estamos avançando</i>	2
A base para a política de desenvolvimento internacional	4
Os meios para uma vida produtiva	4
Um pivô para a segurança global	6
Posição atual faltando apenas uma década	9
Por que o progresso é tão desigual	13
Quatro razões para a deficiência na consecução dos Objetivos	16
<i>2 Processos nacionais para atingir os Objetivos</i>	24
Planejando uma estratégia nacional para atingir os Objetivos	25
Trabalhando ao revés a partir das metas e prazos estabelecidos para 2015	26
Investimentos públicos prioritários para empoderar os pobres	27
Os elementos-chave para uma rápida expansão	34
Boa governança para atingir os Objetivos	39
<i>3 Recomendações para o apoio do sistema internacional aos processos nacionais</i>	40
Ajustando o sistema de ajuda	40
Medidas básicas para melhorar a prestação de ajuda	46
Uma inovação no comércio global	51
Bens públicos regionais e globais	52
A largada em 2005 — o lançamento de uma década de ambição audaciosa	55

4 Os custos e os benefícios de se atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 60

- Expandindo o pacote financeiro para atingir os Objetivos 61
 Os benefícios: o argumento a favor de uma década de ambição audaciosa 66

Notas 71

Referências 71

Agradecimentos 75

Quadros

- 1 O Consenso de Monterrey como base para uma parceria global 5
 2 Redução da pobreza e segurança global 7
 3 Os meios para uma vida produtiva 14
 4 Parceiros na busca dos Objetivos 19
 5 Prioridades de ODM para cada região 35
 6 Expandindo o sucesso 37
 7 O que as economias avançadas podem fazer para atingir os Objetivos 44
 8 A ajuda em grande escala funciona — quando prestada corretamente 45
 9 Diferenciando o apoio ao desenvolvimento de acordo com as necessidades do país 47
 10 Identificando os países elegíveis para o status de “Via Rápida” rumo aos ODM 56
 11 A meta de ajuda oficial ao desenvolvimento de 0,7 por cento e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 65

Gráfico

- 1 Aumento da renda nacional reduz o risco de guerra civil 8

Mapas

- 1 Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos, 2002 10
 2 Mortalidade Materna, 2000 11
 3 Parcela da população urbana que vive em assentamentos precários 12
 4 Índice de vulnerabilidade humana, 1980 23
 5 Consumo de fertilizantes, 2001 30
 6 Médicos por 1.000 pessoas 31
 7 Cobertura de medicamentos antiretrovirais 32
 8 Lacuna de financiamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, 2015 64

Tabelas

- 1 Principais tendências dos Objetivos, por região 3
 2 População vivendo abaixo da linha da pobreza 9
 3 Risco agrícola, risco de localização e risco de malária, por região 23

-
- 4 Recomendações para reformar a parceria para o desenvolvimento 41
 - 5 Estimativa de ajuda oficial ao desenvolvimento para apoio direto aos ODM e desenvolvimento de capacidades para os ODM, 2002 46
 - 6 Financiando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em Gana 62
 - 7 Custo estimado para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em todos os países 63
 - 8 Demanda plausível de ajuda oficial ao desenvolvimento para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 63
 - 9 Os benefícios da realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, por região 67
 - 10 Estimativas de fluxos e lacunas de ajuda oficial ao desenvolvimento dos membros do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento com base nos compromissos existentes 69

Prefácio

O Projeto do Milênio das Nações Unidas foi um empreendimento singular. Suas 10 Forças-tarefa, seu Secretariado e um amplo leque de participantes do meio acadêmico, do governo, das agências das Nações Unidas, das instituições financeiras internacionais, das organizações não-governamentais, das agências doadoras e do setor privado criaram uma rede mundial de técnicos e especialistas em desenvolvimento de um grande número de países, disciplinas e organizações. O Projeto foi viabilizado pelo compromisso, pelas habilidades e pelas convicções singulares dos coordenadores das Forças-tarefa, que conduziram seus grupos a abordarem algumas das questões de desenvolvimento mais desafiadoras de nossa geração, e pelos membros das Forças-tarefa, que dedicaram tanto do seu tempo. Este foi um esforço global, a serviço de uma grande causa global — os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Nosso Projeto tem sido um microcosmo de uma verdade maior: a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio requer uma parceria global apropriada para um mundo interconectado. O mundo realmente compartilha de um destino comum.

Este foi um trabalho de amor para os muitos participantes das Forças-tarefa e do Secretariado. Estes indivíduos doaram enormes quantidades de esforço e conhecimento ao projeto. Suas contribuições, muito além de qualquer expectativa razoável, acentuaram e fortaleceram imensamente as mensagens contidas nos diversos produtos do Projeto, incluindo este relatório, os relatórios finais das Forças-tarefa, as ferramentas recentemente desenvolvidas para avaliação de necessidades e o apoio consultivo para o planejamento focado nos ODM em vários países.

Eu acredito que todos os participantes contribuíram de tal maneira porque reconhecem a natureza especial deste esforço. Parte disso é a honra e o privilégio de trabalhar em nome do Secretário-Geral das Nações Unidas, o Sr. Kofi Annan, que lançou o Projeto do Milênio das Nações Unidas e que tem desempenhado

um papel ímpar na promoção da luta global contra a extrema pobreza. Outra parte é o prazer de trabalhar para e junto com o Administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Sr. Mark Malloch Brown, cuja tenacidade, visão e liderança têm guiado os esforços do Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDG) por vários anos. Também apreciamos, admiramos e nos beneficiamos dos líderes de outras agências das Nações Unidas, que dirigem equipes que salvam vidas e aliviam a carga da pobreza e do desespero ao redor do mundo todos os dias.

Um outro aspecto especial do Projeto é a oportunidade rara e poderosa de ajudar a dar voz às esperanças, aspirações e necessidades vitais das pessoas mais pobres e menos ouvidas do mundo. Conhecemos incontáveis heróis e heroínas do desenvolvimento nos três anos de nosso trabalho — nas vilas e favelas da África, da Ásia, da América Latina e de outras partes do mundo em desenvolvimento. Vimos as pessoas preservarem seu espírito, integridade, compromisso e esperança de futuro mesmo quando não tinham quase mais nada, quando circunstâncias trágicas as desproveram de saúde, educação, posses e meios de subsistência. O espírito humano, como testemunhamos em inúmeras ocasiões, é verdadeiramente invencível.

Este triunfo do espírito humano nos dá a esperança e a confiança de que a extrema pobreza pode ser reduzida pela metade até o ano 2015, e até mesmo eliminada totalmente nos próximos anos. A comunidade mundial dispõe de tecnologias, políticas, recursos financeiros e, o mais importante, de coragem e compaixão humana para fazer isto acontecer.

Jeffrey D. Sachs
Janeiro de 2005

Colaboradores

Este documento apresenta uma visão geral dos resultados e das recomendações do Projeto do Milênio das Nações Unidas, um órgão independente que assessorou o Secretário-Geral das Nações Unidas, o Sr. Kofi Annan. Somos gratos ao Secretário-Geral por iniciar e apoiar o Projeto do Milênio das Nações Unidas, por seu compromisso inabalável com o objetivo de redução global da pobreza, e por sua liderança notável e incansável do Sistema das Nações Unidas. Agradecemos também ao Sr. Mark Malloch Brown, Administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Presidente do Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento, por sua sábia orientação e apoio a cada etapa do projeto. Desejamos também expressar nosso profundo apreço aos membros do Comitê Executivo do Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento por seu apoio contínuo: Carol Bellamy, Fundo das Nações Unidas para a Infância; Jim Morris, Programa Mundial de Alimentos; e Thoraya Obaid, Fundo de População das Nações Unidas. Também somos gratos a Louise Fréchette, Secretária-Geral Adjunta; José Antonio Ocampo, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais; seu predecessor Nitin Desai; e Shashi Tharoor, Departamento de Informação Pública, por sua generosa orientação e aconselhamento.

Este relatório foi elaborado conjuntamente pelos coordenadores das 10 Forças-tarefa e do Secretariado do Projeto do Milênio das Nações Unidas, a partir de contribuições de centenas de acadêmicos, técnicos em desenvolvimento, cientistas, líderes políticos e formuladores de políticas públicas envolvidos desde o início do Projeto, em julho de 2002. Um grande número de associados e membros das Forças-tarefa ofereceram imensas contribuições a muitas partes deste relatório, incluindo Gabriella Carolini, Glenn Denning, Helen de Pinho, Philip Dobie, Lisa Dreier, Lynn Freedman, Caren Grown, Ruth Levine, Kristen Lewis, Joan Paluzzi, Robin Sears, Smita Srinivas, Yesim Tozan, Ron

Waldman, Paul Wilson e Nalan Yuksel. No Secretariado do Projeto do Milênio das Nações Unidas, Albert Hyunbae Cho, Michael Faye, Michael Krouse, Fatou Lo, Gordon McCord, Luis Javier Montero, Rohit Wanchoo, Emily White e Alice Wiemers trabalharam tempo integral ao longo de vários meses para prestar valiosa assistência em pesquisa. Erin Trowbridge ofereceu comentários e subsídios extremamente importantes. Prarthna Dayal, Rafael Flor, Maria Beatriz Orlando, Kelly Tobin, Brian Torpy e Haynie Wheeler também empregaram esforços essenciais no apoio às contribuições das Forças-tarefa.

Este relatório também integra diretamente muitas das idéias desenvolvidas pela Força-tarefa sobre Pobreza e Desenvolvimento Econômico, do Projeto do Milênio das Nações Unidas, incluindo muitas esboçadas em seu relatório intermediário de fevereiro de 2004. Os membros e associados da Força-tarefa sobre Pobreza e Desenvolvimento Econômico que contribuíram incluem Kwesi Botchwey, Haidari Amani, Ernest Aryeetey, George Cahuzac, Andrew Cassels, Jamie Drummond, Richard Freeman, Rebecca Grynspan, Pekka Haavisto, Aynul Hasan, Peter Heller, Macartan Humphreys, John Langmore, Ruth Jacoby, Carlos Jarque, Allan Jury, Eddy Lee, Zhu Ling, Thomas Merrick, Vijay Modi, John Okidi, Ha.z Pasha, Michael Platzer, Steven Radelet, Atiqur Rahman, Frederic Richard, Ana-Teresa Romero, Rabbi Royan, Ratna Sahay, Francisco Sercovich, Sudhir Shetty, David Simon, Suresh Tendulkar, Michael Usnick, Ashutosh Varshney e Xianbin Yao. Muitos escreveram documentos de apoio essenciais que formaram a base para seções importantes do texto. Estes incluem Philip Alston (direitos humanos), Macartan Humphreys e Ashutosh Varshney (conflitos), Vijay Modi (infra-estrutura rural), David Simon (fluxos de ajuda) e Steven Radelet (governança e ajuda oficial ao desenvolvimento). A Comissão Econômica para a África (junto com o PNUD Etiópia) e a Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (em colaboração com o PNUD Tailândia) sediaram as reuniões das forças-tarefa que deram origem a muitas das idéias apresentadas neste relatório.

O PNUD abrigou o Projeto do Milênio das Nações Unidas, além de fornecer contribuições financeiras, em espécie e intelectuais, instrumentais em nome do Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Por isso agradecemos a todos os membros da equipe de gestão sênior, incluindo Abdoulie Jannah, Rima Khala Hunaidi, Elena Martinez, Jan Mattson, Kalman Mizsei, Shoji Nishimoto, Hafiz Pasha, Julia Taft e suas respectivas equipes de departamento. Sob a liderança de Bruce Jenks, o Departamento de Recursos e Parcerias Estratégicas forneceu incansável apoio ao Projeto, particularmente através de Turhan Saleh, Amina Tirana e o restante da Unidade dos ODM. Mark Suzman do Gabinete do Administrador ofereceu doses diárias de conselhos pacientes e refletidos.

O Fundo Fiduciário do Milênio no PNUD foi apoiado por diversos governos e fundações e forneceu o apoio financeiro principal para o Projeto desde seu início, em 2002. O Projeto também é profundamente grato pelas contri-

buições da Fundação Ford, da Fundação Bill e Melissa Gates, da Fundação William e Flora Hewlett, da Fundação John D. e Catherine T. MacArthur, da Fundação David e Lucile Packard e do Instituto Open Society.

O Projeto do Milênio das Nações Unidas gostaria de agradecer especialmente ao Instituto da Terra da Universidade de Columbia por seu apoio intelectual, administrativo, financeiro e em espécie prestado ao Secretariado do Projeto e a muitas das Forças-tarefa. O projeto agradece também ao Centro para o Desenvolvimento Global, à Escola de Governo John F. Kennedy na Universidade de Harvard, ao Parceiros na Saúde, ao Centro Internacional de Pesquisa sobre Mulheres, à Escola de Saúde Pública Mailman da Universidade de Columbia e ao Centro de Estudos sobre Globalização de Yale por seu papel essencial no apoio às atividades das Forças-tarefa do Projeto.

O Projeto do Milênio das Nações Unidas tem uma dívida de gratidão com os funcionários do Sistema das Nações Unidas e membros de governos, sociedade civil e setor privado, numerosos demais para mencionar pelo nome, que contribuíram diretamente ou indiretamente para o relatório. Todos os erros e omissões são da responsabilidade dos autores.

Relatórios das Forças-tarefa

Força-tarefa sobre a Fome

Reduzindo a fome pela metade: é plenamente alcançável

Força-tarefa sobre Educação e Igualdade de Gênero

Pela educação primária universal: investimentos, incentivos e instituições

Força-tarefa sobre Educação e Igualdade de Gênero

Ação para atingir a igualdade de gênero e empoderar as mulheres

Força-tarefa sobre Saúde Infantil e Saúde Materna

Quem tem o poder? Transformando os sistemas de saúde para atender as mulheres e as crianças

Força-tarefa sobre HIV/AIDS, Malária, Tuberculose e Acesso a Medicamentos Essenciais, Grupo de Trabalho sobre HIV/AIDS

Combatendo a AIDS no mundo em desenvolvimento

Força-tarefa sobre HIV/AIDS, Malária, Tuberculose e Acesso a Medicamentos Essenciais, Grupo de Trabalho sobre Malária

Lidando com a malária no novo milênio

Força-tarefa sobre HIV/AIDS, Malária, Tuberculose e Acesso a Medicamentos Essenciais, Grupo de Trabalho sobre Tuberculose

Investindo em estratégias para reverter a incidência global da tuberculose

Força-tarefa sobre HIV/AIDS, Malária, Tuberculose e Acesso a Medicamentos Essenciais, Grupo de Trabalho sobre Acesso a Medicamentos Essenciais

Receita para o desenvolvimento saudável: aumentando o acesso a medicamentos

Força-tarefa sobre Sustentabilidade Ambiental

Meio ambiente e bem estar humano: uma estratégia prática

Força-tarefa sobre Água e Saneamento

Saúde, dignidade e desenvolvimento: o que é preciso?

Força-tarefa sobre Melhoria das Vidas dos Moradores de Assentamentos Precários

Um lar na cidade

Força-tarefa sobre Comércio

Comércio para o desenvolvimento

Força-tarefa sobre Ciência, Tecnologia e Inovação

Inovação: aplicando o conhecimento no desenvolvimento

Objetivo 1**Eradicar a
extrema pobreza
e a fome****Meta 1**

Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a um dólar PPC por dia

Meta 2

Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome

Objetivo 2**Atingir o ensino
básico universal****Meta 3**

Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino básico

Objetivo 3**Promover a igualdade
entre os sexos e a
autonomia das mulheres****Meta 4**

Eliminar a disparidade entre os sexos no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, a mais tardar até 2015

Objetivo 4**Reduzir a
mortalidade infantil****Meta 5**

Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos

Objetivo 5**Melhorar a
saúde materna****Meta 6**

Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna

Objetivo 6**Combater o
HIV/AIDS, a
malária e outras
doenças****Meta 7**

Até 2015, ter detido a propagação do HIV/AIDS e começado a inverter a tendência atual

Meta 8

Até 2015, ter detido a incidência da malária e de outras doenças importantes e começado a inverter a tendência atual

Objetivo 7

Garantir a sustentabilidade ambiental

Meta 9.

Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais

Meta 10.

Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável segura e ao saneamento básico

Meta 11.

Até 2020, ter alcançado uma melhora significativa nas vidas de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados

Objetivo 8

Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento

Meta 12.

Avançar no desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório (inclui compromisso com a boa governança, o desenvolvimento e a redução da pobreza – nacional e internacionalmente)

Meta 13.

Atender as necessidades especiais dos países menos desenvolvidos (inclui um regime isento de direitos e não sujeito a quotas para as exportações dos países menos desenvolvidos; um programa reforçado de redução da dívida dos países pobres muito endividados (PPME) e anulação da dívida bilateral oficial; e uma ajuda oficial ao desenvolvimento mais generosa aos países empenhados na luta contra a pobreza)

Meta 14.

Atender às necessidades especiais dos países sem acesso ao mar e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento (mediante o Programa de Ação para o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e as conclusões da vigésima segunda sessão extraordinária da Assembleia Geral)

Meta 15.

Tratar globalmente o problema da dívida dos países em desenvolvimento, mediante medidas nacionais e internacionais de modo a tornar a sua dívida sustentável a longo prazo.

Alguns dos indicadores a seguir são monitorados em separado para os países menos desenvolvidos (PMD), para os países africanos, países sem acesso ao mar e para os pequenos estados insulares em vias de desenvolvimento

Meta 16.

Em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e executar estratégias que permitam que os jovens obtenham um trabalho digno e produtivo

Meta 17.

Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais a preços acessíveis, nos países em vias de desenvolvimento

Meta 18.

Em cooperação com o setor privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial das tecnologias de informação e de comunicações

Dez recomendações fundamentais

Recomendação 1

Os governos dos países em desenvolvimento devem adotar estratégias de desenvolvimento suficientemente ambiciosas para atingir as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) até 2015. Nós as chamamos de estratégias de redução da pobreza baseadas nos ODM. Para cumprir as metas até 2015, recomendamos que todos os países estabeleçam estas estratégias até 2006. Caso já existam Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza (PRSP), estes devem ser alinhados com os ODM.

Recomendação 2

As estratégias de redução da pobreza baseadas nos ODM devem ser a base para a expansão de investimentos públicos, capacitação, mobilização de recursos nacionais e ajuda oficial ao desenvolvimento. Elas também devem fornecer uma estrutura para fortalecer a governança, promover os direitos humanos, envolver a sociedade civil e promover o setor privado. As estratégias de redução da pobreza baseadas nos ODM devem:

- Partir de uma avaliação dos investimentos e das políticas necessárias para atingir os Objetivos até 2015.
- Detalhar investimentos, políticas e orçamentos nacionais para os próximos 3 a 5 anos.
- Focar a produtividade rural, a produtividade urbana, a saúde, a educação, a igualdade de gênero, água e saneamento, sustentabilidade ambiental e ciência, tecnologia e inovação.
- Focar os resultados da saúde e da educação de mulheres e meninas (inclusive sua saúde reprodutiva), seu acesso a oportunidades econômicas e políticas, seu direito de controlar recursos e sua liberdade da violência.
- Promover mecanismos para a governança transparente e descentralizada.
- Incluir estratégias operacionais para expansão, como treinamento e retenção de trabalhadores qualificados.
- Envolver organizações da sociedade civil no processo decisório e na prestação de serviços e fornecer recursos para monitoramento e avaliação.
- Elaborar uma estratégia de promoção do setor privado e uma estratégia de geração de renda para pessoas pobres.
- Ser projetadas, conforme necessário, para atender as necessidades especiais dos países sem acesso ao mar, dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, dos países menos desenvolvidos e dos Estados mais frágeis.
- Mobilizar aumento de recursos nacionais da ordem de até quatro pontos percentuais do PNB até 2015.
- Calcular a necessidade de ajuda oficial ao desenvolvimento.
- Descrever uma "estratégia de saída" para acabar com a dependência da ajuda externa, conforme a situação do país.

Nota: Recomendações para políticas e investimentos específicos por setor são resumidas neste relatório e apresentadas na íntegra nos relatórios individuais das Forças-tarefa do Projeto do Milênio das Nações Unidas.

Recomendação 3

Os governos dos países em desenvolvimento devem elaborar e implementar estratégias de redução de pobreza baseadas nos ODM através de processos transparentes e inclusivos, trabalhando em estreita colaboração com organizações da sociedade civil, o setor privado nacional e os parceiros internacionais.

- As organizações da sociedade civil devem contribuir ativamente na formulação de políticas, prestação de serviços e monitoramento do progresso.
- As empresas e organizações do setor privado devem contribuir ativamente na formulação de políticas, em iniciativas para garantir a transparência e, quando apropriado, em parcerias público-privadas

Recomendação 4

Os doadores internacionais devem identificar pelo menos uma dúzia de países elegíveis para o status “Via Rápida” rumo aos ODM, para um rápido incremento da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) em 2005, reconhecendo que muitos países já estão prontos para um aumento significativo da AOD graças a sua boa governança e capacidade de absorção.

Recomendação 5

Países desenvolvidos e em desenvolvimento devem juntos lançar em 2005 um conjunto de Ações de Impacto Rápido para salvar e melhorar milhões de vidas e para promover o crescimento econômico. Devem também lançar um grande esforço para construir capacidade no nível comunitário.

As Ações de Impacto Rápido incluem, mas não se limitam a:

- Distribuição gratuita em massa de mosquiteiros e medicamentos eficazes contra a malária para todas as crianças em regiões de transmissão da malária até o final de 2007.
- Eliminação das taxas de usuário em escolas primárias e serviços de saúde essenciais, compensando com o aumento de ajuda dos doadores conforme a necessidade, até o final de 2006.
- Conclusão bem sucedida da campanha "3 by 5" para colocar 3 milhões de pacientes com AIDS em países em desenvolvimento em tratamento antiretroviral até o final de 2005.
- Expansão da cobertura dos programas de refeições escolares de forma a alcançar todas as crianças em locais onde há fome, usando alimentos produzidos localmente, até o final de 2006.
- Extensa reposição dos nutrientes do solo para pequenos agricultores em terras com solo esgotado, através de distribuição gratuita ou subsidiada de fertilizantes químicos e sistemas agroflorestais, até o final de 2006.

O amplo programa de treinamento dos trabalhadores comunitários deve buscar garantir que, até 2015, cada comunidade local tenha:

- Capacidade em saúde, educação, agricultura, nutrição, infra-estrutura e gestão ambiental.
- Capacidade em gestão do setor público.
- Treinamento apropriado para promover a igualdade de gênero e participação.

Recomendação 6

Os governos dos países em desenvolvimento devem alinhar estratégias nacionais com iniciativas regionais como a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África e da Comunidade Caribenha (e Mercado Comum), e os grupos regionais devem receber mais apoio direto dos doadores para projetos regionais. Os grupos de desenvolvimento regional devem:

- Ser apoiados na identificação, planejamento e implementação de projetos transfronteiriços prioritários de infra-estrutura (estradas, ferrovias, gestão de recursos hídricos).
- Receber apoio direto dos doadores para a implementação de projetos transfronteiriços.
- Ser incentivados para introduzirem e implementarem mecanismos de avaliação por pares para promover as melhores práticas e a boa governança.

Recomendação 7

Os países de alta renda devem aumentar a ajuda oficial ao desenvolvimento (AOD) de 0,25 por cento do PNB dos países doadores em 2003 para 0,44 por cento em 2006 e 0,54 por cento em 2015, para apoiar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio principalmente nos países de baixa renda, com aumento da qualidade da AOD (incluindo ajuda que seja harmonizada, previsível e em sua maior parte prestada na forma de doações para reforço orçamentário). Cada doador deve atingir 0,7 por cento até 2015 para apoiar os Objetivos e outras prioridades da assistência ao desenvolvimento. O alívio da dívida deve ser mais abrangente e generoso.

- A AOD deve ser baseada em necessidades reais para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e no fato de vários países estarem preparados para empregar a AOD eficazmente.
- Os critérios para avaliar a sustentabilidade da carga da dívida de um país devem ser consistentes com a consecução dos Objetivos.
- A ajuda deve ser orientada para apoiar a estratégia de redução da pobreza baseada nos ODM, e não para apoiar projetos dirigidos pelos doadores.
- Os doadores devem mensurar e informar a parcela de sua AOD que apoia o aumento dos investimentos relacionados aos ODM.
- Os países de renda média também devem buscar oportunidades de se tornarem prestadores de AOD e de oferecer apoio técnico aos países de baixa renda.

Recomendação 8

Os países de alta renda devem abrir seus mercados para as exportações dos países em desenvolvimento através da Rodada Comercial de Doha e ajudar os Países Menos Desenvolvidos a aumentar a competitividade das exportações através de investimentos em infra-estrutura essencial relacionada ao comércio, incluindo eletricidade, estradas e portos. A Agenda de Desenvolvimento de Doha deve ser cumprida e a Rodada de Doha deve ser concluída até 2006.

Recomendação 9

Os doadores internacionais devem mobilizar apoio para pesquisa e desenvolvimento científico global para atender as necessidades especiais dos pobres nas áreas de saúde, agricultura, gestão ambiental e de recursos naturais, energia e clima. Estimamos que as necessidades totais aumentem para aproximadamente \$7 bilhões por ano até 2015.

Recomendação 10

O Secretário-Geral das Nações Unidas e o Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento devem fortalecer a coordenação das agências, dos fundos e dos programas das Nações Unidas para apoiar os ODM no nível central e nos países. Os Escritórios Locais das Nações Unidas devem ser fortalecidos e devem trabalhar em estreita colaboração com as instituições financeiras internacionais para apoiar os Objetivos.

- Os Escritórios Locais das Nações Unidas devem ser adequadamente supridos de capacitação, pessoal e recursos financeiros para apoiar os países do programa a atingirem os Objetivos.
- O Escritório Local das Nações Unidas e as instituições financeiras internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, bancos de desenvolvimento regional) devem trabalhar em estreita colaboração no país para melhorar a qualidade da assessoria técnica.

Investindo no Desenvolvimento

Um Plano Prático para
Atingir os Objetivos de
Desenvolvimento do Milênio
Visão Geral

Temos a oportunidade na próxima década de reduzir a pobreza no mundo pela metade. Bilhões de pessoas poderiam usufruir dos frutos da economia global. Dez milhões de vidas podem ser salvas. As soluções práticas existem. A estrutura política está estabelecida. E, pela primeira vez, o custo é totalmente viável. Quaisquer que sejam as motivações para atacar a crise da extrema pobreza – direitos humanos, valores religiosos, segurança, prudência fiscal, ideologia – as soluções são as mesmas. Só é necessário ação.

Este relatório faz recomendações sobre como avançar. Ele traça um caminho para a consecução dessa ambição audaciosa. Descreve como atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) estabelecem para o mundo metas quantificadas e prazos para atacar a extrema pobreza em suas múltiplas dimensões - pobreza de renda, fome, doença, falta de moradia adequada e exclusão – ao mesmo tempo que promovem a igualdade de gênero, a educação e a sustentabilidade ambiental. São também direitos humanos básicos - os direitos de cada pessoa no planeta à saúde, à educação, à moradia e à segurança, como prometido na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Declaração do Milênio das Nações Unidas.

Como será o mundo em 2015 se os Objetivos forem alcançados? Mais de 500 milhões de pessoas serão removidas da extrema pobreza. Mais de 300 milhões não sofrerão mais de fome. Haverá também um progresso dramático na saúde infantil. Ao invés de morrerem antes dos cinco anos de idade, 30 milhões de crianças serão salvas. Bem como as vidas de mais de 2 milhões de mães.

Há mais. Atingir os Objetivos significará que 350 milhões de pessoas passarão a ter acesso a água potável segura e 650 milhões de pessoas passarão a usufruir dos benefícios do saneamento básico, o que permitirá que vivam com mais saúde e dignidade. Centenas de milhões de mulheres e meninas a mais passarão a frequentar a escola, terão acesso a oportunidades econômicas e políticas e terão mais proteção e segurança. Por trás desses números imensos estão as vidas e as esperanças das pessoas que buscam novas oportunidades de acabar com a pesada carga da pobreza e de contribuir para o crescimento e a renovação econômica.

Muitos países estão no caminho para atingir pelo menos alguns dos Objetivos até o ano indicado, 2015. Contudo, grandes regiões ainda estão bem distantes (tabela 1). A África Subsaariana, mais dramaticamente, está numa espiral descendente no que se refere a AIDS, ressurgimento da malária, redução do consumo de alimentos por pessoa, deterioração das condições de moradia e

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio constituem as metas de redução da pobreza mais amplamente apoiadas, mais abrangentes e mais específicas que o mundo já estabeleceu

degradação ambiental, de modo que a maioria dos países africanos está muito distante da consecução da maioria ou de todos os Objetivos. A mudança climática pode piorar a situação aumentando a insegurança alimentar, espalhando doenças causadas por vetores e aumentando a probabilidade de desastres naturais. Em algumas partes da África, a redução da chuva já provocou o caos. Entrementes, para alguns Objetivos, como a redução da mortalidade materna e reversão da perda de recursos ambientais, a maior parte do mundo não está avançando. A meta inicial para a paridade de gênero na educação primária e secundária – a ser atingida em 2005 – não será cumprida em muitos países.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio são importantes demais para fracassarem. É hora de empregar a agilidade e rapidez que eles requerem e merecem. O ano de 2005 deve inaugurar uma década de ação audaciosa. Com base no trabalho realizado por mais de 250 dos principais técnicos e especialistas em desenvolvimento do mundo ao longo dos últimos dois anos, no contexto do Projeto do Milênio das Nações Unidas, este relatório apresenta um plano prático para atingir os Objetivos. Ao longo de todo o relatório, enfatizamos que as tecnologias específicas para atingir os Objetivos são conhecidas. O que é necessário é a sua aplicação na escala correta. Nesse sentido, apresentamos 10 recomendações fundamentais no início do relatório. Uma análise mais elaborada e recomendações detalhadas são apresentadas nos 13 relatórios temáticos das Forças-tarefa que formam a base deste plano.

Esta visão geral tem quatro partes. A primeira descreve por que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio são importantes e o progresso desigual na sua consecução até agora. Depois, o relatório oferece um diagnóstico de por que o progresso tem sido tão desigual nas diferentes regiões e nos diferentes Objetivos. A segunda parte apresenta recomendações a serem implementadas no nível nacional, focando os processos, investimentos, políticas e estratégias de expansão necessárias para atingir os Objetivos. A terceira parte fornece recomendações para orientar o apoio do sistema internacional aos processos nacionais. A quarta estima os custos e o benefícios de se atingir os Objetivos, projetando os milhões de vidas que poderiam ser salvas – e bilhões de vidas melhoradas através de um aumento viável porém substancial de investimentos ao redor do mundo.

1 Por que os Objetivos são importantes e por que não estamos avançando

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio constituem as metas de redução da pobreza mais amplamente apoiadas, mais abrangentes e mais específicas que o mundo já estabeleceu, por isso sua importância é múltipla. Para o sistema político internacional, constituem a estrutura que sustenta a política de desenvolvimento. Para mais de um bilhão de pessoas que vivem na extrema pobreza, representam os meios para uma vida produtiva. Para todo o planeta, constituem o pivô para um mundo mais seguro e pacífico.

Tabela 1
Principais tendências dos
Objetivos, por região

	África		Ásia				Oceania	América Latina e Caribe	Comunidade dos Estados Independentes	
	Norte	Subsaariana	Oriental	Sudoeste	Sul	Ocidental			Europa	Ásia
Objetivo 1 Erradicar a extrema pobreza e a fome										
Reduzir pela metade a extrema pobreza	a caminho	alto, sem mudança	atingido	a caminho	a caminho	umentando	sem dados	baixo, melhoria mínima	umentando	umentando
Reduzir pela metade a fome	alto, sem mudança	muito alto, pouca mudança	progresso, mas atrasado	progresso, mas atrasado	progresso, mas atrasado	umentando	moderado, nenhuma mudança	a caminho	baixo, nenhuma mudança	umentando
Objetivo 2 Atingir o ensino básico universal										
Ensino básico universal ^a	a caminho	progresso, mas atrasado	a caminho	atrasado	progresso, mas atrasado	alto mas nenhuma mudança	progresso, mas atrasado	a caminho	diminuindo	a caminho
Objetivo 3 Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres										
Igualdade no nº de matrículas de meninas e meninos no ensino primário	a caminho	progresso, mas atrasado	atingido	a caminho	progresso, mas atrasado	progresso, mas atrasado	a caminho	a caminho	atingido	a caminho
Igualdade no nº de matrículas de meninas e meninos no ensino secundário	atingido	progresso, mas atrasado	sem dados	atingido	progresso, mas atrasado	pouca mudança	progresso, mas atrasado	a caminho	atingido	atingido
Paridade de alfabetização entre mulheres e homens jovens	atrasado	atrasado	atingido	atingido	atrasado	atrasado	atrasado	atingido	atingido	atingido
Igualdade na representação das mulheres nos parlamentos nacionais	progresso, mas atrasado	progresso, mas atrasado	diminuindo	progresso, mas atrasado	muito baixo, algum progresso	muito baixo, nenhuma mudança	progresso, mas atrasado	progresso, mas atrasado	progresso recente	diminuindo
Objetivo 4 Reduzir a mortalidade infantil										
Reduzir em dois terços a mortalidade dos menores de cinco anos	a caminho	muito alto, nenhuma mudança	progresso, mas atrasado	a caminho	progresso, mas atrasado	moderado, nenhuma mudança	moderado, nenhuma mudança	a caminho	baixo, nenhuma mudança	umentando
Imunização contra sarampo	atingido	atingido	sem dados	a caminho	progresso, mas atrasado	a caminho	diminuindo	atingido	atingido	atingido
Objetivo 5 Melhorar a saúde materna										
Reduzir em três quartos a mortalidade materna	moderado	muito alto	baixo	alto	muito alto	moderado	alto	moderado	baixo	baixo
Objetivo 6 Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças										
Deter e reverter a propagação do HIV/AIDS	sem dados	estável	umentando	estável	umentando	sem dados	umentando	estável	umentando	umentando
Deter e reverter a propagação da malária	baixo	alto	moderado	moderado	moderado	baixo	baixo	moderado	baixo	baixo
Deter e reverter a propagação da tuberculose	baixo, diminuindo	alto, aumentando	moderado, diminuindo	alto, diminuindo	alto, diminuindo	baixo, diminuindo	alto, aumentando	baixo, diminuindo	moderado, aumentando	moderado, aumentando
Objetivo 7 Garantir a sustentabilidade ambiental										
Reverter a perda das florestas	menos de 1% de floresta	diminuindo	atingido	diminuindo	pequena diminuição	menos de 1% de floresta	diminuindo	diminuindo, exceto Caribe	atingido	atingido
Reduzir pela metade a parcela da população sem acesso a água potável segura nas áreas urbanas	atingido	nenhuma mudança	diminuição no acesso	alto acesso, nenhuma mudança	atingido	atingido	alto acesso, nenhuma mudança	atingido	atingido	atingido
Reduzir pela metade a parcela da população sem acesso a água potável segura nas áreas rurais	alto acesso, pouca mudança	progresso, mas atrasado	progresso, mas atrasado	progresso, mas atrasado	a caminho	progresso, mas atrasado	baixo acesso, nenhuma mudança	progresso, mas atrasado	alto acesso, mudança limitada	alto acesso, mudança limitada
Reduzir pela metade a população sem saneamento nas áreas urbanas	a caminho	baixo acesso, nenhuma mudança	progresso, mas atrasado	a caminho	a caminho	atingido	alto acesso, nenhuma mudança	alto acesso, nenhuma mudança	alto acesso, nenhuma mudança	alto acesso, nenhuma mudança
Reduzir pela metade a população sem saneamento nas áreas rurais	progresso, mas atrasado	nenhuma mudança	progresso, mas atrasado	progresso, mas atrasado	progresso, mas atrasado	nenhuma mudança	nenhuma mudança	progresso, mas atrasado	pouca mudança	pouca mudança
Melhorar as condições de vida nos assentamentos precários	a caminho	números aumentando	progresso, mas atrasado	a caminho	algum progresso	números aumentando	sem dados	progresso, mas atrasado	baixo, mas nenhuma mudança	baixo, mas nenhuma mudança
Objetivo 8 Uma parceria global para o desenvolvimento										
Desemprego dos jovens	alto, nenhuma mudança	alto, nenhuma mudança	baixo, aumentando	aumentando rapidamente	baixo, aumentando	alto, aumentando	baixo, aumentando	aumentando	baixo, aumentando rapidamente	baixo, aumentando rapidamente

■ alcançado ou a caminho ■ progresso, mas muito lento ■ nenhuma ou mudança negativa □ sem dados

a. Resultados baseados em mensuração de taxa de matrícula. Os resultados podem mudar se forem baseados em mensuração de taxas de conclusão do ensino básico. Por exemplo, as taxas de conclusão estimadas na América Latina revelam que 8 a 10% da população em idade escolar não concluirá o ensino básico, o que significa que a região não está a caminho de atingir o objetivo de ensino básico universal.

Para mais de um bilhão de pessoas que ainda vivem na extrema pobreza, os ODM são uma questão de vida ou morte

A base para a política de desenvolvimento internacional

Na Cúpula do Milênio em setembro de 2000, a maior reunião de líderes mundiais na história adotou a Declaração do Milênio das Nações Unidas, comprometendo suas nações numa parceria global para reduzir a pobreza, melhorar a saúde e promover a paz, os direitos humanos, a igualdade de gênero e a sustentabilidade ambiental. Logo depois, os líderes mundiais encontraram-se novamente na Conferência Internacional de março de 2002 sobre Financiamento para o Desenvolvimento, em Monterrey, México, estabelecendo um marco de referência para balizar a parceria global de desenvolvimento, no qual os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento concordaram em adotar ações conjuntas para reduzir a pobreza (quadro 1). Mais tarde no mesmo ano, os Estados-membro das Nações Unidas reuniram-se na Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo, África do Sul, onde reafirmaram os Objetivos como as metas de desenvolvimento já apazadas para o mundo.

Os meios para uma vida produtiva

Para mais de um bilhão de pessoas que ainda vivem ainda na extrema pobreza, os ODM são uma questão de vida ou morte. A extrema pobreza pode ser definida como a “pobreza que mata”, privando indivíduos dos meios de permanecer vivos diante da fome, da doença e dos perigos ambientais. Quando os indivíduos sofrem de extrema pobreza e carecem de uma renda mínima para suprir suas necessidades básicas, um único episódio de doença, ou uma seca, ou uma praga que destrua uma colheita podem representar a diferença entre a vida e a morte. Nas famílias que sofrem de extrema pobreza, a expectativa de vida muitas vezes é a metade daquela do mundo rico, 40 anos em vez de 80. É comum que de cada 1.000 crianças nascidas vivas, mais de 100 morram antes de seu quinto aniversário, comparadas com menos de 10 no mundo rico. Uma criança que nasce hoje na África Subsaariana tem uma chance de apenas um terço de sobreviver até 65 anos de idade.

Os Objetivos são fins em si mesmos, mas para estas famílias são também insumos de capital - meios para uma vida produtiva, para o crescimento econômico e para desenvolvimento adicional. Um trabalhador mais saudável é um trabalhador mais produtivo. Um trabalhador com mais estudo é um trabalhador mais produtivo. A melhoria da infra-estrutura de água e saneamento aumenta a produção per capita de várias maneiras, como por exemplo na redução de doenças. Portanto, muitos dos Objetivos são parte da acumulação de capital, definida amplamente, bem como objetivos desejáveis por si mesmos.

Os Objetivos para a fome e a doença são parte do capital humano. Os Objetivos para água e saneamento e para os habitantes de assentamentos precários são parte da infra-estrutura. O Objetivo para a sustentabilidade ambiental é parte do capital natural. O primeiro Objetivo para a pobreza de renda é parte do crescimento econômico. E uma vez que o cumprimento dos Objetivos para a fome, a educação, a igualdade de gênero, o meio ambiente e a saúde são vitais para o

Quadro 1
O consenso de
Monterrey como
base para uma
parceria global

O Consenso de Monterrey oferece um marco valioso para a ação, embora muitos de seus compromissos-chave ainda não tenham sido cumpridos. Seis destaques importantes são:

Primeiramente, o mundo comprometido com uma agenda de desenvolvimento de amplas bases:

“Nosso objetivo é erradicar a pobreza, atingir o crescimento econômico sustentado e promover o desenvolvimento sustentável à medida que avançamos rumo a um sistema econômico global plenamente inclusivo e equitativo.”

Em segundo lugar, o mundo reconheceu a necessidade de uma nova parceria entre países ricos e pobres baseada na boa governança e na expansão do comércio, da ajuda oficial e do alívio da dívida externa:

“A consecução das metas de desenvolvimento acordadas internacionalmente, inclusive aquelas contidas na Declaração do Milênio, exige uma nova parceria entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Nos comprometemos a adotar políticas racionais, promover a boa governança em todos os níveis e a respeitar o estado de direito. Também nos comprometemos a mobilizar nossos recursos internos, atrair fluxos financeiros internacionais, promover o comércio internacional como um motor para o desenvolvimento, aumentar a cooperação financeira e técnica internacional para o desenvolvimento, promover um financiamento sustentável da dívida, adotar medidas de alívio da dívida externa e aumentar a coerência e a consistência dos sistemas monetários, financeiros e comerciais internacionais.”

Em terceiro lugar, o Consenso de Monterrey fez uma distinção entre países em desenvolvimento que possuem infra-estrutura adequada e capital humano para atrair investimento privado (principalmente países de renda média) e aqueles que têm que contar com ajuda oficial ao desenvolvimento para desenvolver infra-estrutura e capital humano (principalmente países de baixa renda e especialmente Países Menos Desenvolvidos):

“A ajuda oficial para o desenvolvimento (AOD) desempenha um papel essencial como complemento de outras fontes de financiamento para o desenvolvimento, em particular nos países com menos capacidade de atrair investimento direto privado. A AOD pode ajudar os países a mobilizar um volume adequado de recursos internos em um prazo apropriado, melhorando seu capital humano e aumentando sua capacidade produtiva e de exportação. A AOD também pode contribuir de maneira decisiva para melhorar o ambiente para as atividades do setor privado e assim preparar o terreno para um crescimento vigoroso. A AOD também é um instrumento crucial para a educação, a saúde, o desenvolvimento da infra-estrutura pública, a agricultura, o desenvolvimento rural e para aumentar a segurança alimentar.”

Em quarto, o Consenso de Monterrey identificou diversas regiões onde a AOD é particularmente necessária para a realização dos Objetivos:

“Para muitos países da África, países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e países em desenvolvimento sem acesso ao mar, a AOD representa ainda a maior fonte de financiamento externo e é indispensável para se alcançar as metas e objetivos de desenvolvimento contidos na Declaração do Milênio e outros objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente.”

Em quinto, o Consenso de Monterrey reconheceu que aumentos substanciais de AOD seriam portanto necessários, e os países doadores se comprometeram a fornecer esses recursos adicionais, inclusive cumprindo a meta original de 0,7 por cento do PIB:

“Reconhecemos que será necessário aumentar substancialmente a AOD e outros recursos para que os países em desenvolvimento possam alcançar as metas e objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente, incluindo aqueles contidos na Declaração do Milênio. Para aumentar o apoio à AOD, iremos colaborar para melhorar as políticas e estratégias de desenvolvimento, tanto no nível nacional como internacional, de forma a aumentar a eficácia dessa ajuda.

Quadro 1

O Consenso de Monterrey como base para uma parceria global

Nesse contexto, incitamos os países desenvolvidos que ainda não o fizeram a adotar medidas concretas para dedicar 0,7 por cento do seu Produto Interno Bruto (PIB) como AOD para os países em desenvolvimento.”

Em sexto lugar, o Consenso de Monterrey destacou que o comércio é um motor essencial do crescimento e que os países de baixa renda precisam de dois tipos de ajuda para melhorar o comércio: maior acesso aos mercados de alta renda e recursos financeiros para eliminar restrições de oferta através de investimentos em infra-estrutura, tecnologia e instituições comerciais:

“Em cooperação com os governos interessados e suas instituições financeiras e com vistas a apoiar mais firmemente as medidas adotadas pelos países para aproveitar as oportunidades de comércio e integrá-los eficazmente ao sistema comercial multilateral, convidamos as instituições financeiras e de desenvolvimento multilaterais e bilaterais a ampliar e coordenar seus esforços para eliminar gradualmente as limitações do lado da oferta e a destinar mais recursos para essa finalidade; melhorar a infra-estrutura de comércio; diversificar a capacidade de exportação e apoiar um aumento no conteúdo tecnológico das exportações; fortalecer o desenvolvimento institucional e estimular a produtividade e a competitividade em geral.”

Com estes seis princípios, o Consenso de Monterrey fornece uma abordagem equilibrada ao crescimento econômico e à realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (UN 2000: parágrafos 1, 4, 39, 41, 42 e 36). O Projeto do Milênio das Nações Unidas apóia estes princípios equilibrados. Neste documento, os utilizamos como base para recomendar as etapas práticas que podem resultar na consecução dos Objetivos.

crescimento econômico e o desenvolvimento em geral, é um erro considerar simplesmente a taxa de crescimento econômico necessária para atingir os Objetivos em um país. É mais útil, principalmente para os países mais pobres presos na estagnação econômica, descrever o escopo e os níveis de investimentos necessários para atingir as metas e assim apoiar o crescimento econômico geral.

Um pivô para a segurança global

Os Objetivos não apenas refletem a justiça global e os direitos humanos – eles são também vitais para a segurança e a estabilidade no plano internacional e nacional, como destacou o Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança. As sociedades pobres e com fome são muito mais propensas do que sociedades de alta renda a se envolverem em disputas por recursos vitais escassos, como poços de água e terra cultivável - e por recursos naturais escassos como petróleo, diamantes e madeira. Muitos líderes mundiais nos últimos anos enfatizaram com razão a poderosa relação entre a redução da pobreza e a segurança global (quadro 2). A consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio deve, portanto, ser colocada no centro dos esforços internacionais para eliminar os conflitos violentos, a instabilidade e o terrorismo. Conforme recomenda o Painel de Alto Nível, os países que aspiram à liderança global através de assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas têm uma responsabilidade especial na promoção dos Objetivos, assim como no cumprimento dos compromissos internacionais de ajuda oficial ao desenvolvimento e outros tipos de apoio essenciais para sua consecução. Endossamos o critério recomendado pelo Painel de 0,7 por cento do PIB em ajuda oficial ao desenvolvimento para países desenvolvidos que almejam assento permanente.

Quadro 2

Redução da pobreza e segurança global

Muitos líderes mundiais já ressaltaram o fato de que a luta pela segurança global - para acabar com a guerra, a violência interna, o terror e outros males da instabilidade profunda - requer também sucesso na batalha contra a pobreza. Eis algumas de suas declarações, enfatizando o amplo consenso que existe em relação a esse ponto de vital importância.

Rei Abdullah da Jordânia, 23 de janeiro de 2004

“Oportunidade é uma força poderosa para dar às pessoas uma chance para um futuro de paz. Está em nossas mãos criar uma economia global de crescimento, acesso à educação e à tecnologia, e, o mais importante, à justiça, para mostrar aos jovens que nosso mundo é um mundo de equidade, abertura e esperança. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio precisam ser reforçados com novos marcos referenciais para avaliar o progresso, assegurar um comércio melhor e mais justo, e para que novas relações globais sejam criadas.”

Tony Blair, Primeiro Ministro do Reino Unido, 7 de outubro de 2004

“O resto do mundo não pode ficar de braços cruzados - porque não podemos nos dar esse luxo, porque o que acontece na África afeta e afetará o resto do mundo. A pobreza e a instabilidade conduzem a estados fracos que podem se transformar em refúgio para terroristas e outros criminosos.”

George W. Bush, Presidente dos Estados Unidos, 14 de março de 2002

“A pobreza não causa o terrorismo. Ser pobre não significa ser um assassino. Quase todos os conspiradores de 11 de setembro foram criados com conforto. No entanto, a pobreza e a opressão persistentes podem conduzir à desesperança e ao desespero. E quando os governos não atendem às necessidades mais básicas de seus povos, estes estados fracassados podem transformar-se em refúgio para o terror”.

“A pobreza impede que os governos controlem suas fronteiras, policiem seu território e apliquem suas leis. O desenvolvimento fornece os recursos para construir a esperança, a prosperidade e a segurança.... O desenvolvimento bem sucedido também requer que os cidadãos sejam alfabetizados, tenham saúde e estejam preparados e capacitados para trabalhar. A assistência ao desenvolvimento pode ajudar as nações pobres a atender essas necessidades educacionais e de saúde.”

Jacques Chirac, Presidente da França, 26 de maio de 2004

“A economia mundial como um todo fica paralisada quando a falta de desenvolvimento condena regiões inteiras à pobreza e a uma aparente falta de perspectivas. Esta é também uma necessidade política, porque a segurança e a estabilidade do mundo estão sob a ameaça das reações das populações privadas de seus direitos básicos.”

Lula da Silva, Presidente do Brasil, 21 de setembro de 2004

“O caminho para a paz duradoura deve incluir uma nova ordem política e econômica internacional, uma que estenda a todos os países oportunidades reais para o desenvolvimento econômico e social.”

Junichiro Koizumi, Primeiro Ministro do Japão, 21 de setembro de 2004

“A proteção e o empoderamento dos indivíduos e das comunidades são a fundação da paz e da segurança internacionais.... Não haverá estabilidade nem prosperidade no mundo a menos que os problemas na África sejam resolvidos.... As questões relativas à paz e à segurança, assim como as questões econômicas e sociais estão cada vez mais interligadas.”

Benjamin Mkapa, Presidente da Tanzânia, 11 de janeiro de 2003

“Devemos abordar as situações e os fatores que têm o potencial de semear o terrorismo, a saber, a pobreza, a exclusão, a privação, a opressão e a injustiça.”

Olusagun Obasanjo, Presidente da Nigéria, 23 de setembro de 2004

“Nossa luta pela paz e segurança globais não será bem sucedida a menos que intensifiquemos a cooperação internacional para o desenvolvimento e a redução da pobreza.”

Gerhard Schröder, Chanceler da Alemanha, 2001, Programa de Ação 2015

“A extrema pobreza, a desigualdade crescente não só entre países, mas também dentro dos próprios países, são o grande desafio do nosso tempo, porque são um terreno fértil para a instabilidade e o conflito. Portanto, reduzir a pobreza em todo o mundo é essencial para garantir a paz e a segurança.”

**O mundo
avançou na
consecução
de muitos dos
Objetivos**

A pobreza aumenta os riscos de conflitos através de múltiplos caminhos. É mais provável que os países pobres tenham governos fracos, tornando mais fácil para possíveis rebeldes se apossarem de terra e recursos vitais. A escassez de recursos pode provocar migrações e deslocamentos da população que resultam em conflitos entre grupos sociais, como em Darfur, Sudão, na época da diminuição da chuva. Sem alternativas produtivas, os jovens podem se voltar para a violência para obter ganho material, ou serem tomados por depressão, desespero e raiva. Agricultores pobres que carecem de infra-estrutura básica e acesso a mercados agrícolas podem, em desespero, se voltar para a produção e o comércio de narcóticos, como o cultivo da papoula no Afeganistão ou da coca nos Andes. Muitas favelas são controladas por gangues de traficantes e comerciantes de drogas, que criam um ciclo vicioso de insegurança e pobreza. A falta de alternativas economicamente viáveis à atividade criminosa cria terreno fértil para a instabilidade – e aumenta o potencial para a violência.

Pesquisas sugerem um forte impacto causal da pobreza e dos choques adversos de renda sobre o início de conflitos. Em média, um choque de crescimento econômico negativo de 5 pontos percentuais aumenta os riscos de guerra civil em aproximadamente 50 por cento. E o risco de conflito civil violento diminui constantemente quando a renda nacional aumenta (gráfico 1). Enquanto os conflitos violentos certamente resultam de uma combinação de fatores, a pobreza cria as condições para inflamar e sustentar o conflito. Há duas implicações: investir no desenvolvimento é especialmente importante para reduzir a probabilidade de conflito, e as estratégias de desenvolvimento devem levar em conta seus possíveis efeitos na redução do risco de conflito – ou inadvertidamente no aumento do risco.

Gráfico 1

Aumento da renda nacional reduz o risco de guerra civil

Probabilidade prevista de observação de um novo conflito dentro de cinco anos (%)

Nota: Probabilidades estimadas são derivadas da relação entre o PIB per capita (US\$ constante em 1985) e o início de guerra civil. O valor denota apenas as relações médias identificadas nos diversos países e ao longo do tempo, e não significa que para um determinado nível de renda os riscos são os mesmos em todos os lugares.

Fonte: Pesquisa realizada por Macartan Humphreys (Universidade de Columbia) utilizando dados sobre o PIB do Banco Mundial 2004d e sobre início de guerra civil de PRIO/Uppsala University 2004.

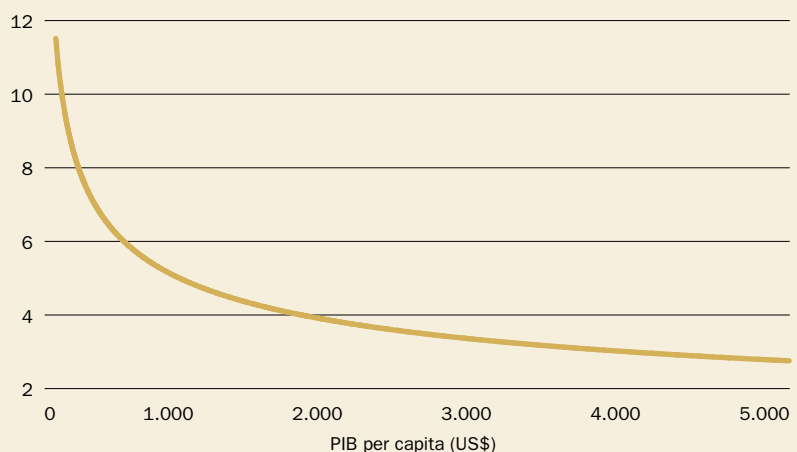


Tabela 2**População vivendo abaixo da linha da pobreza**

a. Linhas da pobreza estabelecidas em US\$ de 1993 ajustado para paridade de poder de compra

b. Calculado como taxa de pobreza rural (100 – taxa de urbanização) / taxa de pobreza nacional. Note que as taxas de pobreza publicadas subnotificam a pobreza urbana.

c. Onde dados de 2001 não estão disponíveis, utiliza-se o ano mais recente disponível.

Fonte: Colunas 1–4 e 7–10: Chen e Ravallion 2004. Colunas 5–6: Calculadas a partir de dados do Banco Mundial.

linha da pobreza de \$1,08 por dia^a

Região	Milhões de pessoas		Parcela da população total (%)		Parcela de pessoas pobres vivendo em áreas rurais ^b (%)	População rural como parcela do total
	1990	2001	1990	2001	2001 ^c	2001
África Subsaariana	227	313	45	46	73	67
América Latina e o Caribe	49	50	11	10	42	24
Ásia Oriental	472	271	30	15	80	63
Europa Oriental e Ásia Central	2	17	1	4	53	37
Oriente Médio e Norte da África	6	7	2	2	63	42
Sul da Ásia	462	431	41	31	77	72

linha de pobreza de \$ 2,15 por dia^a

Região	Milhões de pessoas		Parcela da população total (%)	
	1990	2001	1990	2001
África Subsaariana	382	516	75	77
América Latina e o Caribe	125	128	28	25
Ásia Oriental	1.116	865	70	47
Europa Oriental e Ásia Central	23	93	5	20
Oriente Médio e Norte da África	51	70	21	23
Sul da Ásia	958	1.064	86	77

Posição atual faltando apenas uma década

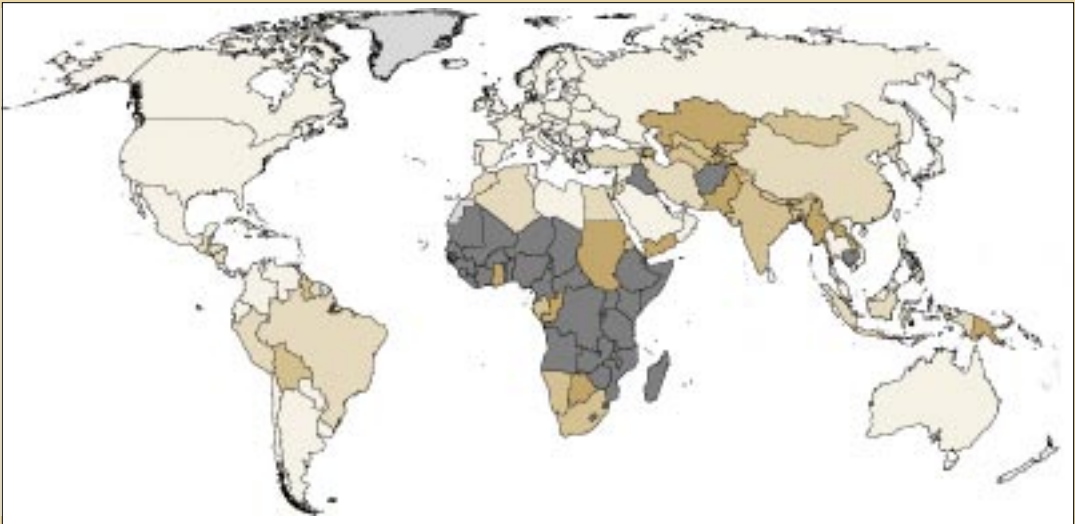
O mundo avançou muito na consecução de muitos dos Objetivos. Entre 1990 e 2002 a renda total média aumentou em aproximadamente 22 por cento. O número estimado de pessoas vivendo em extrema pobreza diminuiu em 130 milhões¹. A taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos caiu de 88 mortes por 1.000 nascidos vivos por ano para 70. A expectativa de vida subiu de 63 anos para quase 65 anos. Nove por cento de pessoas no mundo em desenvolvimento ganharam acesso à água. E 14 por cento passaram a ter acesso a melhores serviços de saneamento.

Mas o progresso está longe de ter sido uniforme em todo o mundo – ou em todos os Objetivos. Existem disparidades imensas entre e dentro dos países. Dentro dos países, a pobreza é maior nas áreas rurais, embora a pobreza urbana também seja extensa, crescente e subidentificada por indicadores tradicionais (tabela 2).

A África Subsaariana é o epicentro da crise, com a constante insegurança alimentar, crescimento da extrema pobreza, mortalidade materna e de crianças menores de 5 anos extremamente elevada, um grande número de pessoas vivendo em assentamentos precários (mapas 1, 2 e 3) e um atraso generalizado na consecução da maioria dos ODM. A Ásia é a região com progresso mais rápido, embora centenas de milhões de pessoas permaneçam na extrema pobreza e mesmo os países em crescimento rápido não consigam atingir alguns

Mapa 1
Taxa de mortalidade
de crianças menores
de 5 anos, 2002

Taxa por 1.000 nascidos vivos
 Fonte: Banco Mundial 2004d.



Menos de 30
 30–60
 60–90
 90–120
 Mais de 120
 Sem dados

dos Objetivos não relacionados à renda. Outras regiões apresentam situações variadas, notadamente a América Latina, as economias de transição, o Oriente Médio e o Norte da África, freqüentemente com progresso lento ou nenhum progresso em alguns dos Objetivos e desigualdades persistentes que comprometem o progresso em outros.

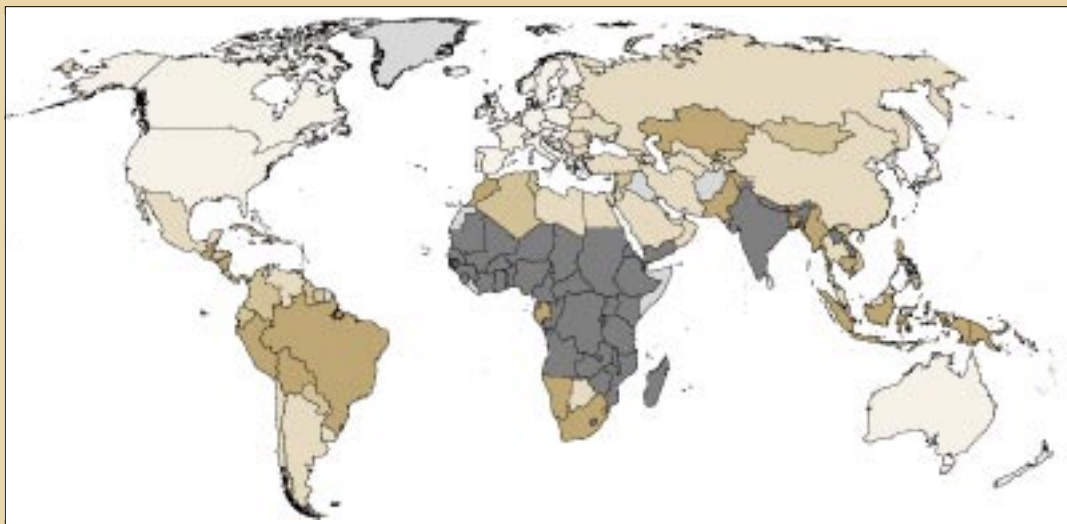
Há também uma variação significativa do progresso rumo aos ODM:

- A proporção de pessoas subnutridas está caindo lentamente na maioria das regiões do mundo. Ásia Ocidental, Oceania e os países asiáticos da CEI são as exceções, onde a proporção aumentou ao longo da última década. Na África Subsaariana, alguns países realizaram progresso, mas as proporções totais de subnutridos continuam altas, com pouca mudança.
- Na educação primária há progresso na maioria das regiões, mas a África Subsaariana e o Sul da Ásia ainda estão muito atrasados. A maioria das crianças pobres que freqüenta a escola primária no mundo em desenvolvimento aprende muito pouco.

Mapa 2 Mortalidade materna, 2000

Por 100.000 nascidos
vivos (ajustado)

Fonte: PNUD 2004b.

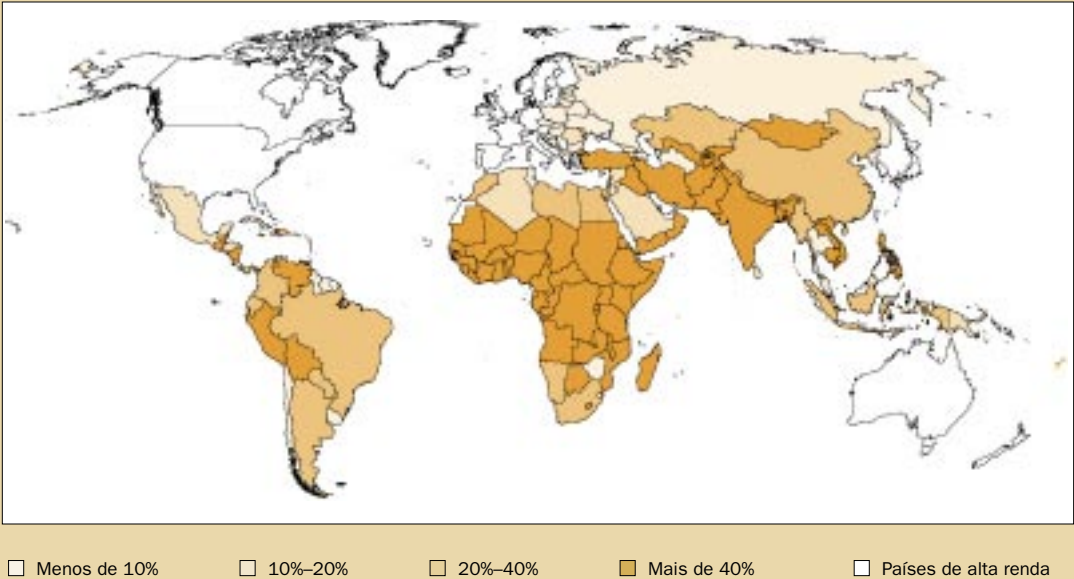


□ Menos de 20 □ 20–100 □ 100–200 □ 200–500 □ Mais de 500 □ Sem dados

- A igualdade de gênero continua sendo um objetivo não atingido, e a meta da paridade da educação até 2005 não será cumprida em muitos países, especialmente na África Subsaariana e no Sul da Ásia.
- A taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos caiu de modo geral, mas o progresso diminuiu em muitas regiões, e reversões estão sendo registradas na Comunidade de Estados Independentes (CEI). O progresso também tem sido limitado na Ásia Oriental, Sul da Ásia, Ásia Ocidental e Oceania, e a mortalidade continua extremamente elevada na África Subsaariana (ver mapa 1).
- A mortalidade materna permanece inaceitavelmente alta em todas as regiões, refletindo a falta de atenção pública às necessidades das mulheres e acesso inadequado a informações e serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo serviços obstétricos de emergência (ver mapa 2).
- Aproximadamente 40 milhões de pessoas estão infectadas pelo HIV/AIDS. A infecção é pandêmica na África do Sul e representa uma grave ameaça, particularmente para mulheres e adolescentes, em todas as outras regiões em desenvolvimento. A incidência de tuberculose ainda é extremamente alta e está aumentando como infecção oportunistas associada ao HIV/AIDS. A malária,

Mapa 3
Parcela da população
urbana que vive em
assentamentos precários
Porcentagem

Fonte: UN-HABITAT 2003.



um parasita ecológico, permanece uma ameaça significativa à saúde em muitas regiões tropicais e é pandêmica na África Subsaariana.

- A parcela da população com acesso a água potável segura aumentou substancialmente. A maioria das regiões está avançando, à exceção da África Subsaariana e das áreas rurais na maioria das regiões.
- O mundo não está avançando no objetivo de saneamento. O progresso tem sido muito lento no Sul da Ásia, na África Subsaariana e em muito do resto da Ásia.
- Estima-se que cerca de 900 milhões de pessoas vivam em condições precárias de moradia (favelas) caracterizadas insegurança da posse, moradia inadequada e falta de acesso a água ou saneamento. A maior parte dos habitantes de assentamentos precários encontra-se na África Subsaariana e no Sul da Ásia, representando mais de 70 por cento da população urbana em muitas cidades (ver mapa 3). Tanto a Ásia Ocidental quanto a Oriental (excluindo a China) registraram um aumento no número de moradores de assentamentos precários desde 1990, embora tenham registrado também uma ligeira queda na proporção. O mesmo fenômeno está ocorrendo em países em desenvolvimento sem acesso ao mar, pequenos estados insulares em desen-

volvimento e em Países Menos Desenvolvidos. Na maioria das outras sub-regiões, não há progresso ou este tem sido muito lento.

- Todas as regiões em desenvolvimento experimentaram uma significativa degradação ambiental ao longo da última década, que pode muito bem piorar em consequência de mudanças climáticas globais de longo prazo provocadas pelo homem. Muitos países estão enfrentando graves problemas porque sua base de recursos naturais – florestas, estoques pesqueiros, solo e água dos quais dependem a sobrevivência e a subsistência – está sendo progressivamente degradada e sujeita a níveis crescentes de poluição. A cada ano, aproximadamente 15 milhões de hectares de floresta são eliminados, geralmente em países em desenvolvimento, tendo como resultado aumentos das doenças transmitidas por vetores, queda na quantidade e qualidade da água, e ainda enchentes, deslizamentos de terra e mudanças climáticas locais. A falta de dados e de indicadores confiáveis relativos ao meio ambiente esconde a extensão da degradação ambiental ao longo da última década na maioria das regiões em desenvolvimento, que não estão avançando rumo à sustentabilidade ambiental.

Por que o progresso é tão desigual

A chave para atingir os Objetivos nos países de baixa renda é garantir que cada pessoa tenha os meios essenciais para uma vida produtiva. Na economia global de hoje, estes meios incluem capital humano adequado, acesso a infra-estrutura essencial e direitos políticos, sociais e econômicos básicos (quadro 3).

No processo de crescimento econômico, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio desempenham dois papéis. Primeiramente, os Objetivos são “fins em si mesmos”, no sentido de que a redução da fome, melhoria da saúde e da educação e acesso a água segura e saneamento são objetivos diretos da sociedade. Em segundo lugar, os Objetivos são também insumos para o crescimento econômico e o desenvolvimento adicional. Quando apropriadamente providos de capital humano, infra-estrutura e direitos humanos básicos numa economia baseada em mercado, mulheres e homens podem conseguir emprego produtivo e decente através de iniciativa pessoal. Quando a infra-estrutura, a saúde e a educação são disponibilizadas amplamente, os países pobres podem integrar a divisão de trabalho global de maneira que promovam o crescimento econômico, melhorem o padrão de vida e aumentem a sofisticação tecnológica.

No entanto, quando indivíduos e economias inteiras carecem até de infra-estrutura, serviços de saúde e educação básicos, as forças de mercado por si só não conseguem realizar muito. Famílias e economias inteiras permanecem prisioneiras da pobreza, e não usufruem dos benefícios da globalização. Sem infra-estrutura básica e capital humano, os países são condenados a exportar um

Quadro 3

Os meios para uma vida produtiva

Os elementos-chave do capital humano adequado incluem:

- Alimentação básica.
- Um sistema de saúde que permita uma vida longa e saudável à população.
- Saúde sexual e reprodutiva.
- Alfabetização, conhecimentos matemáticos básicos e qualificação profissional para empregos do século XXI.
- Habilidades técnicas e empreendedoras para a adoção de tecnologias existentes mas subutilizadas e especialização científica para progredir em novos conhecimentos.

Os serviços essenciais de infra-estrutura incluem:

- Água potável segura e saneamento básico.
- Um ambiente natural manejado e conservado de modo sustentável.
- Insumos agrícolas, incluindo nutrientes para o solo, suprimento de água para a agricultura e variedades melhoradas de sementes, além de vacinas, medicamentos veterinários e alimentação e ração para animais domésticos.
- Energia, incluindo eletricidade e combustíveis seguros para cozinhar.
- Estradas pavimentadas e serviços de transporte seguros e de confiança, incluindo opções não motorizadas.
- Tecnologias de informação e comunicação modernas.

Os direitos políticos, sociais e econômicos básicos incluem:

- Direitos iguais, incluindo direitos reprodutivos, para mulheres e meninas.
- Estar livre da violência, especialmente para meninas e mulheres.
- Voz política para cada cidadão, freqüentemente através de organizações da sociedade civil.
- Acesso igualitário aos serviços públicos.
- Posse segura e direitos de propriedade para moradia, negócios e outros patrimônios.

leque limitado de produtos primários de baixa margem de lucro baseados em recursos (físicos) naturais, em vez de um conjunto diversificado de exportações baseado em tecnologia, habilidades e investimentos de capital. Nessas circunstâncias, a globalização pode ter efeitos adversos significativos que incluem fuga de cérebros, degradação ambiental, perda da biodiversidade, fuga de capitais e declínio das condições de comércio - em vez de trazer benefícios através do aumento dos fluxos de entrada de investimento estrangeiro direto e avanços tecnológicos.

Considere uma vila típica com famílias que vivem da agricultura de subsistência num país pobre, tal como Afeganistão, Butão, Bolívia, Burkina Faso, Etiópia, Nicarágua, ou Papua Nova Guiné. A vila não tem acesso a estradas pavimentadas ou transporte motorizado. Também sem eletricidade, as necessidades de energia são supridas com a extração de madeira das florestas secundárias e bosques que estão diminuindo rapidamente. A água não é segura para beber e as instalações sanitárias inadequadas servem regularmente como reservatórios de infecção através da contaminação dos alimentos e do abastecimento de água local. As crianças adoecem com diarreia, pneumonia e malária.

Numa vila africana, os adultos estão morrendo em função da AIDS e da tuberculose, sem perspectiva de tratamento. Os agricultores trabalham mas

**Medidas
práticas podem
ser adotadas
para reverter
a situação**

não produzem alimento suficiente nem mesmo para alimentar suas famílias. Os solos há muito estão esgotados de nutrientes, especialmente nitrogênio. Não chove e não há nenhuma irrigação para compensar.

Nesse ambiente, as mulheres arcam com uma carga tripla, cuidando das crianças, dos idosos e dos doentes, utilizando longas horas para buscar água e recolher lenha para preparar e produzir alimentos, e ainda trabalhando em fazendas ou empreendimentos familiares por pouca ou nenhuma remuneração. As famílias pobres têm mais filhos do que desejam por falta de acesso à educação, a anticoncepcionais, a oportunidades de emprego decente e a informações e serviços de saúde sexual e reprodutiva. A educação acaba sendo considerada um luxo para a maioria dos cidadãos. E como não existe atendimento obstétrico de emergência, as mães morrem no parto a uma taxa pelo menos cem vezes mais alta do que no mundo rico.

As forças de mercado por si só não salvarão a vila. Na verdade, os mercados tendem a desviar das comunidades com pouca ou nenhuma renda monetária e sem meios de gerar renda devido à baixa produtividade e à falta de elos com a economia regional e mundial. A vila mal sobrevive da própria produção de alimentos. Sem dinheiro, não atrai médicos, professores ou empresas de transporte. Sem eletricidade ou acesso a combustíveis modernos, não pode utilizar equipamentos de processamento de alimentos, bombas de irrigação, computadores, máquinas elétricas para carpintaria ou para produzir roupas. Os habitantes não têm renda suficiente para poupar. E como falta infra-estrutura e mão-de-obra qualificada, não chegam investidores privados. Os jovens, principalmente homens e mulheres alfabetizados, vão para as cidades, e os que têm mais estudo saem do país.

A mesma espiral descendente aplica-se a muitas áreas urbanas. Na chegada, os migrantes das áreas rurais conseguem emprego, embora informal e inseguro, e se deparam com o problema da moradia inacessível e cara. Acabam se abrigando em assentamentos carentes de serviços e densamente povoados. Muitas das maiores aglomerações urbanas nos países de baixa renda são como aldeias expandidas, e as cidades com crescimento rápido em países de renda média são freqüentemente muito mal planejadas, com grandes áreas desprovidas de infraestrutura, emprego e gestão ambiental.

Uma geração ou mais de migrantes do campo, combinada com o rápido crescimento natural da população, resultam num alastramento de assentamentos humanos densamente povoados e desprovidos de serviços básicos de saúde, educação, eletricidade, abastecimento de água, saneamento, coleta de lixo e transporte. A maioria das pessoas que vivem em assentamentos precários não goza de seus direitos políticos, sociais e econômicos. Algumas favelas são tão densamente povoadas que nem sequer é possível entrar nelas com uma ambulância. Doenças como a tuberculose se espalham rapidamente. O HIV/AIDS freqüentemente está fora de controle.

Contudo, medidas práticas podem ser adotadas para reverter a situação. As vilas e as cidades podem se tornar parte do crescimento econômico global se

As vilas e as cidades podem se tornar parte do crescimento econômico global se forem providas de infra-estrutura e capital humano para tal

forem providas de infra-estrutura e capital humano para tal. Se cada vila tiver uma estrada, acesso a transporte, posto de saúde, eletricidade, água potável segura, educação e outros insumos essenciais, os habitantes nos países muito pobres mostrarão a mesma determinação e vigor empresarial das pessoas em todo o mundo. Se cada cidade tiver eletricidade confiável, serviços competitivos de telecomunicações, acesso a transporte, moradia acessível e barata para os pobres, sistema de abastecimento de água e saneamento e acesso aos mercados globais através de portos ou estradas modernas, criará um fluxo de empregos e investimento estrangeiro a seu favor – em vez perder os trabalhadores qualificados.

Portanto, o investimento em infra-estrutura básica, capital humano e boa governança pode conseguir muitas coisas:

- Converte a agricultura de subsistência em agricultura orientada para o mercado.
- Estabelece a base para a diversificação das exportações e o crescimento econômico conduzidos pelo setor privado.
- Permite que um país participe da divisão de trabalho global de maneira produtiva.
- Prepara o terreno para o avanço tecnológico e posteriormente para uma economia baseada em inovação.

Atingir os Objetivos depende em grande parte de investimentos essenciais em infra-estrutura e capital humano que permitam que os pobres participem da economia global, ao mesmo tempo empoderando os indivíduos carentes com direitos econômicos, políticos sociais que os permitirão usufruir plenamente da infra-estrutura e do capital humano, onde quer que escolham viver.

Quatro razões para a deficiência na consecução dos Objetivos

Não existe uma explicação única para o fracasso ou o sucesso na consecução dos Objetivos. Cada região e cada Objetivo requer uma análise cuidadosa. Podemos, entretanto, identificar quatro razões gerais para a falta de progresso dos Objetivos. Muitas vezes o problema é má governança, marcada pela corrupção, más escolhas em termos de política econômica e desrespeito aos direitos humanos. Outras vezes o problema é a armadilha da pobreza, com economias locais e nacionais pobres demais para fazer os investimentos necessários. Ou ainda, há progresso numa parte do país mas não em outra, fazendo com que os bolsões de pobreza persistam. Mesmo quando a governança geral é adequada, frequentemente existem áreas de negligência específica nas políticas públicas que podem ter um efeito monumental no bem-estar dos cidadãos. Algumas vezes estes fatores ocorrem simultaneamente, dificultando a solução dos problemas individuais.

Falhas de governança

O desenvolvimento econômico estaciona quando os governos falham em defender o estado de direito, seguir uma política econômica racional, fazer

Para atingir os Objetivos, os governos precisam trabalhar ativamente com todos os segmentos, particularmente com as organizações da sociedade civil e o setor privado

investimentos públicos apropriados, gerenciar a administração pública, proteger os direitos humanos básicos e apoiar a participação das organizações da sociedade civil (incluindo aquelas que representam os pobres) no processo decisório nacional.

O estado de direito envolve a segurança do direito à propriedade privada e à posse, proteção contra a violência e o abuso físico, honestidade e transparência nas funções do governo e previsibilidade no comportamento do governo de acordo com a lei. Muitos países não conseguem atingir estes padrões básicos, às vezes devido a governantes autoritários que empregam a violência e a corrupção para se manterem no poder – mas frequentemente porque a defesa do estado de direito requer instituições para garantir a responsabilização do governo, e estas instituições não existem.

Os direitos políticos e sociais devem assegurar a igualdade perante a lei e justiça social para todos os grupos. Estes direitos devem ser substantivos e não meramente formais. Os pobres devem participar das decisões que afetam suas vidas. As mulheres e as meninas devem ter garantia de que vão estar livres da violência e da discriminação legal, econômica e social. Em muitos lugares, o acesso a bens e serviços públicos é restrito a determinados grupos. Grupos minoritários, devido à língua, religião ou raça, são discriminados pelos grupos mais poderosos.

As políticas econômicas coerentes envolvem um equilíbrio racional das responsabilidades entre o setor privado e o setor público para assegurar o progresso econômico sustentado e generalizado. O setor privado é o motor do crescimento da produção. O setor público estabelece a estrutura e o ambiente que viabilizam o crescimento através da formulação de políticas macroeconômicas coerentes e da provisão de bens públicos como infra-estrutura, saúde e educação públicas e apoio à ciência e tecnologia.

Os investimentos públicos são cruciais para uma economia de mercado baseada no setor privado. Toda economia bem sucedida depende em grande parte de gastos públicos em áreas críticas como saúde, educação, infra-estrutura (eletricidade, estradas, portos marítimos), gestão ambiental (parques nacionais e reservas protegidas, abastecimento de água e saneamento), informações e comunicações, pesquisa científica e terra para habitação a um custo viável.

A administração pública responsável e eficiente requer transparência e administradores que sejam qualificados, motivados e adequadamente remunerados. Também requer sistemas de gestão eficientes, para acompanhar o desembolso dos grandes investimentos, e sistemas de monitoramento e avaliação. Muitos países pobres que não têm recursos necessários para pagar salários decentes (ou estabelecer os controles para coibir abusos políticos, fornecendo assim os incentivos para o desempenho e a possibilidade de remover funcionários ineficientes ou corruptos) não conseguem manter um setor público eficaz, e acabam sofrendo de ineficiências e desperdício de recursos em grande escala.

**Os Objetivos
criam uma sólida
estrutura para a
identificação dos
investimentos
necessários**

O envolvimento e a participação da sociedade civil são essenciais para uma governança eficaz, por dar destaque a atores importantes, assegurar a relevância dos investimentos públicos, conduzir a decisões que melhor atendam as necessidades das pessoas conforme elas as percebem, bem como fiscalizar a formulação e a implementação das políticas governamentais.

Atingir os Objetivos requer que todas estas áreas de governança sejam tratadas adequadamente. Não há justificativa para que qualquer país, independente do nível de pobreza, abuse de seus cidadãos, não lhes ofereça igual proteção da lei, ou os transformem em vítimas da corrupção, má gestão e irracionalidade econômica. Algumas das melhorias na governança não demandam muitos recursos financeiros, se é que demandam algum, e algumas na verdade geram economias (acabar com a corrupção ou conceder a regularização fundiária, por exemplo). Portanto, algumas melhorias nos resultados econômicos podem ser obtidas a baixo custo, e tais oportunidades não devem ser desperdiçadas.

Para atingir os Objetivos, os governos devem trabalhar ativamente com todos os segmentos, particularmente com as organizações da sociedade civil e o setor privado. As organizações da sociedade civil podem ajudar a formular estratégias nacionais, prestar serviços, defender direitos humanos e supervisionar o governo no combate à corrupção e à má gestão. E o setor privado é, claramente, o lugar para a criação de empregos e crescimento de longo prazo da renda (quadro 4).

As armadilhas da pobreza

Muitos países bem governados são pobres demais para se ajudarem. Muitos governos bem intencionados carecem de recursos fiscais para investir em infraestrutura, serviços sociais, gestão ambiental e mesmo na administração pública necessária para melhorar a governança. Além disso, dezenas dos países pobres e de renda média altamente endividados são forçados por governos credores a gastar grandes proporções de suas limitadas receitas no serviço da dívida, prejudicando sua capacidade de realizar investimentos vitais em capital humano e infra-estrutura. Num movimento de recursos sem sentido e debilitante, os credores fornecem ajuda ao desenvolvimento com uma mão e retiram-na para o serviço da dívida com a outra.

Numa importante iniciativa recente, o governo dos Estados Unidos estabeleceu um conjunto de indicadores transparentes que identificam os países pobres mas razoavelmente bem governados que se qualificam para receber financiamento de sua nova Conta do Desafio do Milênio. A lista de 30 países inclui Bolívia, Gana, Mali e Moçambique. Apesar dos enormes esforços e de avanços reais, estes países, e muitos outros parecidos, passam no teste da governança mas ainda não conseguiram progresso adequado rumo aos Objetivos.

As razões são claras. Falta infra-estrutura básica, capital humano e administração pública – que constituem as bases para o desenvolvimento econômico e o

Quadro 4

Parceiros na busca dos Objetivos

Sociedade Civil

ActionAid, Bread for the World, CIVICUS, DATA, Alternatives with Women for a New Era (DAWN), the International Planned Parenthood Federation (IPPF), Médecins sans Frontières, InterAction, Oxfam, RESULTS International, e Social Watch estão entre as muitas notáveis e dedicadas organizações da sociedade civil que vêm contribuindo intensamente para o progresso do desenvolvimento ao redor do mundo. As estratégias nacionais para atingir os Objetivos não terão sucesso sem o engajamento ativo dessas e outras organizações da sociedade civil.

As organizações da sociedade civil podem aumentar a conscientização pública e política sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), mantendo pressão construtiva sobre os governos para que cumpram os compromissos assumidos. Podem ajudar a formular estratégias nacionais de redução da pobreza focadas nos ODM, assegurando que as estratégias de investimento atendam às necessidades de regiões e grupos historicamente excluídos de políticas. Muitas também podem assumir tarefas-chave na prestação de serviços públicos, particularmente aqueles que dependem de capacitação individual, sistemas comunitários e mobilização de jovens. Ao monitorar o progresso, podem atuar como fiscais públicos, assegurando a transparência nos programas e a responsabilização na gestão orçamentária.

No nível internacional, as organizações da sociedade civil podem mobilizar apoio entre os jovens e outros segmentos importantes para exercer pressão sobre os líderes mundiais para que cumpram seus compromissos políticos. Através de seu trabalho de base, podem ser instrumentais no intercâmbio de boas práticas e conhecimento técnico. Podem também ajudar na prestação direta de serviços, como já fazem, por exemplo, através dos esforços de ajuda humanitária em tempos de crise nas regiões mais pobres do mundo.

Setor Privado

As empresas privadas são parceiras importantes na consecução dos Objetivos. A redução em longo prazo da pobreza nos países em desenvolvimento não acontecerá sem um crescimento econômico sustentado, que requer um setor privado vigoroso. Nos países de baixa renda, a maior parte da força de trabalho está empregada na agricultura rural, portanto um caminho sólido rumo ao crescimento seria através do apoio à produtividade agrícola e uma transição do cultivo de subsistência para o cultivo comercial. Nas áreas urbanas a transição deve ser do emprego informal para o emprego formal na indústria e em serviços internacionalmente competitivos.

Sistemas públicos fortes são indispensáveis para fornecer o capital humano e a infraestrutura necessários para que as empresas prosperem e tenham acesso aos mercados mundiais. O setor privado doméstico pode apoiar os Objetivos fazendo investimentos para aumentar a produtividade e criar empregos. Em algumas situações, pode também ajudar na prestação de serviços através de parcerias público-privadas. O setor privado também deve apoiar os Objetivos promovendo a transparência e as iniciativas de governança corporativa, defendendo os Objetivos e mantendo um diálogo responsável com o governo acerca da política econômica.

As grandes empresas internacionais devem apoiar os Objetivos através da filantropia corporativa, como a doação de tecnologias vitais, e através de políticas de preços diferenciados para permitir que os pobres tenham acesso às tecnologias de que necessitam. Ao investir em países em desenvolvimento, as empresas multinacionais devem ser cidadãos corporativos responsáveis e cumpridores das leis. Como uma demonstração importante da responsabilidade social corporativa, recomendamos que todas as grandes empresas internacionais, especialmente aquelas que assinaram o Global Compact das Nações Unidas, informem suas contribuições através de um placar específicos sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em seus relatórios anuais.

A chave para escapar da armadilha da pobreza é aumentar o estoque de capital da economia

crescimento conduzido pelo setor privado. Sem estradas, nutrientes para o solo, eletricidade, combustíveis seguros para cozinhar, clínicas, escolas e moradia adequada a um custo razoável, as pessoas sofrem de fome crônica e doenças e são incapazes de poupar. Sem salários adequados no setor público ou tecnologias da informação, a gestão pública fica cronicamente enfraquecida. Estes países são incapazes de atrair fluxos de investimento privado ou de reter sua mão-de-obra qualificada.

Os Objetivos criam uma estrutura sólida para a identificação dos investimentos que precisam ser feitos. Apontam para metas de investimento público – água, saneamento, melhoria das condições em assentamentos precários, educação, saúde, gestão ambiental e infra-estrutura básica – que reduzem a pobreza de renda e as desigualdades de gênero, melhoram o capital humano e protegem o meio ambiente. Com a consecução dos Objetivos, os países pobres podem estabelecer uma base adequada de infra-estrutura e capital humano que os permitirá escapar da armadilha da pobreza.

Escapando da armadilha da pobreza. Quando o estoque de capital de um país (incluindo capital físico, natural e humano) é muito baixo, a economia não é produtiva. Os domicílios são empobrecidos e o meio ambiente é degradado. Isto conduz a diversos problemas:

- *Baixas taxas de poupança.* Os domicílios pobres usam toda sua renda para sobreviverem, e assim não conseguem poupar para o futuro. Os poucos que conseguem poupar freqüentemente não têm acesso a um sistema bancário formal.
- *Baixa receita tributária.* Os governos carecem de recursos orçamentários para investimentos públicos e administrações públicas com gerentes qualificados e sistemas de informação modernos.
- *Baixo investimento estrangeiro.* Os investidores estrangeiros não se aproximam das economias que não tenham infra-estrutura básica – estradas, portos, sistemas de comunicação e eletricidade confiáveis e de custo viável.
- *Conflito violento.* A escassez de recursos freqüentemente alimenta tensões latentes entre grupos concorrentes.
- *Fuga de cérebros.* Os trabalhadores qualificados deixam o país por causa dos salários baixos e falta de perspectivas para o futuro.
- *Nascimentos não-planejados ou ocorridos em época inadequada e crescimento rápido da população.* As pessoas pobres que vivem em áreas rurais têm as mais altas taxas de fertilidade e as maiores famílias. O crescimento rápido da população e a redução do tamanho dos imóveis rurais agravam a pobreza no campo. Os pobres (em áreas rurais e urbanas) têm menos acesso a informações e serviços para planejar ou limitar o número de filhos de acordo com suas preferências.
- *Degradação ambiental.* As pessoas que vivem na pobreza não dispõem de meios para investir no meio ambiente, nem poder político para limitar

**Vulnerabilidades
geográficas
podem e
devem ser
compensadas
com
investimentos
específicos em
infra-estrutura,
agricultura
e saúde**

os danos aos recursos locais, o que resulta em esgotamento dos nutrientes do solo, desmatamento, pesca predatória e outros danos ambientais. Estas condições de degradação prejudicam a renda no campo e contribuem para problemas de saúde e para migração rural-urbana, conduzindo a novos assentamentos em áreas de periferias urbanas ambientalmente frágeis.

Todos estes resultados adversos reforçam e ampliam a pobreza. Sem poupança privada, investimento público e investimento estrangeiro, não há melhoria na produtividade. Com a fuga de cérebros, o crescimento populacional, a degradação ambiental e o risco permanente da violência, a situação continua a degenerar.

A chave para escapar da armadilha da pobreza é aumentar o estoque de capital da economia até o ponto onde a espiral descendente termina e o crescimento econômico auto-sustentado assume. Isto requer um grande impulso de investimentos básicos, entre agora e 2015, na administração pública, em capital humano (alimentação, saúde, educação), e em infra-estrutura essencial (estradas, eletricidade, portos, água e saneamento, terra acessível para habitação de baixo custo, gestão ambiental).

Este processo é auxiliado por uma redução voluntária na fertilidade, que promove mais investimentos na saúde, alimentação e educação de cada criança. Portanto, apoiamos fortemente programas que promovam a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos, incluindo o planejamento familiar voluntário. Estes são elementos críticos para o sucesso geral no crescimento econômico e na redução da pobreza, que podem ajudar os países a países a atingir os Objetivos, livrando-os da armadilha da pobreza e de sua dependência da ajuda externa.

Circunstâncias geográficas aumentam a probabilidade de armadilhas da pobreza. Alguns países e regiões são mais vulneráveis do que outros a caírem na armadilha da pobreza. Se por um lado um histórico de violência ou domínio colonial ou má governança pode deixar qualquer país desprovido de infra-estrutura básica e capital humano, a geografia física gera o caos em determinadas regiões. Algumas regiões necessitam de mais infra-estrutura básica do que outras simplesmente para compensar um ambiente físico mais inóspito. Algumas das barreiras que devem ser compensadas com investimento são:

Condições de transporte adversas:

- Economias sem acesso ao mar.
- Pequenas economias insulares distantes dos principais mercados.
- Populações interioranas, distantes da costa e de rios navegáveis.
- Populações vivendo nas montanhas.
- Longas distâncias dos principais mercados mundiais.
- Densidade populacional muito baixa.

Circunstâncias agro-climáticas adversas:

- Precipitação pluviométrica baixa e altamente variável.

- Falta de condições apropriadas para irrigação.
- Solos pobres em nutrientes ou esgotados.
- Vulnerabilidade a pragas e outras perdas após a colheita.
- Susceptibilidade aos efeitos de mudanças climáticas.

Condições de saúde adversas:

- Alta vulnerabilidade ecológica à malária e outras doenças tropicais.
- Alta prevalência de AIDS.

Outras condições adversas:

- Falta de recursos energéticos nacionais (combustíveis fósseis, potencial energético geotérmico ou hídrico).
- Mercado interno pequeno e falta de integração regional.
- Vulnerabilidade às ameaças naturais (tempestades tropicais, terremotos, vulcões).
- Fronteiras artificiais que não respeitam grupos culturais e étnicos.
- Proximidade com países em conflito.

A África Subsaariana é especialmente oprimida por más condições geográficas (tabela 3 e mapa 4). A África tem o risco agrícola mais alto (junto com o Sul da Ásia), o risco de transporte mais alto, e, de longe, o risco de malária mais alto. A África é também excepcionalmente vulnerável a condições de seca. A vulnerabilidade humana em 1980 foi inversamente correlacionada com o crescimento econômico durante 1980-2000.

A vulnerabilidade da África é muito alta, mas não é impossível de ser superada. Certamente, nossa mensagem é que as vulnerabilidades geográficas podem e devem ser compensadas por investimentos específicos em infraestrutura, agricultura e saúde. Os países distantes dos mercados podem ser aproximados através de investimentos adequados em estradas e ferrovias. Os países com solos esgotados e falta de chuva podem ser ajudados por programas especiais de reposição dos nutrientes do solo e gestão da água para a agricultura (como irrigação e captação de água). Os países que sofrem de malária e outras doenças endêmicas podem combatê-las com programas apropriados de prevenção e controle. Contudo, tais investimentos têm um custo alto – alto demais para os países mais pobres arcarem sozinhos – e portanto requerem muito mais ajuda dos países doadores.

Bolsões de pobreza

A maioria das economias experimenta considerável variação na renda domiciliar, portanto, mesmo países de renda média podem ter um grande número de domicílios extremamente pobres, especialmente países grandes com diversidade regional e étnica considerável. O desenvolvimento econômico muitas vezes não alcança algumas partes de uma economia, ou alguns grupos da sociedade. Isto ocorre em regiões atrasadas e nas cidades, onde uma proporção crescente de pobres vive em assentamentos precários. Em muitos países há

Tabela 3**Risco agrícola, risco de transporte e risco de malária, por região**

Nota: Índices variam de 0-1, com um valor mais alto indicando risco mais alto. As médias dos países são ponderadas por população.

a. Índices médios para parcela de terra cultivada irrigada em 1980, uso de fertilizante per capita em 1980 e parcela da população vivendo em zona ecológica subúmida.

b. Índices médios para parcela da população vivendo perto do litoral, parcela da população vivendo em áreas de baixa densidade, parcela da população vivendo acima de 800 metros de altitude e estradas pavimentadas per capita em 1990 (dados mais recentes disponíveis).

c. Um índice de 0-1 para ecologia da malária.

d. Médias de risco agrícola, de transporte e de malária.

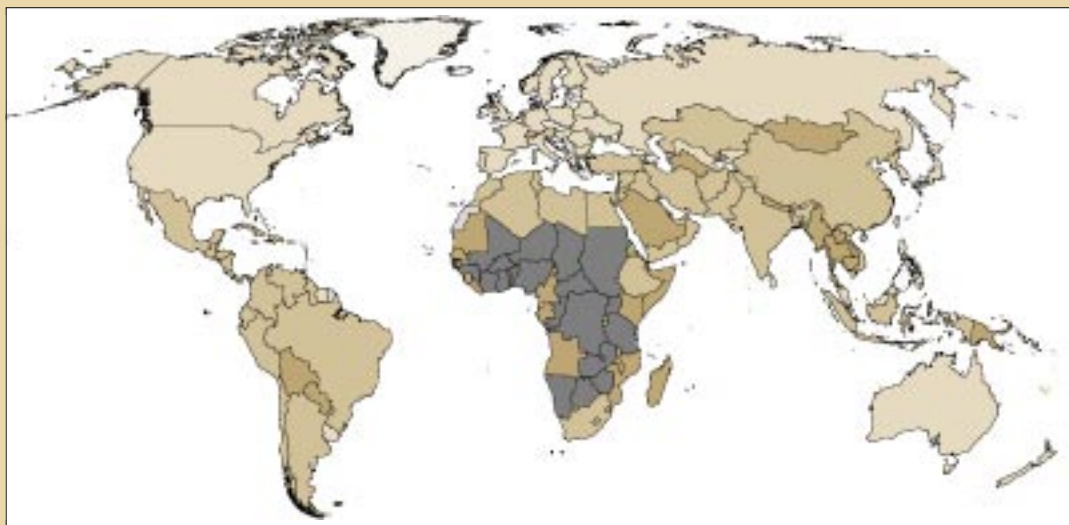
Região	Risco Agricultura ^a	Risco Transporte ^b	Risco Malária ^c	Índice de Vulnerabilidade Humana ^d
África Subsaariana Tropical	0,86	0,52	0,42	0,60
América do Norte	0,51	0,23	0,00	0,25
América Latina e Caribe	0,76	0,37	0,03	0,39
Ásia Central	0,31	0,41	0,00	0,24
Ásia Oriental e Pacífico	0,68	0,27	0,04	0,33
Europa	0,38	0,27	0,00	0,22
Oriente Médio e Norte da África	0,71	0,36	0,02	0,36
Sul da Ásia	0,86	0,26	0,02	0,38

Fonte: Calculado a partir de dados do Banco Mundial 2004d, CIESIN 2002 e Kiszewski e outros 2004.

Mapa 4**Índice de vulnerabilidade humana, 1980**

1 = risco mais alto

Fonte: Calculado a partir de dados do Banco Mundial 2004d, CIESIN 2002, e Kiszewski e outros 2004.



□ Menos de 0.15 □ 0.15–0.30 □ 0.30–0.45 □ 0.45–0.60 □ 0.60–1.00 □ Sem dados

A principal implicação nas políticas dos países de renda média é garantir que investimentos essenciais sejam canalizados para as regiões atrasadas

idades dentro das cidades – uma realidade contrastante em que ricos e pobres vivem lado a lado. Em muitos casos, as desvantagens geográficas (distância dos mercados) são agravadas pela falta de poder político dos grupos minoritários.

A principal implicação nas políticas dos países de renda média é garantir que investimentos essenciais – em infra-estrutura, capital humano e administração pública – sejam canalizados para as regiões atrasadas, inclusive para favelas e grupos sociais excluídos do processo político e dos benefícios econômicos. Algumas regiões atrasadas notáveis incluem:

- China Ocidental, onerada pela grande distância da costa oriental.
- Sul do México, onerado por doenças tropicais, riscos agrônômicos, grandes distâncias do mercado dos Estados Unidos e marginalização política das populações indígenas.
- Nordeste do Brasil, onerado pela vulnerabilidade à seca e uma longa história de grande concentração da posse da terra.
- Os estados do Ganges na Índia, onerados pela agricultura de baixa produtividade, longas distâncias do comércio litoral e uma imensa população sem terra.

Áreas de negligência específica das políticas

Alguns Objetivos não estão sendo atingidos simplesmente porque os formuladores de políticas não conhecem os desafios, não sabem o que fazer ou negligenciam as questões públicas cruciais. A política ambiental freqüentemente é brutalmente negligenciada por causa de ministérios ambientais politicamente fracos, falhas na aplicação da legislação e deficiências consideráveis na informação e na capacidade de agir com base nessa informação. Também é comum a discriminação de gênero no investimento público e em políticas sociais e econômicas.

Em todo o mundo em desenvolvimento e mesmo em países de renda média, as taxas de mortalidade materna permanecem terrivelmente altas e têm um remédio específico: acesso a atendimento obstétrico de emergência. Apesar de seu potencial para salvar vidas, tem havido um subinvestimento nesse serviço e nos sistemas de saúde necessários para prestá-lo. Os adolescentes também são mal servidos em termos de habilidades para a vida, informação nutricional, educação, emprego e informações e serviços de saúde sexual e reprodutiva. Os investimentos nas crianças e na saúde neonatal também têm sido brutalmente insuficientes. Todas essas áreas de negligência poderiam ser tratadas através do fortalecimento da gestão e prestação de serviços dos sistemas de saúde no nível local.

2 Processos nacionais para atingir os objetivos

Para que todos os países possam atingir os ODM, o mundo não deve tratá-los como ambições abstratas, mas como objetivos práticos de políticas. As etapas práticas para atingir os Objetivos em cada país podem e devem ser diagnosticadas,

planejadas e implementadas com foco acertado e ações apropriadas, combinados com o apoio adequado da comunidade internacional. Muitos países em desenvolvimento bem-governados estão prontos para um avanço dramático a partir de 2005 – se os seus parceiros de desenvolvimento cumprirem as antigas promessas de aumentar a assistência.

Projetando uma estratégia nacional para atingir os Objetivos

Em cada país em busca de alcançar os ODM, a premissa inicial deve ser a de que eles são viáveis, a menos que se prove tecnicamente o contrário. Em muitos dos países mais pobres, os Objetivos são realmente ambiciosos, mas na maioria ou mesmo em todos os países, eles ainda podem ser atingidos até 2015, se houver um esforço intensivo de todas as partes para melhorar a governança, envolver ativamente e empoderar a sociedade civil, promover o empreendedorismo e o setor privado, mobilizar recursos nacionais, aumentar substancialmente a ajuda aos países que dela necessitem para apoiar investimentos prioritários baseados nos ODM e realizar as reformas políticas apropriadas no nível global, como no comércio.

É essencial que restrições técnicas para a consecução dos Objetivos não sejam confundidas com restrições financeiras. Embora a redução da pobreza seja responsabilidade dos próprios países em desenvolvimento, a consecução dos Objetivos nos países mais pobres – aqueles que realmente desejam atingir as metas dos ODM – exigirá aumentos significativos na ajuda oficial ao desenvolvimento para eliminar a armadilha da pobreza. Encorajamos todos os países de baixa renda a aumentar sua própria mobilização de recursos para os Objetivos, dedicando receitas orçamentárias para os investimentos prioritários. E para países onde a governança é adequada mas os recursos domésticos não são suficientes, conclamamos os doadores a cumprir os antigos compromissos de aumentar a ajuda significativamente. Em síntese, convocamos o co-financiamento da expansão dos investimentos focados nos ODM. Os países ricos não podem continuar atrasando o cumprimento da sua parte do acordo.

Nossa recomendação operacional fundamental é que cada país em desenvolvimento sofrendo de extrema pobreza deve adotar e implementar uma estratégia de desenvolvimento nacional ambiciosa o suficiente para atingir os Objetivos. Os parceiros internacionais de desenvolvimento do país – incluindo doadores bilaterais, agências das Nações Unidas, bancos de desenvolvimento regional e instituições de Bretton Woods – devem prestar todo o apoio necessário para a implementação da estratégia nacional de redução da pobreza baseada nos ODM. Em particular, a ajuda oficial ao desenvolvimento deve ser generosa o bastante para atender as necessidades de financiamento, presumindo que não existam restrições em termos de limitações de governança e que os países receptores estejam empreendendo esforços razoáveis para aumentar a mobilização doméstica de recursos. Se os países já tiverem um Documento de Estratégia para Redução da Pobreza (PRSP), este deve ser revisado de modo a torná-lo ambicioso o suficiente

Em vez de estratégias para “acelerar o progresso rumo aos Objetivos”, precisamos de estratégias para “atingir os Objetivos”

para atingir os Objetivos. Onde os Objetivos já estiverem ao alcance e a busca seja por um progresso maior, sugerimos que os países adotem uma estratégia de “ODM-plus”, com metas mais ambiciosas. Nos casos em que os países estiverem em conflito ou saindo de conflito, sugerimos que as estratégias de desenvolvimento sejam equilibradas com esforços humanitários urgentes, especialmente para populações deslocadas.

Trabalhando ao revés a partir das metas e prazos estabelecidos para 2015

A implementação séria das metas e prazos dos ODM implica em grande mudança na prática do desenvolvimento. O planejamento dos países de baixa renda e seus parceiros de desenvolvimento atualmente gira em torno de expansões incrementais modestas dos serviços sociais e de infra-estrutura. Recomendamos, preferencialmente, uma estrutura de investimentos ambiciosa, baseada nas necessidades e focada nos objetivos ao longo de 10 anos, visando atingir as metas quantitativas estabelecidas nos ODM. Em vez de estratégias para “acelerar o progresso rumo aos Objetivos”, precisamos de estratégias para “atingir os Objetivos”.

Recomendamos uma abordagem em quatro etapas.

- Primeiro, cada país deve mapear as principais dimensões da extrema pobreza e seus fatores subjacentes determinantes – por região, localidade e gênero – da melhor maneira possível com os dados disponíveis.
- Segundo, de acordo com os mapas da pobreza, cada país deve realizar uma avaliação das necessidades de forma a identificar os investimentos públicos específicos necessários para atingir os Objetivos.
- Terceiro, cada país deve converter a avaliação das necessidades em um plano de ação de 10 anos, incluindo investimento público, gestão pública e financiamento.
- Quarto, cada país deve elaborar uma estratégia de redução da pobreza de 3 a 5 anos, focada nos ODM e dentro do contexto do plano de 10 anos.

Essa estratégia de redução da pobreza baseada nos ODM deve ser um documento operacional detalhado, vinculado a um cronograma de gastos de médio prazo que traduza a estratégia em desembolsos orçamentários.

É essencial que o plano de 10 anos e a estratégia de redução da pobreza de 3 a 5 anos incluam uma estratégia de gestão do setor público, focada na transparência, na responsabilização, nos direitos humanos e na gestão por resultados. Também devem incluir uma estratégia clara para descentralizar o estabelecimento de metas, a tomada de decisões, o orçamento e as responsabilidades de implementação, que devem ocorrer em nível dos governos locais. Além disso, deve haver uma estratégia clara para o setor privado, que promova o crescimento econômico e permita que os países se tornem independentes da ajuda externa no longo prazo.

**Algumas Ações
de Impacto
Rápido poderiam
trazer ganhos
vitais em
termos de bem
estar a milhões
de pessoas,
e colocar os
países no
caminho rumo
aos Objetivos**

É importante ressaltar que não estamos recomendando novos processos de desenvolvimento ou veículos de política. Estamos recomendando simplesmente que os processos atuais sejam realmente orientados para os ODM. Apoiamos os Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza (PRSP) como um marco de referência importante para os Objetivos. Mas estes PRSP necessitam urgentemente de uma revisão para alinhá-los aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Muito poucos PRSP são ambiciosos ou detalhados o bastante para atingir os Objetivos, principalmente porque foram preparados num contexto de ajuda externa insuficiente.

O processo de desenvolvimento de uma estratégia de redução da pobreza focada nos ODM precisa ser aberto e incluir consultas a todos os principais interessados, dentro e fora do país. Cada país deve formar um grupo de estratégia para ODM presidido pelo governo nacional – mas também incluindo doadores bilaterais e multilaterais, agências especializadas das Nações Unidas, autoridades provinciais e locais e os líderes da sociedade civil no país, incluindo organizações de mulheres, que são tradicionalmente sub-representadas.

Investimentos públicos prioritários para empoderar os pobres

A estratégia de redução da pobreza baseada nos ODM de cada país deve determinar os passos específicos e práticos necessários para alcançar os Objetivos. Felizmente, estes passos são conhecidos. Por exemplo, sabemos como impedir que mães morram na gravidez e no parto. Sabemos incentivar meninas a se matriculem e concluírem um ciclo completo de educação básica. Sabemos como triplicar a produção de milho na África. Sabemos como fornecer eletricidade sem interrupção a clínicas e hospitais rurais. E sabemos como aumentar a cobertura vegetal em áreas desmatadas. O mesmo se aplica aos outros Objetivos. As Forças-tarefa do Projeto do Milênio das Nações Unidas descrevem detalhadamente estas políticas e investimentos já comprovados em seus relatórios, que são acompanhamentos essenciais a este relatório.

À primeira vista, a lista do que é necessário pode parecer longa. Combater a fome, por exemplo, requer a capacitação dos agricultores, fornecimento de fertilizantes, recuperação de estradas e melhoria dos serviços de transporte, gestão mais eficaz dos recursos hídricos, provisão de meios para uma boa alimentação e muitas outras coisas. Existem listas similares para saúde, educação, água, saneamento, gestão ambiental e outras áreas de interesse. A implementação de todo o conjunto de intervenções e políticas requer tempo e trabalho em diversos setores. Felizmente, temos 10 anos para alcançar os Objetivos. Isto é tempo suficiente para a maioria dos países, se não todos. Mas precisamos começar em 2005.

É possível para os países em desenvolvimento começar a implementar alguns elementos deste pacote imediatamente e ver resultados espantosos em três anos ou menos. Embora não sejam muito abrangentes, algumas Ações de Impacto Rápido poderiam trazer ganhos vitais em termos de bem-estar a

**As Ações
de Impacto
Rápido devem
ser inseridas
no plano de
investimentos
de longo prazo
da estratégia
de redução
da pobreza
baseada
nos ODM**

milhões de pessoas e colocar os países no caminho rumo aos Objetivos. Com recursos adequados, as Ações de Impacto Rápido incluem:

- Eliminar taxas escolares e de uniforme para garantir que todas as crianças, especialmente as meninas, não fiquem fora da escola por causa da pobreza de suas famílias. A receita perdida deve ser substituída por fontes mais equitativas e eficientes de financiamento, incluindo ajuda dos doadores.
- Fornecer aos agricultores pobres na África Subsaariana reposição de nitrogênio e outros nutrientes do solo a preços baixos.
- Fornecer refeições escolares gratuitas a todas as crianças, usando alimentos produzidos localmente e porções para levar para casa.
- Elaborar programas comunitários de alimentação, que apóiem o aleitamento materno, dêem acesso a alimentos complementares produzidos localmente e, sempre que necessário, forneçam suplementos de micronutrientes (especialmente de zinco e vitamina A) para mulheres grávidas, lactantes e crianças com menos de cinco anos.
- Fornecer desparasitação anual regular de todas as crianças nas escolas das áreas afetadas, para melhorar a saúde e os resultados educacionais.
- Capacitar um grande número de trabalhadores comunitários em saúde, agricultura e infra-estrutura (em programas de um ano de duração) para garantir conhecimento e serviços básicos nas comunidades rurais.
- Distribuir gratuitamente mosquiteiros resistentes, tratados com inseticida, a todas as crianças em zonas endêmicas de malária, para reduzir drasticamente sua incidência.
- Eliminar as taxas de usuário para serviços básicos de saúde em todos os países em desenvolvimento e compensar com aumento dos recursos domésticos e de doadores para a saúde.
- Expandir o acesso à informação e a serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo planejamento familiar e informações e serviços para fornecimento de anticoncepcionais, bem como preencher as lacunas existentes no financiamento dos suprimentos e da logística.
- Expandir o uso de combinações comprovadamente eficazes de medicamentos para tratar doentes de AIDS, tuberculose e malária. Para a AIDS, isso inclui completar com sucesso a iniciativa 3 até 5 de fornecer anti-retrovirais para 3 milhões de pessoas até 2005.
- Estabelecer financiamento para promover a melhoria dos assentamentos precários no nível comunitário e destinar terras públicas ociosas para programas de habitação de baixo custo.
- Fornecer acesso a eletricidade, água, saneamento e Internet para todos os hospitais, escolas e outras instituições que prestem serviços sociais, usando geradores a diesel, painéis solares ou outras tecnologias alternativas apropriadas.

- Revisar e aplicar legislação que garanta os direitos de propriedade e herança das mulheres e meninas.
- Lançar campanhas nacionais para reduzir a violência contra as mulheres.
- Estabelecer, em cada país, um escritório de assessoria científica ligado ao presidente ou primeiro-ministro, para consolidar o papel da ciência na formulação de políticas em nível nacional.
- Empoderar as mulheres, para que desempenhem um papel central na formulação e monitoramento das estratégias de redução da pobreza baseadas nos ODM e outros processos críticos de reforma política, particularmente em nível dos governos locais.
- Fornecer apoio no nível comunitário para o plantio de árvores, visando repor os nutrientes do solo e garantir lenha, sombra, alimentação para animais, proteção de recursos hídricos, quebra-vento e madeira.

As Ações de Impacto Rápido descritas acima não são as únicas intervenções necessárias para alcançar os Objetivos, mas são aquelas com um potencial muito alto de impacto em curto prazo que podem ser imediatamente executadas. Outras intervenções são mais complicadas e necessitarão de uma década de esforços ou levarão mais tempo para trazer benefícios. O mundo não pode deixar passar um ano sequer sem investir nestas estratégias simples, porém de eficácia comprovada.

Estas iniciativas devem ser inseridas no plano de políticas de investimento de longo prazo da estratégia de redução da pobreza baseada nos ODM. O Projeto do Milênio das Nações Unidas identificou as “melhores práticas” em sete conjuntos de investimento e políticas que são fundamentais para a consecução dos Objetivos. O Projeto do Milênio das Nações Unidas também produziu um Handbook of Best Practices to Meet the Millennium Development Goals² (Guia de Boas Práticas para a Consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio). A seguir, são apresentados os sete conjuntos principais de investimento e políticas.

Desenvolvimento rural: aumentando a produção de alimentos e a renda

Pequenos agricultores e suas famílias constituem talvez a metade das pessoas que vivem com fome crônica no mundo, e uma grande parcela na África Subsaariana. Estes agricultores freqüentemente não têm acesso à reposição de nutrientes do solo, como fertilizantes químicos (mapa 5) e técnicas de agroflorestamento. Sua produção é portanto dramaticamente reduzida. Recomendamos aumentar sua produtividade através de uma “Revolução Verde Africana do Século Vinte e Um”, para provê-los com os nutrientes para o solo e tecnologias afins. Também são necessários investimentos para aumentar o acesso rural a transporte, informação e comunicações, água potável segura, saneamento, energia moderna, água para agricultura e pequenos e médios empreendimentos. Tudo isso pode, e deve, ser feito de modo ambientalmente sustentável.

Desenvolvimento urbano: promovendo empregos, melhorando os assentamentos precários e desenvolvendo alternativas à formação de novos assentamentos precários

O pacote de intervenções deve incluir a posse segura para moradores de assentamentos precários, apoio aos próprios esforços dos pobres para construir novas moradias decentes, fortalecimento do planejamento urbano com forte participação da comunidade e especialmente das mulheres, expansão dos serviços de infra-estrutura urbana, redução da poluição do ar e da água e promoção de zonas especiais de investimento para atrair empresas privadas e promover empreendimentos indígenas. Um foco central deve ser conferido à capacidade operacional dos governos locais, organizações não-governamentais (ONGs), organizações de mulheres e de outros grupos da sociedade civil, bem como à inclusão destes grupos na formulação das políticas nacionais relevantes.

Sistemas de saúde: assegurando acesso universal aos serviços essenciais

As intervenções de saúde são prestadas de maneira mais adequada através de um sistema de saúde local integrado, centrado no atendimento primário e em encaminhamento a hospitais de primeiro nível, com medidas especiais

Mapa 5

Consumo de fertilizantes, 2001

Toneladas métricas por milhão de pessoas

Fonte: Calculado a partir de dados do Banco Mundial 2004d



□ Menos de 10.000 □ 10.000-20.000 □ 20.000-40.000 □ 40.000-80.000 □ Mais de 80.000 □ Sem dados

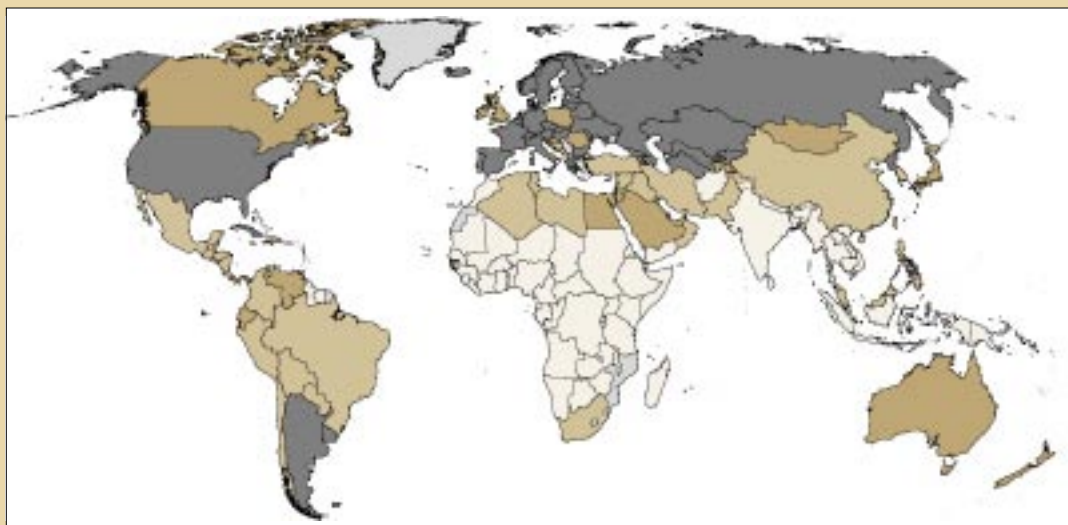
para assegurar que o sistema de saúde alcance todos os grupos da população, incluindo os pobres e marginalizados. O número de médicos e a cobertura do tratamento antiretroviral para HIV/AIDS são extremamente baixos nos lugares mais afetados por doenças endêmicas (mapas 6 e 7). As políticas e investimentos adequados a um sistema de saúde que funcione bem devem incluir o treinamento e a retenção de profissionais de saúde competentes e motivados, o fortalecimento dos sistemas de gestão, o fornecimento de fontes adequadas de medicamentos essenciais e a construção de clínicas e de laboratórios. Outras medidas importantes incluem: eliminar taxas de usuário para serviços essenciais de saúde, melhorar a conscientização da comunidade em relação à saúde, promover uma mudança de comportamento e envolver as comunidades no processo decisório e na prestação do serviço. Há um crescente consenso internacional, por exemplo, no sentido de que trabalhadores comunitários devem ser treinados para reconhecer e tratar diarreia, pneumonia e malária em crianças. O planejamento e a gestão eficazes de sistemas de saúde locais requerem um sistema integrado de monitoramento, vigilância e avaliação.

Mapa 6

Médicos por 1.000 pessoas

Ano mais recente disponível

Fonte: Banco Mundial 2004d.



□ Menos de 0.5

□ 0.5-1.5

□ 1.5-2.5

■ Mais de 2.5

□ Sem dados

Intervenções específicas para abordar a desigualdade de gênero devem ser parte intrínseca de todos os pacotes de investimento baseados nos ODM

Educação: assegurando o ensino básico universal e a expansão do ensino secundário e superior

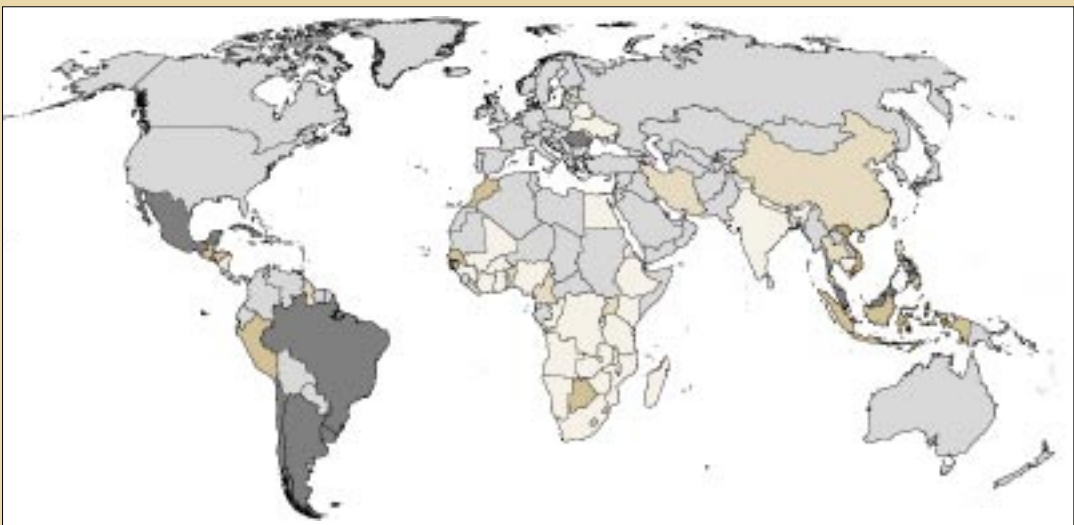
Os governos devem assegurar que toda criança, menino ou menina, conclua o ensino básico de boa qualidade, que uma proporção substancial conclua também o ensino secundário, e que um número significativo esteja matriculado no ensino superior até 2015. Em muitos países, isto exigirá uma transformação política que apóie uma sociedade inclusiva e igualitária, bem como mudanças nos incentivos institucionais e políticos que no momento minam o desempenho dos sistemas de ensino. Para começar, os governos devem criar e fazer cumprir regras e direitos que permitam aos pais e comunidades responsabilizar as escolas locais; melhorar o índice, a qualidade, a forma de prestação do serviço, a relevância dos currículos e ao mesmo tempo eliminar vieses de gênero; construir escolas e treinar professores onde necessário; eliminar o pagamento de taxas escolares; e instituir incentivos especiais para alcançar crianças vulneráveis que não estejam freqüentando a escola. Os governos

Mapa 7

Cobertura de medicamentos anti-retrovirais

Parcela de indivíduos infectados por HIV necessitando de tratamento que tem acesso a medicamentos anti-retrovirais (%), 2003.

Fonte: USAID e outras 2004



☐ Menos de 5% ☐ 5%–15% ☐ 15%–30% ☐ 30%–60% ☐ 60%–100% ☐ Sem dados

O desafio central está em financiar e implementar as intervenções na escala correta

devem também reconhecer as organizações da sociedade civil como parceiras legítimas nos debates sobre o sistema de educação.

Igualdade de gênero: investindo para superar o persistente viés de gênero

Intervenções específicas para tratar da desigualdade de gênero devem ser parte intrínseca de todos os pacotes de investimento baseados nos ODM. Devem também abordar os desafios sistêmicos, tais como a proteção da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos (incluindo acesso a informação e a serviços de planejamento familiar), acesso igualitário a ativos econômicos, tais como terra e moradia, aumento dos índices de conclusão do ensino básico e ampliação do acesso ao ensino secundário para meninas, oportunidades iguais no mercado de trabalho, liberdade da violência e maior representação em todos os níveis de governança. Uma etapa essencial para tratar esses desafios sistêmicos é a coleta de dados desagregados por gênero para monitorar o progresso.

Meio ambiente: investindo na gestão melhorada de recursos

Os países devem integrar estratégias ambientais a todas as políticas setoriais, promover investimentos diretos na gestão ambiental, promover reformas regulatórias e de mercado para reduzir a degradação ambiental e melhorar o monitoramento ambiental. Em cada uma dessas áreas de intervenção, os países precisarão considerar sua crescente necessidade de adaptação à mudança climática. Alguns exemplos de investimentos diretos na gestão ambiental são: replantio de florestas, tratamento de águas residuais, controle da poluição química e conservação de ecossistemas críticos. Estratégias setoriais bem elaboradas, incluindo a agricultura e os serviços de infra-estrutura, podem usar avaliações estratégicas de impacto para minimizar efeitos ambientais negativos. O fim de subsídios que propiciem a degradação ambiental pode melhorar ainda mais a gestão ambiental.

Ciência, tecnologia e inovação: desenvolvendo capacidades nacionais

As estratégias sustentáveis focadas nos ODM requerem o desenvolvimento de instituições e capacidade nacionais para o progresso da ciência, tecnologia e inovação. Medidas práticas para aumentar a capacidade científica de um país incluem: a criação de órgãos de aconselhamento científico para o governo nacional, a expansão de faculdades de ciência e engenharia nas universidades e escolas politécnicas, o fortalecimento do desenvolvimento e do foco empresarial nos currículos de ciência e tecnologia, a promoção de oportunidades de negócios em ciência e tecnologia e o fomento do desenvolvimento de infra-estrutura como um processo de aprendizagem de tecnologia.

Interdependência de grupos de investimento

Cada grupo de investimento depende dos outros. Para a consecução de um Objetivo particular, não é suficiente simplesmente investir no setor correspondente³.

Inversamente, a maioria das intervenções têm efeitos em diversos objetivos. Por exemplo, reduzir a desigualdade de gênero é essencial para reduzir a fome, conter o HIV/AIDS, promover a sustentabilidade ambiental, melhorar assentamentos precários e reduzir a mortalidade infantil e na infância. O acesso fácil à água limpa, a eletricidade e a combustíveis modernos para cozinhar e para aquecimento é essencial para assegurar o bom funcionamento de clínicas e hospitais, para reduzir o tempo dispendido com as tarefas das mulheres e das meninas, de modo que possam se envolver em atividade econômica produtiva, freqüentar a escola e assim por diante. Assim, alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio depende de ação ambiciosa em vários setores. Este ponto deve estar presente ao se avaliar prioridades de ODM em qualquer país ou região (quadro 5).

Os elementos-chave para uma rápida expansão

O desafio central dos Objetivos encontra-se no financiamento e execução das intervenções na escala correta – por duas razões. Uma é a variedade de intervenções que devem ser executadas simultaneamente para o alcance dos Objetivos. A segunda é a necessidade de se alcançar grandes proporções da população. O aumento da escala nacional é o processo de se levar investimentos e serviços essenciais baseados nos ODM à maioria ou a toda a população, em uma base equitativa, até 2015.

As necessidades resultantes da expansão devem ser planejadas e administradas com o devido cuidado para assegurar a execução bem sucedida e sustentável. O nível de planejamento é muito mais complexo do que para um projeto único. O aumento de escala para os Objetivos requer uma parceria que funcione dentro do governo e entre governo, setor privado, ONGs e sociedade civil.

Aumentar a escala funciona (quadro 6). No entanto, uma análise cuidadosa de casos de sucesso revela que a expansão não pode começar sem liderança política e exposto compromisso do governo. Esta é uma condição absolutamente necessária (embora longe de ser suficiente). Uma vez que o governo tenha se comprometido a alcançar os Objetivos, quatro ações específicas são necessárias:

- *Estabelecer objetivos e planos de trabalho concretos.* A expansão requer produtos, planos de trabalho e cronogramas específicos. Ao se organizar a seqüência de investimentos, o foco deve estar inicialmente em implementar a lista de investimentos para as Ações de Impacto Rápido e na capacitação em longo prazo para a prestação de serviços básicos à toda a população.
- *Desenvolver capacidades nacionais e locais na gestão pública, em recursos humanos e em infra-estrutura.* O aumento da capacidade de cada país de prestar serviços na escala correta irá requer investimentos diretos no fortalecimento da gestão do setor público (tal como treinamento, tecnologia da informação e salários mais altos para funcionários do serviço

Quadro 5

Prioridades dos ODM para cada região

Cada país tem seu próprio conjunto específico de desafios, mas algumas tendências amplas podem ser identificadas como prioridades. Um desafio universal é assegurar que minorias étnicas, bolsões regionais de pobreza e assentamentos precários (favelas) recebam investimentos voltados para os Objetivos. Algumas prioridades regionais são destacadas abaixo e discutidas mais detalhadamente na série de relatórios finais do Projeto do Milênio das Nações Unidas.

África Subsaariana. O diagnóstico padrão da África Subsaariana é o de que está sofrendo uma crise de governança. Isto é demasiado simplista. Muitas partes da África são bem governadas, considerando os níveis de renda e a extensão da pobreza, contudo estão presas na armadilha da pobreza. Os desafios de desenvolvimento da região são muito mais profundos, vão muito além da “governança”. Muitos países precisam de um grande impulso de investimentos públicos para superar os elevados custos de transporte da região, os mercados são geralmente pequenos, a agricultura de baixa produtividade, as condições agroclimáticas adversas, incidência de doenças elevada e a disseminação de tecnologia estrangeira lenta.

Uma estratégia focada nos ODM para a África Subsaariana deve ser baseada no desenvolvimento rural para uma Revolução Verde Africana do Século XXI e em estratégias que tornem as cidades que crescem rapidamente na África muito mais produtivas, especialmente no que diz respeito a exportações que utilizam mão-de-obra intensivamente. Os sistemas de saúde pública da África precisam de grandes investimentos para tratar a pandemia do HIV/AIDS, da tuberculose e da malária; para lidar com os níveis inconcebivelmente elevados de mortalidade infantil e materna; e para fornecer serviços de saúde sexual e reprodutiva que permitirão melhor planejamento e espaçamento dos nascimentos, além de uma redução voluntária das famílias ao tamanho desejado. As estratégias de educação precisam focalizar no aumento do fornecimento de infra-estrutura, recursos humanos e incentivos do lado da demanda para meninas e alunos vulneráveis. O continente requer também grandes investimentos em infra-estrutura para a gestão de recursos hídricos e energia. A mobilização da ciência e integração regional necessita também ser intensificada. Em todos os aspectos do desenvolvimento, as estratégias para a África precisam dedicar atenção especial à situação das meninas e das mulheres, que tendem a enfrentar enormes obstáculos e vieses legais, sociais e políticos.

Leste e Sudeste da Ásia. O Leste e o Sudeste da Ásia alcançaram tremendo progresso em muitos dos Objetivos, especialmente na redução da pobreza de renda, da fome e da desigualdade de gênero. A economia da China tem crescido rapidamente, mas ainda requer grandes investimentos em sistemas de saúde pública, em infra-estrutura rural, em educação e em gestão ambiental, sendo o último para tratar algumas das consequências adversas da rápida industrialização. Os desafios ambientais incluem o manejo de florestas e da biodiversidade e a redução da poluição atmosférica e hídrica. Outras partes do Leste e do Sudeste da Ásia requerem investimentos similares em infra-estrutura, no meio ambiente e em serviços sociais, além de um foco em sistemas públicos de gestão e no aumento de capacidades para a ciência e a tecnologia.

Sul da Ásia. O Sul da Ásia está obtendo rápidos avanços gerais na redução da pobreza, impulsionadas, em especial, pelo crescimento dinâmico na Índia. Contudo, a extrema pobreza permanece intensa tanto em áreas rurais quanto urbanas. Os investimentos prioritários incluem a melhoria de infra-estrutura e serviços básicos de saúde; acesso ampliado a escolas de alta qualidade; infra-estrutura de propriedades rurais (estradas, instalações para armazenamento); gestão hídrica melhorada para a agricultura (irrigação,

Quadro 5

Prioridades dos ODM para cada região

(continuação)

captação de água, gestão de fornecimento do lençol freático); melhoria dos assentamentos precários; e melhoria na gestão do setor público. Os programas de investimento devem também focalizar em alcançar a igualdade de gênero, incluir a saúde e os direitos reprodutivos e em integrar populações marginalizadas, incluindo comunidades de castas menos favorecidas (low-caste e out-caste) e populações tribais.

CEI, Ásia Central. Os países da Ásia Central sofreram os efeitos múltiplos do pós-colapso econômico soviético, da geografia desfavorável sem acesso ao mar e de investimentos insuficientes em infra-estrutura de transporte para conectar a região aos mercados mundiais. Depois de um declínio em muitos indicadores de desenvolvimento humano nos últimos 15 anos ou mais, um grande conjunto de investimentos se faz necessário em infra-estrutura básica de transporte e de energia, em melhoria do abastecimento de água e saneamento, bem como sistemas de saúde e educação mais eficazes. Os países precisam fortalecer a capacidade de gestão do setor público, reduzir a corrupção e aumentar a cooperação transfronteiriça para melhorar a integração regional e a gestão ambiental. Além disso, muitos países precisam melhorar o ambiente político para o desenvolvimento do setor privado.

CEI, Europa. Muitos destes países ainda estão recuperando o espaço perdido depois do colapso da União Soviética, mas no geral a região está caminhando em direção à consecução dos Objetivos. As estratégias de investimento devem focalizar na capacidade de sistemas públicos de gestão, em recursos para sistemas de saúde e educação comprometidos e na gestão e planejamento ambientais. Muitos países em transição necessitam também direcionar serviços para grupos excluídos e marginalizados.

Oriente Médio e Norte da África. Esta região está avançando em relação à maioria dos indicadores, mas o progresso geral precisa ser acelerado para a consecução dos Objetivos. As prioridades incluem intervenções que apoiem a igualdade de gênero, grande expansão de serviços de saúde de qualidade e programas para tratar a questão da desertificação e da escassez da água. Outras prioridades incluem a expansão das oportunidades de educação e emprego para os jovens, melhoria dos meios de vida rurais e investimentos no desenvolvimento doméstico da ciência e tecnologia.

América Latina e Caribe. A América Latina, a mais desenvolvida das regiões em desenvolvimento, tem feito progresso limitado em relação aos Objetivos. As desigualdades são extremas, ligadas freqüentemente às divisões étnicas, e os desafios do crescimento econômico permanecem particularmente severos em países dos Andes, da América Central e em alguns países do Caribe. Em toda a região, a melhoria da gestão ambiental e dos sistemas de saúde são prioridades fundamentais, especialmente nos países do Caribe onde o HIV/AIDS é proeminente ou constitui uma ameaça. Com a maioria dos pobres da região vivendo em áreas urbanas, a infra-estrutura urbana e a melhoria de assentamentos precários são necessidades primordiais. Os países também precisam fazer investimentos significativos em infra-estrutura rural básica, visando áreas e populações marginalizadas. Grandes investimentos públicos são necessários para incentivar a inovação científica e o desenvolvimento tecnológico em nível local.

Países Menos Desenvolvidos. Países menos desenvolvidos requerem assistência especial, uma vez que não conseguem suprir suas necessidades básicas a partir de recursos domésticos, independente de suas políticas ou qualidade da governança. O apoio a esses países deve ser consistente com o Programa de Ação de Bruxelas das Nações Unidas, que indica as áreas cruciais para ajudar a romper a armadilha da pobreza dos

Quadro 5

Prioridades dos ODM para cada região

(continuação)

Países Menos Desenvolvidos, incluindo o desenvolvimento de recursos humanos, investimentos do lado da oferta, proteção ambiental e investimentos em segurança alimentar.

Países em desenvolvimento sem acesso ao mar. Os países sem acesso ao mar têm uma necessidade singular em relação à infra-estrutura de transporte, à integração regional do mercado e a procedimentos de comércio coordenados. Muitas questões relevantes estão esboçadas no Programa de Ação de Almaty 2003. Grandes melhorias são necessárias em ferrovias, estradas, energia e na infra-estrutura de comunicação para reduzir custos de transporte.

Pequenos Estados insulares em desenvolvimento. Concentrados no Caribe e na Oceania, estes Estados enfrentam desafios colocados pelo tamanho e pela geografia, que limitam as possibilidades de diversificação econômica e os tornam altamente vulneráveis aos riscos ambientais. O Programa de Ação de Barbados de 1995 para pequenos Estados insulares em desenvolvimento deve receber apoio financeiro e político em nível global. Além dos investimentos necessários baseados nos ODM, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento são vulneráveis à elevação do nível do mar e ao branqueamento de corais devido à mudança climática. Esses Estados necessitarão de investimentos direcionados para se adaptarem aos efeitos do aquecimento global.

Países vulneráveis a perigos naturais. Os países altamente vulneráveis a perigos naturais (tais como eventos climáticos severos, secas, terremotos, vulcões, enchentes e pragas) requerem investimentos especiais em redes de segurança social, infra-estrutura para tratar de desastres, sistemas de advertência antecipada, planos de contingência e de emergência para períodos pré-crise, e apoio para emergências pós-crise. Estes investimentos precisam estar estabelecidos bem antes dos desastres acontecerem, tanto para antecipar e diminuir a intensidade dos desastres quanto para reagir a eles imediatamente, quando se corre o maior risco.

Quadro 6

Expandindo o sucesso

Fonte: Mkapa 2004; OMS 2002

O aumento de escala dos programas de intervenção em nível nacional geralmente demanda diversos fatores-chave, variando do compromisso político a planos de trabalho seqüenciados e a financiamento previsível em longo prazo. Há inúmeros exemplos em que países em desenvolvimento empregaram estes elementos para implementar intervenções que melhoraram drasticamente a vida dos pobres em escala nacional.

- *O sucesso do Vietnã na luta contra a malária.* Em 1991, o Vietnã sofreu uma intensa epidemia da malária que infectou mais de um milhão de pessoas. Como resultado, o governo tornou a luta contra a malária uma de suas prioridades nacionais e dedicou verbas significativas a seu controle. Distribuiu gratuitamente mosquiteiros tratados com inseticida, forneceu tratamento preventivo da malária para mulheres grávidas e desenvolveu e distribuiu novos medicamentos contra malária que usam artemisinina como base. Também criou 400 equipes móveis para supervisionar os profissionais de saúde em áreas endêmicas e mobilizou profissionais de saúde voluntários nas comunidades. Em consequência destes e outros esforços, a mortalidade por malária caiu em 97 por cento, a morbidade em 60 por cento e a incidência das epidemias em 92 por cento.
- *Plano da Tanzânia para alcançar o ensino básico universal até 2006.* Em 2001, a Tanzânia aumentou o orçamento da educação em 130 por cento e eliminou as

Quadro 6

Expandindo o sucesso

(Continuação)

taxas escolares. O número de crianças no ensino básico aumentou 50 por cento. As matrículas aumentaram de 59 por cento para quase 90 por cento. O número de meninas matriculadas é igual ao de meninos. Mais de 30.000 novas salas de aula foram construídas. Aproximadamente 18.000 novos professores foram recrutados. E mais de 9.000 jogos de equipamentos para o ensino de ciência foram fornecidos às escolas.

Estes exemplos destacam os fatores-chave do sucesso de uma expansão em âmbito nacional:

- Visão e compromisso político de alto nível – o foco e a liderança política do Vietnã no combate à malária.
- Aumento significativo de verbas – 130 por cento de aumento no orçamento da educação da Tanzânia.
- Fim das taxas de usuário – eliminação de taxas escolares na Tanzânia.
- Foco na melhoria do desenvolvimento de capacidades em recursos humanos e infra-estrutura – contratação de novos professores e construção de novas salas de aula na Tanzânia.
- Coordenação entre governo, organizações comunitárias, agências internacionais e setor privado.

público), construção e renovação da infra-estrutura (estradas, clínicas, escolas), e de forma crítica, treinamento e retenção de números apropriados de trabalhadores (trabalhadores comunitários da saúde, professores) para a prestação de serviços na ponta final. Os esforços de treinamento descentralizados baseados na aprendizagem à distância, no rádio e em educação assistida por computador são fundamentais para a capacitação em massa dos recursos humanos em nível local.

- *Adotar mecanismos de prestação de serviços replicáveis e adequados à realidade local.* A questão da escala é auxiliada significativamente pela escolha de estratégias de serviço de fácil replicação sempre que possível. Assim, as estratégias de tratamento da Tuberculose (DOTS – estratégia de tratamento sob observação direta) são padronizadas, assim como as medidas de controle da malária, os programas de planejamento familiar e as combinações de fertilizantes. A padronização permite também a comparação do desempenho entre regiões, melhorando o controle de qualidade.
- *Monitorar para medir o progresso e permitir correções ao longo do caminho.* Melhorar o fluxo de informação dentro do governo é fundamental para o combate à corrupção e para aumentar a eficácia dos programas. Os investimentos em serviços estatísticos são essenciais para fornecer os dados necessários para o planejamento, a gestão e a avaliação baseados em resultados a respeito da equidade dos impactos dos programas. As comunidades e organizações da sociedade civil estão em posição ideal para relatar sobre o impacto dos investimentos e do fluxo de fundos, e devem participar ativamente no monitoramento.

Muitos dos países mais pobres do mundo não têm disponibilidade de recursos para operar o setor público de forma eficaz

Duas outras condições necessárias para a expansão são o envolvimento e a apropriação por parte das comunidades, além de financiamento externo e assistência técnica previsíveis e de longo prazo. As comunidades devem ser tanto arquitetas quanto receptoras do processo de aumento de escala, participando no planejamento dos programas e serviços. A participação das mulheres em atividades de planejamento na comunidade é essencial para o sucesso. Os membros das comunidades podem também ter um importante papel na implementação destes programas, seja como trabalhadores pagos ou voluntários. Financiamento externo previsível de longo prazo e assistência técnica são cruciais para fornecer aos países os meios para prosseguirem. Os financiamentos precisam ser aumentados e previsíveis ao longo do período 2005-15, cobrindo custos de capital e recorrentes, incluindo os salários da administração pública. A assistência técnica também será necessária para reforçar a gestão local e a capacidade de prestação de serviços.

Boa governança para atingir os objetivos

As discussões sobre governança no desenvolvimento tipicamente confundem insumos e resultados. O resultado de uma “governança fraca” tem duas causas subjacentes muito distintas. Uma é a liderança genuinamente “corrupta”, na qual o poder político é mantido por líderes desonestos ou brutais. O Estado pode funcionar de forma a favorecer uma pequena elite ou um grupo de interesse ou grupo étnico em particular. Em alguns dos piores casos, esta corrupção torna-se endêmica ao longo de muitos anos. Estes são os casos em que não há nenhuma vontade por parte da liderança de conseguir objetivos de desenvolvimento de amplas bases e há pouca esperança para uma grande redução da pobreza.

A segunda causa, no extremo oposto, é a governança fraca não por causa da falta de vontade política dos líderes, mas porque o Estado não tem recursos financeiros ou capacidade técnica para manter uma administração pública eficiente. Muitos dos países mais pobres do mundo encontram-se mais próximos desta segunda categoria, na qual os governos não têm os recursos para operar o setor público de forma eficaz. O fator-chave nesses casos é investir em melhorar a governança. As seguintes áreas devem ser abordadas:

- *Promoção do Estado de Direito.* Os sistemas legais e administrativos requerem que os poderes legislativo, judiciário e executivo tenham recursos apropriados e quadro de funcionalismo adequado.
- *Promoção dos direitos políticos e sociais.* Os Objetivos refletem normas de direitos humanos que podem ser apoiadas em nível nacional, através de uma avaliação dos direitos humanos que verifique as estratégias baseadas nos ODM no que diz respeito a seus compromissos nacionais em relação aos princípios dos direitos humanos.

- *Promoção de uma administração pública responsável e eficiente.* Uma governança melhorada depende dos sistemas de responsabilização política e burocrática, transparência e participação, especialmente dos pobres.
- *Promoção de políticas econômicas saudáveis.* As ações do governo – tais como a gestão macroeconômica, investimentos apropriados em infraestrutura e a prestação de serviços públicos livres de corrupção – são fundamentais para o desenvolvimento do setor privado, conforme mencionado no relatório da Comissão para o Setor Privado e o Desenvolvimento e no Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2005.
- *Apoio à sociedade civil.* Os governos têm uma responsabilidade especial de prover à sociedade civil liberdade política para expressar suas opiniões, uma voz política para participar no planejamento e na revisão das estratégias baseadas nos ODM, bem como o espaço institucional para apoiar a implementação de estratégias de investimento público.

3 Recomendações para o apoio do sistema internacional aos processos nacionais

Ajustando o sistema de ajuda

O sistema de ajuda para o desenvolvimento tem o potencial de apoiar os países no alcance dos Objetivos, mas, para isso necessita ser abordado de forma bem mais focalizada (tabela 4).

Falta de processos de ajuda baseados nos ODM

O sistema não tem uma abordagem coerente baseada nos ODM para reduzir a pobreza. Por exemplo, as instituições de Bretton Woods devem aumentar seus esforços para ajudar os países a elaborar e implementar estratégias de redução da pobreza baseadas nos ODM. O programa do Fundo Monetário Internacional (FMI) não tem dedicado atenção de forma sistemática aos Objetivos ao considerar o orçamento ou a estrutura macroeconômica de um país. No vasto número de programas nacionais apoiados pelo FMI desde a adoção dos Objetivos, tem havido pouca discussão a respeito da consistência dos planos com a consecução dos ODM.

Em seu trabalho de assessoria em nível nacional, o Projeto do Milênio das Nações Unidas observou que as instituições multilaterais e bilaterais não têm incentivado os países a encararem seriamente os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio como objetivos operacionais. Muitos países de baixa renda têm elaborado planos para aumentar a escala de suas estratégias setoriais, mas devido às limitações de orçamento não puderam executá-los. Em outros casos, países são aconselhados a nem considerar tais planos em escala aumentada. Felizmente, agora as instituições de Bretton Woods estão demonstrando mais interesse em basear os programas nacionais nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, e é importante que mantenham esse interesse.

Tabela 4
Recomendações
para reforma da
parceria para o
desenvolvimento

Deficiência	Recomendação
<i>Finalidade e Processo</i>	
1. Os processos de ajuda não são baseados nos ODM	Os parceiros para o desenvolvimento devem confirmar os ODM como o objetivo operacional do sistema de desenvolvimento, com estratégias nacionais de redução da pobreza baseadas nos ODM como o processo âncora para o apoio ao desenvolvimento, baseado em necessidades.
2. As estratégias de apoio são diferenciadas inadequadamente pela necessidade do país	Os parceiros para o desenvolvimento devem diferenciar o apoio pela necessidade do país, seja para apoio ao orçamento, assistência de emergência, ou simplesmente assistência técnica.
3. O desenvolvimento é um processo de longo prazo, mas os processos de curto prazo dominam	Os parceiros para o desenvolvimento devem apoiar países a levar adiante estratégias de redução da pobreza baseadas nos ODM de 3 a 5 anos que sejam ancoradas a uma matriz baseada em necessidades de 10 anos até 2015. Em países em conflitos, um cronograma mais curto pode ser mais apropriado.
<i>Assistência técnica</i>	
4. A assistência técnica não é adequada para aumentar a escala para os ODM	A assistência técnica deve focalizar em apoiar os governos a desenvolver e implementar estratégias de redução de pobreza baseadas nos ODM que gerem um sentimento de apropriação em nível nacional.
5. As agências multilaterais são coordenadas de forma inadequada	O sistema do Coordenador Residente da Nações Unidas deve ser drasticamente fortalecido para coordenar contribuições técnicas das agências com as estratégias de redução da pobreza baseadas nos ODM.
<i>Financiamento do Desenvolvimento</i>	
6. O financiamento do desenvolvimento não é baseado nas necessidades ou estabelecido para atender os ODM	AOD deve ser estabelecida pelas lacunas de financiamento de ODM esboçadas nas estratégias de redução da pobreza baseadas nos ODM. Para muitos países de baixa renda bem governados, isto implicará em um aumento substancial em AOD e no financiamento de custos recorrentes.
7. O alívio da dívida não é alinhado com os ODM	A “sustentabilidade da dívida”, especialmente a dívida do Clube de Paris, deve ser avaliada como o nível de dívida consistente com o alcance dos ODM pelos países. Isto implicará em uma aceleração dramática do alívio de dívida para muitos países altamente endividados.
8. O financiamento do desenvolvimento é de baixa qualidade	Para países bem governados, uma parte muito maior de AOD deve se dar em forma de apoio ao orçamento. Para todos os países em desenvolvimento, as agências doadoras devem também respeitar seus compromissos conforme na agenda de harmonização de Roma.
<i>Questões do sistema</i>	
9. As principais prioridades de ODM são negligenciadas sistematicamente	Dentro da abordagem da ajuda ao desenvolvimento baseada em necessidades, os parceiros de desenvolvimento devem aumentar a atenção a questões como capacidades científicas de longo prazo, a conservação ambiental, integração regional, saúde sexual e reprodutiva e infra-estrutura transfronteiriça.
10. Países doadores demonstram persistente falta de coerência em suas políticas	Os doadores devem avaliar suas políticas de desenvolvimento, financiamento, exteriores e de comércio em relação à coerência no que diz respeito ao apoio aos ODM. Doadores devem se sujeitar pelo menos aos mesmos padrões de transparência que esperam de países em desenvolvimento, com revisões técnicas independentes.

A maioria dos países de baixa renda precisam de assistência técnica do sistema internacional para avançar nos planos de investimento em escala aumentada

Os parceiros do desenvolvimento não abordam as necessidades nacionais sistematicamente

Uma vez que a parceria para o desenvolvimento não é impulsionada por um conjunto coerente de metas operacionais, não há um critério claro para avaliar os tipos ou o volume de ajuda ao desenvolvimento exigidos por países individuais. Não há nenhuma estrutura estabelecida, por exemplo, para diferenciar o apoio aos países com governos corruptos daqueles que são fracos mas dispostos a melhorar.

A maioria dos processos de desenvolvimento estão presos no curto prazo

O desenvolvimento é um processo de longo prazo, mas os processos fundamentais para a parceria internacional são orientadas pelo curto prazo. Mais importantes para os países de baixa renda, os PRSP são geralmente estratégias de três anos, que tendem a criar limitações em vez de identificar maneiras de superá-las ao longo do tempo. Em muitos casos os ciclos reais do planejamento são até mais curtos, ditados pelas reuniões anuais de Grupos Consultivos.

A assistência técnica é inadequada para os ODM

A maioria dos países de baixa renda requer assistência técnica do sistema internacional para avançar com planos de investimento de grande escala para alcançar os Objetivos. Contudo, as agências internacionais que são os repositórios globais de conhecimentos setoriais específicos – tais como a FAO ou FIDA para a agricultura, a UNICEF para a saúde infantil, UNIDO para o desenvolvimento industrial, ou a OMS para sistemas de saúde e controle de doenças – geralmente são solicitadas a focalizar em pequenos projetos-piloto. No geral, as agências técnicas das Nações Unidas não estão preparadas para ajudar os países a aumentar a escala dos programas nacionais.

As agências multilaterais não estão coordenando seu apoio

As organizações multilaterais freqüentemente competem pelos financiamentos de governos doadores para implementar pequenos projetos, em vez de apoiar planos e orçamentos em escala nacional. As diversas agências, programas e fundos das Nações Unidas começaram a coordenar seus esforços através da estrutura do Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento da sede e dos Escritórios Locais das Nações Unidas em nível nacional, no entanto este esforço ainda funciona mais como um fórum para o diálogo do que como verdadeira coordenação. Além disso, as agências das Nações Unidas freqüentemente não são bem vinculadas às atividades locais das instituições de Bretton Woods e dos bancos de desenvolvimento regional, que tendem a ter mais acesso para assessorar governos uma vez que fornecem mais recursos.

A ajuda ao desenvolvimento não é adequada à consecução dos Objetivos

Conforme destacado pelo Diretor do FMI recentemente, é o mundo desenvolvido que tem a maior responsabilidade de assegurar a realização dos Objetivos (quadro 7). Os investimentos públicos não podem aumentar em escala sem um grande aumento na ajuda oficial ao desenvolvimento. Isto é particularmente importante em países de baixa renda, onde os níveis de ajuda são geralmente ajustados mais pelas preferências dos doadores do que pelas necessidades dos países em desenvolvimento. Embora a sustentabilidade e capacitação em longo prazo nos países mais pobres necessite de apoio para custos recorrentes - tais como salários e manutenção - doadores historicamente têm se recusado a apoiá-los, impedindo assim qualquer esperança de sustentabilidade verdadeira. Similarmente, mesmo que a carência de trabalhadores seja freqüentemente o principal empecilho para os países que tentam prestar serviços sociais básicos, os doadores não investem sistematicamente nos estágios de treinamento de profissionais da saúde, da educação ou de outros trabalhadores cruciais. Os fluxos de ajuda também não estão crescendo tão rapidamente quanto prometido. Já que mesmo os tão proclamados compromissos de Monterrey não se materializaram inteiramente, os países em desenvolvimento se perguntam se os países desenvolvidos estão genuinamente comprometidos aos Objetivos.

O alívio da dívida não é alinhado com os Objetivos

As metas para o alívio da dívida são baseadas em indicadores arbitrários (razões dívida-exportações) em vez de em necessidades baseadas nos ODM. Muitos países pobres altamente endividados (HIPC) retêm dívida excessiva devido aos credores oficiais (tais como as instituições de Bretton Woods) mesmo após o alívio. Muitos países de renda média estão em uma situação similar e recebem quase nenhum alívio da dívida.

O financiamento do desenvolvimento é de baixa qualidade

A qualidade da ajuda bilateral é freqüentemente muito baixa. Muitas vezes é:

- Altamente imprevisível.
- Direcionada à assistência técnica e à ajuda emergencial em vez de focada em investimentos, capacidades de longo prazo e apoio institucional.
- Vinculada a prestadores de serviços dos países doadores.
- Dirigida por objetivos distintos dos doadores em vez de coordenada para apoiar um plano nacional.
- Excessivamente direcionada a países mal governados por razões geopolíticas.
- Quase nunca é sistematicamente avaliada ou documentada em relação a resultados.

A ajuda oficial ao desenvolvimento de baixa qualidade tem levado à percepção errônea de que a ajuda não funciona e, desse modo, tem ameaçado o apoio público de longo prazo à ajuda ao desenvolvimento. A ajuda funciona

Cada um destes problemas pode ser resolvido através de ações específicas e de compromisso por parte dos parceiros do desenvolvimento

e promove o crescimento econômico assim como avanços em setores específicos, quando dirigida a investimentos reais em países com governança razoável (quadro 8). O problema não é a ajuda – e sim como e quando a ajuda tem sido prestada, a que países, e em que quantidades. Em países de baixa renda, somente 24 por cento da ajuda bilateral consegue realmente financiar investimentos (tabela 5). A proporção para a ajuda multilateral é melhor, 54 por cento, embora ainda longe do ideal.

As principais prioridades dos ODM são negligenciadas sistematicamente

Os programas de desenvolvimento negligenciam rotineiramente investimentos necessários na integração regional, na gestão ambiental, na promoção tecnológica, nos esforços para promover a igualdade de gênero, e mesmo em investimentos centrais como estradas, eletricidade, moradia adequada, controle de doenças, nutrientes do solo e saúde sexual e reprodutiva.

A incoerência entre as políticas é ampla

Muitos países desenvolvidos identificaram a incoerência como um problema central em suas políticas. Por exemplo, um governo pode fornecer ajuda para apoiar a agricultura em um país exportador de alimentos e ao mesmo tempo também aplicar barreiras de acesso ao mercado às mesmas exportações agrícolas. Similarmente, um ministério da fazenda pode receber pagamentos de dívidas que negam os benefícios da ajuda sendo desembolsada pelo ministério do desenvolvimento. A incoerência entre políticas destaca a necessidade de um conjunto claro de objetivos mensuráveis para alinhar políticas de países desenvolvidos.

Quadro 7
O que as economias avançadas podem fazer para atingir os Objetivos

Fonte: de Rato y Figaredo 2004

Em recente artigo publicado em toda a África, o Diretor do FMI Rodrigo de Rato y Figaredo mencionou que a maior responsabilidade de apoio a países em desenvolvimento para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio recai sobre os países desenvolvidos.

“Se vamos realizar os Objetivos do Milênio, a maior carga de responsabilidade inevitavelmente deve recair sobre as economias avançadas, que têm uma tarefa dupla. Primeiramente, devem cumprir com seu compromisso de fornecer níveis mais elevados de ajuda, sempre que possível em termos concessionais. Os fluxos atuais de ajuda são insuficientes, imprevisíveis e frequentemente não coordenados entre doadores. Melhor coordenação e compromissos plurianuais são cruciais para tornar a ajuda ao desenvolvimento mais eficaz.”

“ Em segundo lugar, os países desenvolvidos devem melhorar o acesso a seus mercados para exportações dos países em desenvolvimento e retirar subsídios que distorcem o comércio. Os acordos-quadro alcançados na Organização Mundial do Comércio no último mês de julho são bem-vindos e colocam a Rodada de Doha de volta em curso. Isto precisa ser seguido de progresso com determinação para manter o momentum e para a consecução dos objetivos da agenda do desenvolvimento de Doha. Desta forma, os países ricos e pobres carregam responsabilidades de promover a integração mais intensa de países em desenvolvimento ao sistema de comércio global.”

Quadro 8
A ajuda em
grande escala
funciona -
quando prestada
corretamente

As críticas em relação à ajuda têm muitas formas. Alguns críticos sustentam que a ajuda apresenta uma falha inerente uma vez que fortalece os governos, freqüentemente corruptos, às custas do setor privado. Este é o famoso argumento do economista britânico Peter Bauer. Alguns afirmam que a ajuda não é necessária, uma vez que a poupança e o investimento privados podem e devem constituir a espinha dorsal do crescimento econômico. Alguns acham que a ajuda funciona quando é canalizada para os países bem governados. Esta é a conclusão do estudo altamente influente conduzido por Burnside e Dollar (2000).

Nossa opinião, explicada no texto, é que a ajuda é mais útil se canalizada para os países que verdadeiramente necessitam (principalmente aqueles presos na armadilha da pobreza) e canalizada através dos setores corretos (principalmente infra-estrutura e capital humano). Funciona melhor quando prestada a países bem governados. E a ajuda usada para apoiar o investimento público complementa a poupança e o investimento privado, em vez de competir com o capital privado.

Muitas conclusões negativas a respeito da relação entre ajuda e crescimento econômico vieram de regressões do crescimento econômico em relação a volumes da ajuda (e outras variáveis). O volume da ajuda é freqüentemente considerado estatisticamente insignificante como um determinante do crescimento econômico, conduzindo alguns autores a concluir que a “ajuda é ineficaz” para promover o crescimento econômico. Um ponto fraco importante em tais estudos é que tendem a examinar as relações entre crescimento e volumes totais da ajuda sem dedicar atenção a como a ajuda é realmente prestada. Especificamente, muita ajuda chega em forma de assistência técnica (de consultores do país doador), de custos administrativos para o funcionamento de agências bilaterais e multilaterais e de ajuda emergencial com alimentos. Não é surpreendente que tal ajuda não esteja correlacionada ao crescimento econômico no país que a recebe. A ajuda com alimentos, especialmente, é fornecida durante crises profundas. Assim, uma regressão do crescimento econômico sobre a ajuda com alimentos tenderia a provar (erroneamente) que a ajuda faz com que a produção decline, em vez da conclusão correta de que um declínio na produção (causado por uma seca, por exemplo) faz com que a ajuda emergencial aumente!

Em um importante estudo novo, Clemens, Radelet e Bhavnani (2004) corrigem esta típica deficiência considerando somente os volumes da ajuda que apóiam eficazmente investimentos e serviços no país recipiente, excluindo a ajuda emergencial, a assistência técnica e outros tipos de ajuda que não são convertidos em investimentos e serviços que promovam o crescimento. Eles consideram que a ajuda, quando medida corretamente, contribui significativamente para o crescimento econômico. Isto sugere que a ajuda é eficaz, se for bem direcionada e administrada como apoio direto para investimentos em nível nacional. Naturalmente, um nível mínimo de governança é necessário para um país poder converter a ajuda em investimentos.

A ajuda pode e deve ser desembolsada de formas que alinhem os incentivos dos doadores e dos receptores para apoiar resultados positivos no desenvolvimento. Conforme discutido neste relatório, os elementos de uma estratégia bem-sucedida de desembolso incluem a ajuda na forma de apoio ao orçamento para as estratégias nacionais de redução da pobreza focadas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Embora problemas reais tenham ocorrido com o modo como a ajuda era distribuída no passado, os governos em países ricos e pobres estão aprendendo a partir de seus erros a projetar maneiras mais eficazes de prestar assistência financeira àqueles que mais necessitam.

Em resumo, a ajuda externa pode contribuir de forma muito positiva no crescimento e na redução da pobreza quando direcionada e administrada corretamente para infra-estrutura básica e capital humano. Esta conclusão é reforçada pela recente experiência de Moçambique, Tanzânia e Uganda, os quais vivenciaram melhorias substanciais na área social financiadas em sua maior parte com a ajuda ao desenvolvimento. Moçambique é particularmente uma história de sucesso na última década, tendo alcançado taxas de crescimento econômico real per capita de 5 por cento enquanto vem recebendo ajuda que varia de 20 por cento a 60 por cento do PNB por ano desde 1993.

Medidas básicas para melhorar a prestação de ajuda

Cada um destes problemas é significativo. Mas cada um também pode ser resolvido com ações específicas e compromisso por parte dos parceiros do desenvolvimento. Aqui estão 10 medidas fundamentais para doadores.

Confirmar os Objetivos como metas operacionais concretas para os países

As agências multilaterais e bilaterais de desenvolvimento e outras instituições internacionais relevantes precisam explicitar seu apoio a estratégias de redução da pobreza baseadas nos ODM.

Diferenciar o apoio de doadores de acordo com necessidades nacionais

Os governos doadores precisam distinguir os países de modo que a ajuda seja focalizada para onde fará diferença, e de modo que os doadores não prestem menos ajuda aos países que mais necessitam ao focar naqueles com maior atenção

Tabela 5
Estimativa de AOD para apoio direto aos ODM e desenvolvimento de capacidades para os ODM, 2002

Bilhões de US\$, 2002

Nota: A soma dos números da tabela pode ser diferente dos totais devido aos números serem arredondados.

a. Baseado em estimativas do CAD
b. Assumindo que 75 por cento do "apoio máximo através de orçamentos do governo" financiem diretamente as necessidades de investimento dos ODM.
c. Assumindo que 40 por cento da ajuda oficial ao desenvolvimento fornecida através de ONGs apoiem diretamente investimentos em ODM.
d. Assumindo que 60 por cento da cooperação técnica contribuam para o desenvolvimento de capacidades para os ODM (suposição da OCDE/CAD).

e. Assumindo que 60 por cento da ajuda oficial ao desenvolvimento fornecida através de ONG contribuam para o desenvolvimento de capacidades para os ODM.

Fonte: Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico - Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento e cálculos dos autores.

	Países de baixa renda			Países de renda média		
	De fontes bilaterais	De fontes multilaterais	Total	De fontes bilaterais	De fontes multilaterais	Total
<i>AOD estimada para apoio direto aos ODM</i>						
Concessões	16.7	4.2	20.9	12.2	2.8	15.0
Empréstimos Brutos	3.3	9.8	13.2	4.5	2.8	7.3
Pagamento do Principal	-1.9	-2.8	-4.7	-4.2	-1.1	-5.3
AOD líquida	18.1	11.3	29.4	12.6	4.4	17.0
Pagamento de juros	-0.8	-0.9	-1.7	-1.7	-0.5	-2.2
Cooperação Técnica	-5.4	-0.8	-6.2	-6.2	-0.5	-6.8
Ajuda alimentar para o desenvolvimento	-0.8	-0.2	-1.0	-0.3	-0.0	-0.3
Ajuda emergencial	-1.9	-0.9	-2.8	-0.5	-0.3	-0.8
Concessões de cancelamento da dívida	-3.2	-0.3	-3.5	-2.0	-0.0	-2.0
Apoio através de ONGs ^a	-0.9	0.0	-0.9	-0.8	0.0	-0.8
Apoio máximo estimado através de orçamentos governamentais	5.2	8.1	13.4	1.1	3.1	4.2
25 por cento de apoio não destinado aos ODM através de orçamentos do governo ^b	-1.3	-2.0	-3.3	-0.3	-0.8	-1.0
40 por cento de apoio através de ONGs para investimentos em ODM ^c	0.4	0.0	0.4	0.3	0.0	0.3
Total de AOD para apoio direto aos ODM	4.3	6.1	10.4	1.2	2.3	3.5
Parcela da AOD líquida (por cento)	24	54	35	9	52	20
<i>AOD estimada para a construção de capacidades para os ODM</i>						
Cooperação Técnica para a construção de capacidades em apoio aos ODM ^d	3.2	0.5	3.7	3.7	0.3	4.1
Construção de capacidades para os ODM através de ONGs ^e	0.5	0.0	0.5	0.5	0.0	0.5
Total da AOD para o Desenvolvimento de Capacidades para os ODM	3.8	0.5	4.3	4.2	0.3	4.5
Parcela da AOD líquida (por cento)	21	4	14	33	7	27

Quadro 9**Diferenciando o apoio ao desenvolvimento de acordo com as necessidades do país****Países de renda média**

A maioria dos países de renda média pode financiar a maior parte dos Objetivos com seus próprios recursos, fluxos não concessionais (empréstimos do mercado, do Banco Mundial e de bancos de desenvolvimento regional) e fluxos de capital privado. Os esforços dos doadores devem ser dirigidos a ajudar estes países a eliminar os “bolsões de pobreza” remanescentes. Alguns países de renda média também precisam de mais alívio da dívida, especialmente do que é devido a governos credores (débito do clube de Paris). A conclusão bem-sucedida da Agenda de Desenvolvimento de Doha de negociações de comércio multilateral, com acesso aumentado aos mercados ricos do mundo, trará benefícios aos países de renda média. Muitos países de renda média, tais como Brasil, China e Malásia já são países doadores. Recomendamos que estes e outros países bem-sucedidos em relação à redução da pobreza, tais como a Índia, intensifiquem seus esforços de doação, incluindo contribuições financeiras e treinamento técnico para países parceiros de baixa renda.

Países bem governados presos na armadilha da pobreza

Em países bem governados presos na armadilha da pobreza, mesmo um aumento significativo na mobilização doméstica de recursos não será suficiente para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. É necessário co-financiamento substancial através de ajuda oficial ao desenvolvimento, especialmente para Países Menos Desenvolvidos, de forma a expandir os investimentos necessários em infra-estrutura, capital humano e administração pública. A chave para países bem governados presos na armadilha da pobreza é basear a ajuda em uma verdadeira avaliação de necessidades dos ODM, e então assegurar que a ajuda não seja uma restrição para a expansão. Estes países devem ser rapidamente alçados ao status “Via Rápida” rumo aos ODM.

Países mal governados presos na armadilha da pobreza: falta de vontade política

Para países como Bielorrússia, Myanmar, República Democrática da Coreia e Zimbábue, onde o problema é a vontade política da liderança, há pouco argumento a favor da ajuda em grande escala. A ajuda deve ser dirigida aos esforços humanitários ou através das ONGs que podem assegurar a prestação de serviços na ponta final. Toda ajuda dirigida através do governo deve ser condicionada a melhorias significativas dos direitos humanos e das políticas econômicas.

Países mal governados presos na armadilha da pobreza: administração pública deficiente

Quando há vontade política por parte da liderança do governo mas a administração pública é fraca devido à falta de gestão adequada, um passo fundamental é investir na capacidade do setor público. Isto aumentará também “a capacidade de absorção” de ajuda nos anos seguintes. Doadores devem considerar uma administração pública deficiente como uma oportunidade de investimento, não como uma barreira para a realização dos Objetivos. Deve-se direcionar esforços o mais cedo possível à construção de capacidade analítica e administrativa do governo em níveis nacional, regional e local - e à construção de especialização técnica em nível comunitário nas áreas de saúde, educação, agricultura e infra-estrutura. Esperamos que estes países superem significativamente as expectativas atuais de desempenho. Em relação a muitos países as expectativas internacionais são baixas, no entanto o potencial do país é muito elevado quando se considera o apoio de doadores e o alívio da dívida oportunamente e gradualmente ao longo do tempo.

(continua na página seguinte)

Quadro 9
Diferenciando
o apoio ao
desenvolvimento
de acordo com
as necessidades
do país
(continuação)

Países em conflito

Países em conflito, ou recém saídos de conflito, ou entrando em conflito representam casos especiais urgentes para a comunidade internacional. As respostas rápidas são essenciais. Um atraso na ajuda bem direcionada pode significar a diferença entre um processo de paz consolidado e o reaparecimento do conflito. A ajuda deve ser dirigida ao fim da violência e à restauração dos serviços básicos, orientada de maneira a abrandar as tensões entre grupos concorrentes. Estímulos (ofertas de um esforço de expansão da ajuda) são geralmente muito mais poderosos que punições (sanções internacionais) em países em crise, tais como o Haiti e o Sudão. Contudo as punições são aplicadas mais freqüentemente, com resultados poucos duradouros.

Prioridades geopolíticas

Os países com prioridade geopolítica (tais como o Afeganistão e o Iraque) evidentemente têm necessidades urgentes, mas acabam recebendo uma parte desproporcional de financiamento de doadores e de atenção pública. Se os principais doadores dedicarem esforços substanciais a estes países, devem se assegurar de que estes esforços não desviem a atenção e recursos financeiros de outros países beneméritos. O alívio da dívida para o Iraque, por exemplo, sem similar alívio para a Nigéria não seria justificado por motivo de equidade, mérito ou necessidade relativa.

Países com necessidades especiais

Os estados em desenvolvimento com necessidades especiais incluem:

- Pequenos estados insulares (isolamento, mercados pequenos, perigos naturais).
- Estados sem acesso ao mar (isolamento e custos de transporte elevados).
- Estados montanhosos (isolamento e custos de transporte elevados).
- Estados vulneráveis a desastres naturais.

Os estados geograficamente isolados requerem investimentos especiais em transporte e comunicações - e ajuda geopolítica para apoiar a cooperação regional e a integração regional. Os perigos estão aumentando em freqüência, intensidade e impacto, e as respostas tradicionais isoladas são demasiado lentas e subfinanciadas. Os doadores devem estabelecer fundos especiais de emergência para perigos naturais (secas, inundações, pragas, doença) e fundos permanentes para melhorias de longo prazo para lidar com desastres.

geopolítica. Diferentes tipos de apoio serão necessários para países de renda média, países bem governados presos na armadilha da pobreza e países mal governados presos na armadilha da pobreza (quadro 9). Atenção especial também deve ser dedicada a países em conflito e a países com necessidades especiais, tais como economias sem acesso ao mar ou pequenos estados insulares.

Apoiar quadros de 10 anos para ancorar estratégias de 3 a 5 anos

Para tratar sistematicamente as necessidades de desenvolvimento de longo prazo, os países devem produzir avaliações de necessidades dos ODM até 2015 e um quadro de políticas correspondente de 10 anos. Este quadro deve então guiar a estratégia de redução da pobreza baseada nos ODM mais detalhada e de prazo mais curto.

Coordenar apoio técnico em torno dos Objetivos

As agências multilaterais e bilaterais devem organizar seus esforços técnicos em torno do apoio aos países para o desenvolvimento e implementação de estratégias de redução da pobreza baseadas nos ODM. O Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDG) deve orientar os Escritórios Locais das Nações Unidas em seu apoio aos ODM, e a Matriz de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento deve identificar maneiras específicas através das quais os Escritórios Locais irão apoiar o governo para a consecução dos Objetivos. Recomendamos que os especialistas das agências sejam treinados de forma a complementar seus conhecimentos específicos do setor com habilidades básicas para apoiar processos orçamentários nacionais. Recomendamos também o estabelecimento de centros técnicos multi-agência, setoriais, transversais e regionais para apoiar governos e Escritórios Locais das Nações Unidas no desenvolvimento, financiamento e implementação de estratégias de redução da pobreza baseadas nos ODM.

Fortalecer o Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Coordenador Residente das Nações Unidas

Como representante sênior no local, o escritório do Coordenador Residente das Nações Unidas precisa de intenso fortalecimento, tanto para coordenar as organizações das Nações Unidas através do Escritório Local das Nações Unidas quanto para dirigir uma equipe de técnicos para apoiar o governo anfitrião no desenvolvimento e implementação da estratégia de redução da pobreza baseada nos ODM. Os representantes locais das instituições financeiras internacionais devem trabalhar em estreita colaboração com o Escritório Local das Nações Unidas no apoio aos programas de redução da pobreza do país anfitrião. A sede do UNDG deve apoiar o fortalecimento da posição do Coordenador Residente.

Estabelecer os níveis de AOD de acordo com a avaliação de necessidades apropriada

Os níveis de AOD devem ser orientados pela avaliação de necessidades dos ODM, no lugar de serem escolhidos por razões políticas ou com base em orçamentação incremental, como é o caso no momento. Formando parcerias com institutos de pesquisa locais, o Projeto do Milênio das Nações Unidas empreendeu a primeira avaliação de necessidades dos investimentos nacionais necessários para a realização dos Objetivos. Embora estas primeiras estimativas precisem ser refinadas através dos processos realmente nacionais que recomendamos neste relatório, os resultados demonstram que o custo total dos investimentos em países de baixa renda é da ordem de \$70-\$80 per capita por ano em 2006, aumentando para \$120-\$160 per capita por ano em 2015 (veja, por exemplo, os resultados para Gana na tabela 6, na página 62). Os países de renda média em geral poderão utilizar recursos próprios para estes

A “sustentabilidade da dívida” deve ser redefinida como “o nível de dívida consistente com a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”

investimentos. No entanto, os países de baixa renda, mesmo depois de iniciar um grande aumento na mobilização de recursos, precisarão de \$40-\$50 per capita em financiamentos externos em 2006, subindo para \$70-\$100 em 2015. Para assegurar a sustentabilidade dos programas, a ajuda ao desenvolvimento também deve cobrir custos recorrentes (tais como salários, funcionamento e manutenção do setor público), além dos custos de capital.

Aprofundar e estender o alívio da dívida e fornecer concessões em vez de empréstimos

A “sustentabilidade da dívida” deve ser redefinida como “o nível de dívida consistente com a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, chegando em 2015 sem uma nova iminência de dívida. Para muitos países pobres altamente endividados, isto requererá um cancelamento de 100 por cento da dívida. Para muitos países de renda média altamente endividados, isto requererá mais alívio da dívida do que tem estado disponível. Para alguns países pobres que não estão na lista dos países pobres altamente endividados (HIPC), como a Nigéria, alcançar os Objetivos requererá significativo alívio da dívida. Um corolário para países de baixa renda é que a AOD atual e futura deve ser em forma de concessões em vez de empréstimos.

Simplificar e harmonizar práticas bilaterais de ajuda para apoiar programas nacionais

Para empoderar a apropriação nacional de estratégias baseadas nos ODM e limitar os custos de transação envolvidos no fornecimento de apoio financeiro, doadores bilaterais devem simplificar os mecanismos de coordenação – tais como abordagens setoriais, apoio orçamentário direto e financiamento multilateral como o do Fundo Europeu de Desenvolvimento e da Associação Internacional de Desenvolvimento. Devem também levar a cabo urgentemente as ações que estabeleceram para si próprios na agenda de harmonização de Roma.

Focar nas prioridades e bens públicos negligenciados

Os parceiros do desenvolvimento devem apoiar países em desenvolvimento a promover prioridades negligenciadas, tais como saúde materna, igualdade de gênero e saúde reprodutiva, e a abordar os bens públicos negligenciados, incluindo capacidades científicas de longo prazo, gestão ambiental, integração regional e infra-estrutura transfronteiriça.

Medir a coerência das políticas em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Os doadores devem avaliar suas políticas de desenvolvimento, exteriores e financeiras com referência específica aos Objetivos. Os doadores devem sujeitar-se pelo menos aos mesmos padrões de transparência e coerência que esperam de governos de países em desenvolvimento. Alguns países realizaram progresso

Uma política de comércio internacional baseada nos ODM deve focar o acesso melhorado a mercados para países pobres e a competitividade no lado da oferta de exportações de países de baixa renda

iniciando seus relatórios de auto-avaliação do Objetivo 8, contudo grupos técnicos independentes devem publicar avaliações independentes a respeito dos impactos das políticas de doadores e da coerência dos doadores, com dados publicamente disponíveis para permitir a re-análise.

Grandes ganhos no comércio global

O comércio está entre as questões internacionais mais politicamente controversas para o desenvolvimento. Embora extremamente importante, está longe de ser uma solução mágica para o alcance do desenvolvimento. O *slogan* “comércio em vez de ajuda” é tomado erroneamente, particularmente nos países mais pobres. As reformas do comércio são complementares a outras partes da política de desenvolvimento, tais como investimentos em infra-estrutura e programas sociais para desenvolver uma força de trabalho saudável e bem educada. Conforme esboçado em Monterrey, uma política de comércio internacional baseada nos ODM deve focar em duas questões abrangentes:

- Melhoria do acesso a mercados e das condições de comércio para países pobres.
- Melhoria da competitividade do lado da oferta para exportações de países de baixa renda, através de maiores investimentos em infra-estrutura (estradas, eletricidade, portos) e na facilitação do comércio.

Para estabelecer um marco abrangente para o progresso, recomendamos que os líderes políticos globais primeiramente concordem com uma meta de longo prazo convenientemente distante (por exemplo, 2025) para a remoção total das barreiras comerciais de mercadorias, ampla e substancial liberalização do comércio de serviços e cumprimento universal dos princípios de reciprocidade e não-discriminação. No contexto de prazo mais próximo da Agenda de Desenvolvimento de Doha e dos Objetivos, recomendamos que os seguintes resultados-chave sejam acordados antes de meados de 2005.

Agricultura

Entre questões de comércio agrícola, a prioridade mais elevada deve ser atribuída ao acesso melhorado a mercados, com reduções bastante significativas em picos e aumentos de tarifas e na retirada gradual de impostos específicos das exportações de países de baixa renda (tais como o algodão). Também deve haver um compromisso obrigatório de abolir subsídios de exportação e esquemas de preços diferenciados em curto prazo.

Mercadoria não-agrícola

As tarifas das exportações de países em desenvolvimento para países desenvolvidos são, em média, quatro vezes mais altas do que as das exportações de outros países desenvolvidos. Os países em desenvolvimento sofrem também do seu próprio protecionismo, que reduz não somente a competitividade em mercados mundiais, mas limitam também oportunidades para mais comércio entre eles.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio não podem ser alcançados unicamente com investimentos nacionais, alívio da dívida e reforma do comércio

Na Rodada de Doha os países desenvolvidos devem tentar zerar todas as tarifas de mercadorias não-agrícolas até 2015. Um objetivo de médio prazo poderia ser manter todas as tarifas abaixo de 5 por cento até 2010. Os países em desenvolvimento poderiam então trazer todas as tarifas para zero até 2025. Se absolutamente indispensável, os países mais pobres devem manter todas as tarifas uniformes e a uma taxa máxima por um período razoável.

Serviços

Acertar na liberalização do comércio de serviços requer a atenção cuidadosa à natureza, ao ritmo e ao seqüenciamento da reforma. A liberalização da modalidade 4 do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS) – movimento temporário do trabalho para a prestação de serviços - deve ser adotado como alta prioridade na Rodada de Doha. Incentivamos países em desenvolvimento a negociar compromissos para abrir a modalidade 1 (prestação de serviços transfronteiriços) e a modalidade 3 (investimento estrangeiro direto em serviços) em troca de ofertas reais dos países desenvolvidos na modalidade 4.

Tratamento especial e diferenciado

Faz sentido dispensar tratamento especial e diferenciado para economias em desenvolvimento, que têm geralmente limitada capacidade de aproveitar novas oportunidades comerciais e de arcar com custos de ajuste. Deve-se incentivar a flexibilidade, o tempo e a assistência para implementação. O foco deve estar em prazos mais longos visando o ajuste à liberalização e a melhorias tecnológicas. Um “Fundo de Ajuda ao Comércio” de caráter temporário, proporcional à dimensão da tarefa, permitiria que compromissos fossem acordados no sentido de tratar os custos do ajuste associados à implementação da agenda de reforma de Doha.

Promoção da competitividade da exportação em países em desenvolvimento

Os países devem continuar a buscar o comércio aberto. Mas devem também continuar a receber ajuda adicional para superar as barreiras de produção no lado da oferta, com ênfase especial em investimentos na produtividade agrícola, infra-estrutura (tais como estradas, portos, telecomunicações e energia) e em exportações intensivas em mão-de-obra. Isto é particularmente importante para os Países Menos Desenvolvidos. A competitividade da exportação não deve ser buscada de maneira que incentive práticas de trabalho discriminatórias ou coercivas ou que afete adversamente o meio ambiente natural – ou seja, com as práticas insustentáveis de manejo florestal ou de pesca.

Bens públicos regionais e globais

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio não podem ser alcançados apenas com investimentos nacionais, o alívio da dívida e a reforma do comércio. As estratégias nacionais precisam estar interligadas umas com as outras e com

Qualquer estratégia para a consecução dos Objetivos requer especial esforço global de forma a desenvolver capacidades científicas e tecnológicas nos países mais pobres

os mecanismos internacionais de coordenação para a provisão de bens públicos regionais e globais.

Infra-estrutura e instituições regionais

Os vizinhos imediatos de um país tendem a estar entre seus parceiros comerciais mais importantes. Estes laços podem ser fortalecidos com a cooperação regional em infra-estrutura e em políticas, as quais constituem fatores críticos para o crescimento econômico e a redução da pobreza em economias de população pequena, sem acesso ao mar, ou de pequenos estados insulares, ou ainda dependentes dos vizinhos para alimento, água ou energia. Da mesma forma, as bacias hidrográficas, a desertificação, a poluição atmosférica e a biodiversidade transfronteiriças só podem ser controladas com estratégias regionais. É uma vez que muitos conflitos locais têm repercussões em regiões inteiras ou são motivados por tensões regionais, a gestão do conflito requer maior cooperação regional para detectar conflitos antes do seu surgimento efetivo e para desenvolver respostas coordenadas dos países vizinhos no sentido de eliminá-los.

Para tratar estas necessidades, recomendamos que quatro tipos de bens públicos regionais sejam apoiados internacionalmente e integrados a estratégias nacionais de redução da pobreza baseadas nos ODM:

- Infra-estrutura de transporte, energia ou gestão hídrica.
- Mecanismos de coordenação para controlar questões ambientais transfronteiriças.
- Instituições para promover a cooperação econômica, incluindo a coordenação e harmonização nas políticas e procedimentos comerciais.
- Mecanismos de cooperação política para o diálogo e a construção de consenso regionais, como exemplificado pelo Mecanismo Africano de Revisão por Pares (sigla em inglês APRM, African Peer Review Mechanism).

O fortalecimento da provisão de bens regionais requer investimento substancial. Para países de baixa renda, isto implica geralmente na necessidade de financiamento externo. Os países também precisam fortalecer suas instituições regionais organizando responsabilidades e conferindo alguma soberania a parcerias onde necessário.

Mobilizando ciência e tecnologia para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Os avanços da ciência e na tecnologia permitem que a sociedade mobilize novas fontes de energia e de materiais, combata doenças, melhore e diversifique a agricultura, mobilize e dissemine informação, transporte pessoas e bens com maior rapidez e segurança, limite o tamanho das famílias conforme o desejado e muito mais. Contudo, estas tecnologias têm um custo. São fruto de enormes investimentos sociais em educação, descoberta científica e projetos tecnológicos. Cada país de alta renda bem-sucedido faz investimentos públicos especiais

**Muitos países
considerados
muito pobres ou
muito distantes
das metas
ainda poderiam
alcançar os
Objetivos**

para promover capacidades científicas e tecnológicas. Infelizmente, os países pobres têm sido, na maior parte, espectadores ou no máximo usuários dos avanços tecnológicos relevantes produzidos no mundo rico. Os países pobres tendem a carecer de grandes comunidades científicas e tecnológicas. Seus cientistas e engenheiros, cronicamente subfinanciados, mudam para outros países em busca de emprego satisfatório em pesquisa científica e desenvolvimento. As empresas privadas, além disso, focalizam suas atividades de inovação em problemas e projetos de países ricos, já que é onde os retornos financeiros adequados estão disponíveis.

Qualquer estratégia para a realização dos objetivos requer um esforço global especial no sentido de construir capacidades científicas e tecnológicas nos países mais pobres, tanto para ajudar a motivar o desenvolvimento econômico quanto para ajudar a criar soluções para os desafios científicos específicos dos países em desenvolvimento. Um foco deve ser o fortalecimento das instituições de educação superior. Um esforço global especial também é necessário para direcionar a pesquisa e o desenvolvimento em direção aos desafios específicos enfrentados pelos pobres em relação a doenças, clima, agricultura, energia e degradação ambiental. Existem perspectivas reais para o desenvolvimento de novas vacinas e medicamentos contra malária, HIV/AIDS, tuberculose e outras doenças letais em países pobres. Os produtos melhorados de saúde sexual e reprodutiva incluiriam microbicidas, novos métodos controlados pela mulher e anticoncepcionais masculinos. Melhorias nas variedades agrícolas e em sistemas de plantio podem aumentar a produtividade de alimentos produzidos por agricultura não irrigada. O monitoramento e previsão ambientais apropriados podem ajudar a focar as ações com maior impacto positivo. Há muitos outros exemplos.

Para tratar essas questões científicas urgentes, o financiamento público direto da pesquisa precisa aumentar. Uma estimativa preliminar sugere que até 2015, serão necessários pelo menos \$7 bilhões por ano, dos quais talvez \$4 bilhões seriam destinados à saúde pública. Mais \$1 bilhão iria para a agricultura e melhor gestão de recursos naturais, quase triplicando o orçamento atual do Grupo Consultivo de Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR). Aproximadamente mais \$1 bilhão iria para a melhoria de tecnologias de energia. E talvez \$1 bilhão para melhor compreensão da mudança climática, anual e de longo prazo.

Uma estratégia internacional para aliviar a mudança climática

A mudança climática é uma questão de desenvolvimento crucial que precisa ser tratada urgentemente. A menos que o aquecimento global desacelere, a incidência de secas e inundações provavelmente aumentará, as doenças por vetores provavelmente expandirão seu alcance e muitos ecossistemas, tais como mangues e recifes de corais, provavelmente sofrerão grande tensão. Em resumo, as conquistas na luta contra a doença, a fome, a pobreza e o risco ambiental da degradação serão desfeitas pela mudança climática.

**Embora o tempo
seja curto, ainda
é suficiente para
se alcançar os
Objetivos de
Desenvolvimento
do Milênio**

Além de melhor compreensão científica sobre a mudança climática e estratégias nacionais de adaptação, o mundo deve aliviar a mudança climática estabilizando as emissões de gás de efeito estufa, promovendo o seqüestro de carbono e ajudando os países a se adaptarem aos efeitos da mudança climática. No futuro próximo, medidas adicionais devem ser implementadas para estabilizar concentrações do gás de efeito estufa na atmosfera. Como acordado em Joanesburgo, a responsabilidade primária em relação ao alívio para a mudança climática e outros padrões de produção e consumo insustentáveis, tais como o esgotamento dos estoques pesqueiros globais, recai sobre os países que causam os problemas, que são os países de alta renda e alguns países de renda média que crescem rapidamente.

A largada em 2005 – o lançamento de uma década de ambição audaciosa

Embora o tempo seja curto, ainda é suficiente para se alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Com uma abordagem sistemática e um horizonte de uma década, muitos países considerados sem chances por serem demasiado pobres ou muito distantes das metas ainda podem alcançar os Objetivos. O Projeto do Milênio das Nações Unidas defende intensamente a introdução de um horizonte de prazo mais longo na política de desenvolvimento internacional, que enfoque a superação das restrições de curto prazo através da expansão de abordagens que satisfaçam necessidades básicas. Contudo, a necessidade de horizontes de longo prazo não deve ser confundida com, ou desviar a atenção da necessidade de ação urgente. Se não houver ousado avanço no próximo ano, muitos países que poderiam atingir os Objetivos estarão fadados ao fracasso.

Grandes desafios relativos à cooperação política global precisam ser abordados em 2005. A agenda de comércio de Doha precisa de um avanço para o desenvolvimento. É necessária ação imediata para começar a trabalhar os desafios ambientais de longo prazo, tais como a mudança climática e a degradação dos estoques pesqueiros.

O mundo também precisa adotar ações específicas de expansão para os Objetivos urgentemente. Somente com ação imediata, números suficientes de médicos ou engenheiros poderão ser treinados, a capacidade de prestação de serviço poderá ser fortalecida e a infra-estrutura melhorada para a consecução dos Objetivos. Para começar a década de ousada ambição em direção a 2015, recomendamos uma série de iniciativas mundiais para alavancar o progresso, transformando os Objetivos rapidamente de ambição para ação. Por tudo isto, recomendamos que sejam conduzidas pelo Secretário-Geral, com contribuições do sistema das Nações Unidas coordenadas sob fortalecida orientação do Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Quadro 10
Identificando
países elegíveis
para receber
o status “Via
Rápida” rumo
aos ODM

O Projeto do Milênio das Nações Unidas recomenda que em 2005, a comunidade internacional confira o status “Via Rápida” a um número significativo de países de baixa renda que estejam prontos para expandir. Ao menos quatro critérios poderiam ser usados para identificar estes países, conforme listados na tabela. Um dos primeiros esforços internacionais para recompensar a governança de qualidade com aumento da assistência estrangeira foi a Iniciativa para Países Pobres Altamente Endividados (HIPC), para reduzir cargas de dívidas. Como parte do processo HIPC, a elegibilidade do país para receber o alívio da dívida depende não somente de ter uma carga de dívida extremamente elevada, mas também de uma avaliação conjunta positiva conduzida pelo Banco Mundial e pelo FMI sobre a qualidade da governança do país e das políticas econômicas. Os países recebem o alívio da dívida quando alcançam seu “ponto de conclusão”, e assim são “reconhecidos pela comunidade internacional por seu progresso satisfatório na implementação de políticas econômicas e estruturais positivas.”

Um segundo mecanismo que avalia e valida a governança de boa qualidade como pré-condição para o desembolso de ajuda é a Corporação do Desafio do Milênio (MCC). A MCC só efetua desembolso de fundos para países que superam limites de vários indicadores que medem a governança, o esforço do investimento na saúde e na educação e políticas econômicas. Dezesete países já foram julgados como elegíveis para programas de investimento ambiciosos. Outros 13 países foram avaliados como comprometidos com a realização das reformas necessárias para melhorar o desempenho das políticas e eventualmente se qualificarem para receber ajuda da MCC.

Um terceiro exemplo é o Mecanismo Africano de Revisão por Pares (APRM) da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD). Os estados-membros da União Africana se filiam ao APRM para promover a adoção de políticas, padrões e práticas que conduzam à estabilidade política, ao alto crescimento econômico, desenvolvimento sustentável e à integração econômica sub-regional e continental acelerada através da troca de experiências e de práticas bem sucedidas, incluindo a identificação de deficiências e avaliação de necessidades para a construção de capacidades. Um critério fundamental para aceder ao APRM é submeter-se a revisões por pares periódicas e facilitar tais revisões para assegurar que políticas e práticas de estados participantes estejam em conformidade com os valores, códigos e padrões políticos, econômicos e corporativos acordados. A partir de meados de 2004, 23 países africanos assinaram um Memorando de Entendimento como o primeiro passo para a acesso e para submeter suas políticas e instituições à revisão por pares regularmente.

O processo de PRSP oferece um quarto mecanismo para identificar países que avancem rapidamente na consecução dos ODM. O Banco Mundial e o FMI conduzem uma Avaliação Conjunta dos PRSP e têm avaliado positivamente diversos países de baixa renda. Por exemplo, “O PRSP [de Mali] representa um quadro de políticas confiável para a redução da pobreza, integrando pela primeira vez os vários programas focados na redução da pobreza do país dentro do contexto de um marco macroeconômico positivo.” Outros países elogiados recentemente por PRSP sólidos incluem Burquina Faso, Etiópia, Gana, Mauritânia e Iêmen. Além disso, o Banco Mundial publicou recentemente um documento defendendo que os países em desenvolvimento estão prontos para absorver \$30 bilhões adicionais em assistência externa. O estudo selecionou uma amostra de 18 países que recentemente têm “melhorado suas políticas significativamente... usado ajuda de forma produtiva... e continuam a ter necessidades substanciais de desenvolvimento não atendidas.” O documento conclui que um aumento significativo na ajuda poderia ser usado eficazmente em todos os 18 países.

(continua na página seguinte)

Quadro 10
Identificando
países elegíveis
para receber
o status “Via
Rápida” rumo
aos ODM
(continuação)

* Países de baixa renda

a. Países do www.nepad.org, acessado em 20 de Dezembro de 2004

b. Países do www.worldbank.org, acessado em 20 de Dezembro de 2004

c. Países do www.mca.org, acessado em 20 de Dezembro de 2004

d. Banco Mundial 2003

Fonte: veja notas a-d.

Candidatos Potenciais ao status de “Via Rápida” rumo aos ODM

País	Requisitos de governança					Estudo de Capacidade de Absorção do Banco Mundial ^d
	Mecanismo Africano de Revisão por Pares ^a	Ponto de conclusão da HIPC ^b	Elegível para a Corporação do Milênio ^c	No limite para a Corporação do Milênio ^c	Documento de Estratégia de Redução da Pobreza ^a	
África do Sul	x					
Albânia				x	x	x
Algéria	x					
Angola*	x					
Armênia			x		x	
Azerbaijan*					x	
Bangladesh*						x
Benin*	x	x	x		x	x
Bolívia		x	x		x	x
Bósnia and Herzegovina					x	
Burquina Faso*	x	x		x	x	x
Butão*					x	
Cabo Verde			x			
Camarões*	x				x	
Camboja					x	
Chade*					x	
Congo, Rep.*	x					
Djibouti					x	
Egito	x					
Etiópia*	x	x			x	x
Filipinas				x		
Gabão	x					
Gâmbia*					x	
Gana*	x	x	x		x	
Geórgia*			x		x	
Guiana		x		x	x	
Guiné*					x	
Honduras			x		x	x
Iêmen*				x	x	
Índia*						x
Indonésia*						x
Kirgístão*					x	x
Laos PDR					x	
Lesoto*	x		x			
Madagascar*		x	x		x	x
Malawi*	x			x	x	
Mali*	x	x	x		x	x
Marrocos			x			x
Maurício	x					
Mauritânia *		x			x	x
Moçambique*	x	x	x		x	x
Moldávia*					x	
Mongólia*			x		x	
Nepal*					x	
Nicarágua *		x	x		x	
Níger*		x			x	
Nigéria*	x					
Paquistão*					x	x
Paraguai				x		
Quênia*	x			x		
Ruanda*	x				x	
São Tomé e Príncipe*				x		
Senegal*	x	x	x		x	
Serra Leoa*	x					
Sérvia e Montenegro					x	
Sri Lanka			x		x	
Tajiquistão*					x	
Tanzania*	x	x		x	x	x
Timor Leste*				x		
Uganda*	x	x		x	x	x
Vanuatu			x			
Vietnã*					x	x
Zâmbia*				x	x	

Um grande esforço mundial para treinamento em esquemas de estágio profissionalizante deve ser lançado em 2005 para superar as restrições de expansão de recursos humanos a curto prazo

Identificar os países elegíveis para receber o status “Via Rápida” rumo aos ODM

Os programas de investimento focados nos ODM não podem ser ampliados em países em desenvolvimento com governança extremamente fraca. No entanto, a comunidade internacional reconheceu muitos países de baixa renda com forte governança e potencial para programas de investimento muito mais ambiciosos. Em 2005, recomendamos que seja conferido a estes países de baixa renda bem governados que estão alcançando progresso o status “Via Rápida” rumo aos ODM pela comunidade internacional e que recebam o enorme aumento na ajuda ao desenvolvimento necessário para que implementem estratégias de redução da pobreza baseadas nos ODM.

Diversos critérios pré-existentes poderiam ser usados para ajudar a identificar estes países (quadro 10). Estes incluem países que alcançaram o ponto de conclusão na Iniciativa HIPC, aqueles que se qualificaram para receber apoio da Corporação do Desafio do Milênio, dos Estados Unidos da América; aqueles que acederam ao Mecanismo Africano de Revisão por Pares da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África; ou aqueles com revisões favoráveis nas Avaliações Conjuntas Funcionários Banco Mundial-FMI dos PRSP. Estes ou outros critérios baseados no desempenho renderão ao menos umas duas dúzias de países de baixa renda que terão alcançado padrões de governança suficientes para serem incluídos em esquemas de expansão de investimento baseados nos ODM começando em 2005.

É com estes países elegíveis ao status “Via Rápida” rumo aos ODM que a comunidade internacional, particularmente os países doadores, enfrentará o teste mais claro de seu compromisso para a realização dos Objetivos. Se os doadores não puderem prestar o apoio que estes países requerem para alcançar os Objetivos, o empreendimento para a consecução destes Objetivos irá perecer. Além disso, o sistema de ajuda internacional ao desenvolvimento precisa consolidar seus incentivos para países com níveis mais frágeis de governança, mostrando que o bom desempenho é certamente recompensado pelo apoio financeiro consistente com os Objetivos.

Preparar estratégias de redução da pobreza baseadas nos ODM

Além de apoiar os países em progresso, recomendamos que cada país em desenvolvimento interessado produza, até o final de 2005, uma avaliação de necessidades dos ODM e uma estratégia de redução da pobreza baseada nos ODM. Recomendamos ainda, que o Secretário-Geral convoque cada Escritório Local das Nações Unidas a ajudar neste processo. Frequentemente o resultado será uma versão revisada de uma estratégia nacional existente, incluindo o documento de estratégia de redução da pobreza (PRSP), onde apropriado. Deve conter uma estratégia para melhores investimentos em nível de vilas e cidades, um cenário de financiamento e uma estratégia de governança para assegurar a

Em muitos países de baixa renda, apenas os recursos domésticos não serão suficientes para a realização dos objetivos

implementação do programa com níveis mínimos de corrupção, baseada nos princípios fundamentais dos direitos humanos.

O país anfitrião deve conduzir e apropriar-se do esforço de elaboração da estratégia de ODM, lançando mão das organizações da sociedade civil; doadores bilaterais; agências especializadas, programas e fundos das Nações Unidas; e instituições financeiras internacionais, incluindo o FMI, o Banco Mundial e o banco de desenvolvimento regional apropriado. As contribuições das agências especializadas, programas e fundos das Nações Unidas devem ser coordenadas através do Escritório Local das Nações Unidas, e este deve trabalhar em estreita colaboração com as instituições financeiras internacionais. A sede do Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento deve coordenar as atividades entre todas as agências, programas e fundos das Nações Unidas, com o Administrador do PNUD desempenhando um papel especial de coordenação.

Lançar um esforço global de treinamento de recursos humanos para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Simultaneamente à elaboração de estratégias nacionais, um grande esforço mundial para treinamento em esquemas de estágio profissionalizante deve ser lançado em 2005 para superar as restrições de expansão de recursos humanos a curto prazo. Agências internacionais e doadores bilaterais devem trabalhar com países de baixa renda para preparar estratégias sérias e materiais de treinamento para o uso no nível local - nas vilas e cidades. Defensores globais são necessários para que esta iniciativa estabeleça metas e confirme compromissos financeiros para treinamento prioritário de:

- Especialistas locais em saúde, nutrientes do solo, irrigação, recuperação de terra, água potável, saneamento, eletricidade, mecânica, manutenção de estradas e manejo de florestas.
- Os gestores de planejamento de investimentos, incluindo orçamentos, sistemas de informação computadorizados, mapeamento da pobreza e avaliações de necessidades setoriais.
- Professores, médicos e outros profissionais qualificados para prestar serviços na educação e na saúde.
- Profissionais de planejamento urbano e infra-estrutura e serviços urbanos (tais como eletricidade, transporte, água, gestão de resíduos e zoneamento industrial) e agentes de desenvolvimento comunitário para promover a participação, igualdade de gênero e direitos das minorias em nível local.

Um foco intenso no treinamento de novos trabalhadores no curto prazo, onde apropriado, irá fornecer o benefício adicional de trazê-los para o mercado de trabalho formal. Também irá ajudá-los a desenvolver uma base de qualificação que contribuirá para os processos de desenvolvimento de longo prazo.

Lançar as Ações de Impacto Rápido

Observamos a possibilidade de avanços rápidos em muitas áreas: frequência escolar, controle da malária, refeições escolares, nutrientes do solo, entre outros. Cada uma deve ser apoiada, e metas explícitas e ambiciosas devem ser estabelecidas em um horizonte de tempo de três anos. Por exemplo, certamente seria possível disponibilizar um mosquiteiro anti-malária gratuitamente para cada criança africana em uma região endêmica até o final de 2007. Também seria possível dar a cada agricultor de subsistência a possibilidade de reabastecer os nutrientes do solo usando fertilizantes ou agroflorestamento ou técnicas relacionadas até o final de 2007. Identificamos um grande número de Ações de Impacto Rápido adicionais. As agências relevantes das Nações Unidas, junto com agências bilaterais e as instituições de Bretton Woods, devem agarrar a oportunidade de lançar estas iniciativas em 2005.

Engajar os países de renda média no desafio de alcançar os objetivos

Os países de renda média devem enfrentar o desafio de concluir o processo de erradicação da pobreza extrema dentro de seus próprios países e ao mesmo tempo fazer parte do grupo de países doadores. A maioria dos grandes países de renda média apresenta bolsões de pobreza que devem ser eliminados. Empréstimos em apoio a elevadas cargas de dívida para países de renda média altamente endividados podem apoiar esse processo.

Mas os principais países de renda média – tais como Brasil, China, Malásia, México e África do Sul – também detém conhecimento que pode ser de benefício direto para os países mais pobres. Por exemplo, a China deve ajudar a assegurar um fluxo constante de medicamentos anti-malária baseados em artemisinina para a África nos próximos anos. Pode também ajudar países na expansão do transporte ou outra infra-estrutura. O Brasil pode contribuir para o desenvolvimento na África Lusófona, incluindo o treinamento de profissionais que falam português. A Malásia pode ajudar a promover a melhoria da competitividade em exportações de manufaturados que usam mão-de-obra intensiva e a fortalecer mecanismos de aconselhamento científico. A África do Sul recentemente ganhou experiência singular na rápida expansão de serviços de infra-estrutura para abastecimento de água e eletricidade em áreas rurais. Poderia ajudar outros países da África a elaborar planos de investimento ambiciosos. Há muitos outros exemplos do tremendo potencial para cooperação de países em desenvolvimento - e que deve ser aproveitado em 2005.

4 Os custos e os benefícios de se atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Em linha com o Consenso de Monterrey, os países em desenvolvimento precisarão expandir sua mobilização doméstica de recursos para financiar estratégias de redução da pobreza baseadas nos ODM, lançando mão, o máximo possível, de receitas governamentais, contribuições domiciliares e investimentos do setor

privado. Em muitos países de baixa renda, e em praticamente todos os países menos desenvolvidos, apenas recursos domésticos não serão suficientes para a consecução dos Objetivos.

Expandindo o pacote financeiro para atingir os objetivos

As perguntas centrais são: Quanto custará a realização dos Objetivos? E que parcela dos custos totais pode ser proporcionada por meio do incremento de recursos domésticos, e quanto deve ser fornecido por doadores? Uma vez que não há uma “solução única” para se atingir os Objetivos, as perguntas só podem ser respondidas adequadamente através de avaliações de necessidades detalhadas que devem ser realizadas nacionalmente. Numa primeira tentativa, o Projeto do Milênio das Nações Unidas colaborou com organizações de pesquisa locais para preparar avaliações de necessidades dos ODM para que cinco países quantificassem necessidades de infra-estrutura, de recursos humanos e financeiras. Para Gana, os investimentos públicos anuais necessários para alcançar os Objetivos totalizam \$80 per capita em 2006, chegando a \$124 em 2015 (tabela 6). As avaliações de necessidades de outros países de baixa renda mostram níveis similares de investimento necessário. Cabe destacar que este número não inclui a cooperação técnica para desenvolvimento de capacidades e outras finalidades, a ajuda de emergência, ou outra AOD que não financie diretamente o capital ou custos operacionais das intervenções de ODM.

Para financiar estes investimentos, presumimos um grande aumento na mobilização doméstica de recursos através do aumento das despesas do governo com os Objetivos de até quatro pontos percentuais do PIB até 2015. Estes recursos adicionais provavelmente precisarão ser levantados através de uma fonte de receita de amplas bases, tal como impostos sobre valor agregado, assim como o redirecionamento de despesas atuais de baixa prioridade para investimentos de alta prioridade dos ODM. Este aumento em recursos domésticos, mesmo que muito grande como porcentagem da renda doméstica, não é suficiente para a consecução dos Objetivos em países pobres. Para isso, é necessário mais ajuda oficial ao desenvolvimento.

Nossos resultados sugerem que em um país de baixa renda típico, com uma renda média per capita de \$300 em 2005, será preciso financiamento externo de intervenções públicas da ordem de 10 a 20 por cento do PNB. Para estes países, os custos de atingir os ODM terão que ser divididos mais ou menos uniformemente entre finanças domésticas e AOD. Enquanto isso, países de renda média conseguirão financiar essencialmente todos os investimentos nos Objetivos sem recorrer a financiamento externo - a menos que os excessivos encargos da dívida os limitem. Em alguns casos, as exigências de superávites primários para orçamentos governamentais podem precisar de ajuste para permitir que os países aumentem os investimentos públicos para os Objetivos.

Um nível razoável de AOD total para os ODM é de \$135 bilhões em 2006 e \$195 bilhões em 2015

Níveis modestos de AOD podem ser necessários para ajudar países de renda média a socorrer “bolsões de pobreza” especialmente problemáticos.

De acordo com nossas estimativas, o custo total para apoiar a lacuna de financiamento dos ODM para cada país de baixa renda seria de \$73 bilhões em 2006, aumentando para \$135 bilhões em 2015 (tabela 7). Os países de renda média apresentam uma projeção de \$10 bilhões em apoio direto necessário para investimentos em ODM. Além destes custos diretos dos investimentos nos Objetivos, há custos adicionais no nível nacional e internacional - despesas com capacitação das agências bilaterais e multilaterais, gastos com ciência e tecnologia, maior alívio da dívida e outras áreas. No total, estimamos os custos de atingir os ODM em todos os países em \$121 bilhões em 2006, aumentando para \$189 bilhões em 2015, levando em consideração incrementos nacionalmente cofinanciados. Nossos resultados demonstram que diversos países estarão livres da necessidade de ajuda para financiar investimentos nos ODM antes de 2015 (mapa 8).

Na tabela 8 estimamos um nível razoável de fluxos totais de AOD ligados aos Objetivos, fazendo três ajustes à tabela 7. Primeiramente, reconhecemos que além da AOD focada nos ODM, outras formas de AOD continuarão a ser efetuadas. Em segundo lugar, reconhecemos que algumas das necessidades de ODM serão atendidas com a reprogramação da ajuda existente em vez de recorrer ao aumento da ajuda. Em terceiro lugar, reconhecemos que alguns países

Tabela 6

Financiando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em Gana
2003 US\$ per capita

— Não disponível na Não se aplica.

Nota: A soma dos números da tabela podem ser diferentes dos totais devido aos números serem arredondados.

a. Para intervenções de ODM ainda não incluídas na avaliação de necessidades (como grandes projetos de infraestrutura, educação superior, sustentabilidade ambiental).

b. Calculado usando a metodologia descrita na tabela 5.

Fonte: OCDE 2004 e cálculos dos autores elaborados em colaboração com o Instituto de Estatística Social e Pesquisa Econômica, Gana.

	Estimada em 2002	Projeção para 2006	Projeção para 2010	Projeção para 2015	Média 2006-15
<i>Necessidades de Investimentos dos ODM</i>					
Fome	na	3	5	12	6
Educação	na	17	19	22	20
Igualdade de Gênero	na	2	3	3	3
Saúde	na	18	24	34	25
Fornecimento de água e saneamento	na	6	7	10	7
Melhoria de vida de habitantes de moradias precárias	na	2	2	3	2
Energia	na	13	15	18	15
Estradas	na	11	10	10	10
Outros ^a	na	8	9	13	10
Total	na	80	94	124	99
<i>Fonte de Financiamento</i>					
Contribuições domiciliares	—	9	11	15	11
Gastos do governo	14	19	27	39	29
Total	—	28	38	54	40
Lacuna de Financiamento dos ODM	na	52	57	70	59
AOD para Apoio Direto aos ODM (2002) ^b	16	na	na	na	na
Déficit de AOD para Apoio Direto aos ODM além do nível de 2002	na	36	41	54	43

Tabela 7

Custo estimado para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em todos os países

Bilhões de US\$, 2003

Nota: A soma dos números da tabela pode ser diferente dos totais devido aos números serem arredondados.

Fonte: dados de 2002 baseados na OCDE/CAD 2004. Projeções para 2006–15 calculadas pelo autor.

Categoria	AOD estimada em 2002	Projeção para 2006	Projeção para 2010	Projeção para 2015
<i>Necessidades de Apoio aos ODM em Países de Baixa Renda</i>				
Lacuna de Financiamento dos ODM	12	73	89	135
Desenvolvimento de Capacidades para Consecução dos ODM	5	7	7	7
Concessões em Apoio a Alta Carga de Dívida	—	7	6	1
Alívio da Dívida	4	6	6	6
Pagamento de Empréstimos Concessionais	-5	0	0	0
Sub-total	15	94	108	149
<i>Necessidades de Apoio aos ODM em Países de Renda Média</i>				
Apoio Direto ao Governo	4	10	10	10
Desenvolvimento de Capacidades para Consecução dos ODM	5	5	5	5
Pagamento de Empréstimos Concessionais	-6	-3	-4	-6
Sub-total	3	12	11	9
<i>Necessidades de Apoio aos ODM em Nível Internacional</i>				
Cooperação Regional e Infra-estrutura	2	3	7	11
Fundos para Pesquisa Global	1	5	7	7
Implementação das Convenções do Rio	1	2	3	5
Cooperação Técnica por Organizações Internacionais	5	5	7	8
Sub-total	10	15	23	31
Custo Estimado da Realização dos ODM em Todos os Países	28	121	143	189

Tabela 8

Demanda plausível de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Bilhões de US\$, 2003 na Não se aplica.

Nota: A soma dos n^{os} da tabela pode ser diferente dos totais devido aos n^{os} serem arredondados.

a. Inclui ajuda que não contribui diretamente para os Objetivos e gastos operacionais das agências doadoras.

b. Não inclui várias necessidades importantes de ajuda oficial ao desenvolvimento, tais como resposta a crises de importância geopolítica (como Afeganistão e Iraque), alívio do impacto da mudança climática, proteção ao meio ambiente e conservação dos estoques pesqueiros, etc.

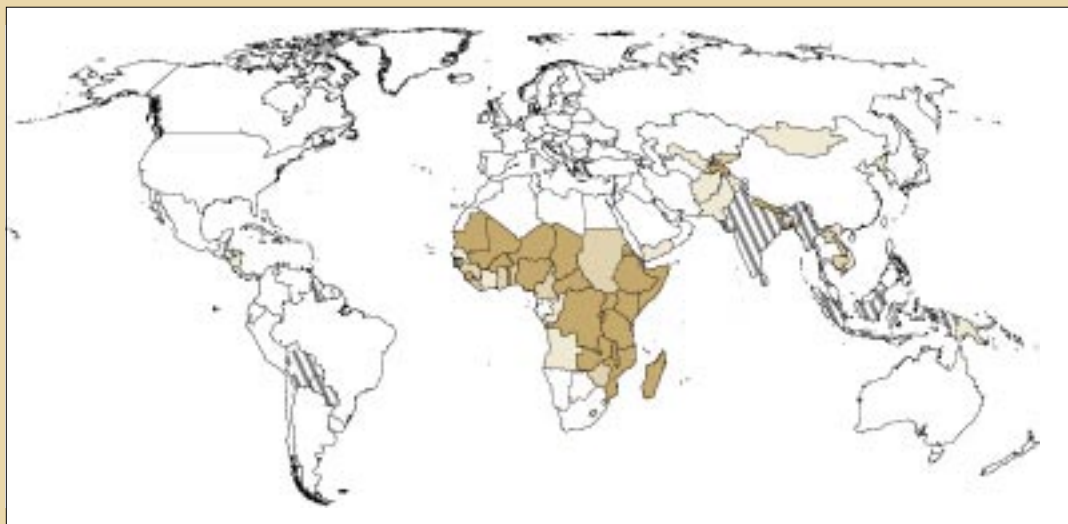
c. Renda Nacional Bruta.

Fonte: dados de 2002 baseados na OCDE/CAD 2004. Projeções para 2006–15 calculadas pelo autor.

	AOD estimada em 2002	Projeção para 2006	Projeção para 2010	Projeção para 2015
Linha de Base de AOD em 2002	28	28	28	28
Necessidades de Investimentos Adicionais em ODM	na	94	115	161
Ajuste para Países Não-Elegíveis Devido a Governança Inadequada	na	-21	-23	-25
Reprogramação da AOD Existente	na	-6	-7	-9
Alívio para Emergências e Crises	4	4	5	6
Outras AOD ^a	34	36	34	35
Total Indicativo das Necessidades de AOD Líquida para os ODM^b	65	135	152	195
Parcela do RNB^c de Países da OCDE/CAD (por cento)	0.23	0.44	0.46	0.54
AOD para Países Menos Desenvolvidos (% do RNB ^c de Países da OCDE-DAC)	0.06	0.12	0.15	0.22
Aumento Absoluto Necessário na AOD (comparado com 2002)	na	70	87	130
Diferença Entre o Total em AOD Líquida Necessária e os Compromissos Existentes	na	48	50	74

Mapa 8
Lacunas de
financiamento
dos Objetivos de
Desenvolvimento
do Milênio, 2015
Porcentagem do PIB

Fonte: Cálculos dos autores.



- Sem Lacuna de Financiamento de ODM
 Menos de 10%
 10%–20%
 Mais de 20%
 Provavelmente irão mudar de categoria antes de 2015

não irão se qualificar para o aumento da ajuda por causa de seu baixo nível de governança. Fazendo estas três correções, sugerimos que um nível razoável de AOD total necessário para os ODM na próxima década será de \$135 bilhões em 2006, aumentando para \$195 bilhões em 2015. Estes números equivalem respectivamente a 0,44 e 0,54 por cento do PNB dos doadores.

Estas estimativas de AOD sugerem que os doadores devem se preparar para dobrar a relação AOD-PNB no período de 2006 a 2015 em relação ao presente. Isto é, a relação de AOD para PNB dos doadores deve ser 0,5 por cento do PNB ou mais, aproximadamente duas vezes o nível atual. Uma vez que nossos cálculos não incluem algumas categorias de ajuda que provavelmente serão necessárias no futuro – grandes projetos de infra-estrutura, aumento de gastos nos ajustes à mudança climática, reconstrução pós-conflito e outras prioridades geopolíticas importantes – acreditamos que os doadores devem assumir o compromisso de alcançar a meta de 0,7 por cento do PNB até 2015. Aproximadamente três

Nossa geração é a primeira em que o mundo poderá reduzir pela metade a extrema pobreza dentro do pacote dos 0,7

quartos desse montante serão destinados aos Objetivos, e o restante a outras necessidades de AOD.

Embora claramente não suficientes por si só, aumentos substanciais na ajuda são necessários para que os países consigam alcançar os Objetivos. No momento em que os países em desenvolvimento precisam honrar seus compromissos em termos de melhoria da governança, os países ricos devem cumprir o compromisso assumido em Monterrey empreendendo “esforços concretos para atingir a meta de 0,7 por cento do Produto Nacional Bruto como AOD para países em desenvolvimento”. Para alcançar os Objetivos, os doadores precisam assumir compromissos confiáveis e de longo prazo para aumentar substancialmente a AOD, sendo o acesso ao financiamento incrementado dependente da qualidade

Quadro 11
A meta de ajuda oficial ao desenvolvimento de 0,7 por cento e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Embora o Projeto do Milênio das Nações Unidas focalize sua estimativa da necessidade de ajuda oficial ao desenvolvimento nas avaliações de necessidades dos ODM em nível nacional, fazemos isso dentro do contexto da meta internacional há muito estabelecida de que os países desenvolvidos devem fornecer 0,7 por cento de sua renda nacional na forma de AOD. O ano de 2005 marca os 35 anos do estabelecimento desta meta, firmada pela primeira vez por estados-membros das Nações Unidas em uma Resolução da Assembleia Geral em 1970:

“Reconhecendo a especial importância do papel que só pode ser desempenhado pela ajuda oficial ao desenvolvimento, grande parte dos recursos financeiros transferidos aos países em desenvolvimento deve ser fornecida na forma de ajuda oficial ao desenvolvimento. Cada país economicamente avançado aumentará progressivamente sua ajuda oficial ao desenvolvimento aos países em desenvolvimento e empreenderá seus melhores esforços para alcançar um montante líquido mínimo de 0,7 por cento de seu Produto Nacional Bruto a preços de mercado até metade da década.”

Este primeiro prazo terminou. Caindo de 0,51 por cento do PNB dos países doadores em 1960 para 0,33 por cento em 1970, a ajuda oficial ao desenvolvimento alcançou 0,35 por cento em 1980. Em 1990 estava em 0,34 por cento e diminuiu então para 0,23 por cento em 2002, mesmo ano em que a meta de 0,7 foi reconfirmada por todos os países no Consenso de Monterrey.

Até o presente momento, somente cinco países cumpriram ou superaram a meta de 0,7: Dinamarca, Luxemburgo, Países Baixos, Noruega e Suécia. Nos dois últimos anos, entretanto, seis outros países se comprometeram a seguir cronogramas específicos para o alcance da meta antes de 2015: Bélgica, Finlândia, França, Irlanda, Espanha e Reino Unido. Assim, quase a metade dos membros do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE já estabeleceu um cronograma firme para alcançar os 0,7. O Projeto do Milênio das Nações Unidas convoca todos os países desenvolvidos a cumprir o compromisso assumido em Monterrey “de empreender esforços concretos em direção à meta de 0,7.” Resultamos que os “esforços concretos” requerem um cronograma específico para alcançar os 0,7, especificamente um cronograma para antes de 2015, data alvo dos Objetivos.

A confluência da meta de 0,7 e dos Objetivos é importante. Conforme destacado neste relatório, a nossa geração é a primeira em que o mundo poderá reduzir pela metade a extrema pobreza dentro do envelope dos 0,7. Em 1975, quando a economia do mundo doador girava em torno da metade do seu tamanho atual, os Objetivos teriam exigido muito mais de 1 por cento do PNB dos doadores. Hoje, após duas décadas e meia de crescimento econômico sustentado, é totalmente possível bancar os Objetivos. Não é preciso nenhuma promessa nova - somente cumprir os compromissos já assumidos.

das estratégias de redução da pobreza baseadas nos ODM, e de compromissos confiáveis dos países para empreender as reformas necessárias.

Cinco países de alta renda já alcançaram a meta internacional de 0,7 por cento, enquanto seis outros se comprometeram com cronogramas específicos para alcançar este nível de AOD (quadro 11). Mas, mesmo se todos os compromissos existentes forem cumpridos ao longo dos próximos cinco anos, ainda haveria um déficit significativo de financiamento. Diversas iniciativas exploraram mecanismos inovadores de financiamento para superar restrições fiscais a um rápido aumento nos volumes de ajuda. Entre elas, consideramos o Mecanismo de Financiamento Internacional (IFF – International Finance Facility), proposto pelo governo britânico, como a proposta mais avançada para se conseguir um aumento rápido na ajuda ao desenvolvimento.

O IFF seria um mecanismo de financiamento de tempo limitado elaborado para ao menos dobrar a ajuda ao desenvolvimento entre agora e 2015. Poderia alavancar dinheiro adicional dos mercados internacionais de capital emitindo títulos, baseados em compromissos legais de longo prazo dos doadores. Responde à necessidade de aumento rápido, ou adiantamento da ajuda ao desenvolvimento sem colocar restrições indevidas nos orçamentos dos países ricos, permitindo aos países doadores alcançar a meta de 0,7 por cento da RNB até 2015.

Os benefícios: o argumento a favor de uma década de ambição audaciosa

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio expõem uma visão desafiadora e alcançável para uma drástica redução da pobreza em todas as suas formas, com tremendos benefícios para o mundo inteiro. Destacamos no início deste documento que se os Objetivos forem atingidos, mais de 500 milhões de pessoas sairão da pobreza e milhões de vidas serão salvas, com uma grande parcela das melhorias sendo vivenciadas na África. Milhões de crianças terão a oportunidade de frequentar o ensino básico se os Objetivos forem atingidos. Outros benefícios são quantificados nas simples extrapolações apresentadas na tabela 9. Esta tabela não inclui a reversão da degradação ambiental trazida pelos Objetivos, ou as centenas de milhões de mulheres e meninas que conduzirão suas vidas livremente, com mais segurança e mais oportunidade, se os Objetivos forem realizados. Por trás destas realizações estão as vidas e esperanças de pessoas com novas oportunidades de acabar com o peso esmagador da pobreza.

Mas os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio constituem somente o meio do caminho para acabar com a extrema pobreza. Mesmo se os Objetivos forem alcançados em todos os países, a extrema pobreza continuará sendo uma questão crucial que requer atenção continuada. Embora o aumento da ajuda ao desenvolvimento de alta qualidade permita que muitos países se livrem de suas necessidades de apoio externo em grande escala a seus orçamentos, os países mais pobres ainda irão requerer apoio continuado equivalente a 10-20 por cento de seu PIB para não mais necessitarem da ajuda externa em algum

Tabela 9

Os benefícios da Realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, por região

* Região realizando avanços em direção ao alcance da meta de ODM.

Nota: A soma dos números da tabela pode ser diferente dos totais devido aos números serem arredondados.

Fontes: dados sobre contagem da pobreza de Chen e Ravallion 2004. Dados sobre PIB per capita e mortalidade infantil do Banco Mundial 2004d. Dados sobre a desnutrição da FAO 2003. Dados sobre a mortalidade materna da OMC/UNICEF 1996 e OMC/UNICEF/UNFPA 2003. Água e saneamento da OMC/UNICEF JMP 2004. Dados sobre HIV/AIDS de Stover e outros 2002. Dados sobre habitantes de assentamentos precários da Divisão de População das Nações Unidas 2001, 2003 e UN-HABITAT 2003.

Contagem da Pobreza (milhões de pessoas)

Região	Estimativa em 2005	Tendência atual extrapolada para 2015	Cenário dos ODM para 2015
África Subsaariana	345	431	198
América Latina e o Caribe	128	123	90
Ásia Oriental e o Pacífico*	182	0	0
Europa Oriental e Ásia Central	92	88	49
Oriente Médio e Norte da África	8	9	4
Sul da Ásia*	407	317	317
Total	1.162	968	658

PIB Per Capita (2003 US\$)

Região	Estimativa em 2005	Tendência atual extrapolada para 2015	Cenário dos ODM para 2015
África Subsaariana	520	509	712
América Latina e o Caribe	3.724	4.104	5.102
Ásia Oriental e o Pacífico*	1.313	2.139	2.139
Europa e Ásia Central	2.980	3.827	4.084
Oriente Médio e Norte da África	2.447	2.727	3.352
Sul da Ásia*	602	980	980

Indivíduos sofrendo de desnutrição (milhões)

Região	Estimativa em 2005	Tendência atual extrapolada para 2015	Cenário dos ODM para 2015
África Subsaariana	228	255	155
América Latina e o Caribe*	49	38	38
Ásia Oriental e o Pacífico*	162	65	65
Europa e Ásia Central	52	61	20
Oriente Médio e Norte da África	32	46	14
Sul da Ásia	301	285	228
Total	824	749	520

Mortalidade de crianças menores de 5 anos (milhões de vidas perdidas)

Região	Estimativa em 2005	Tendência atual extrapolada para 2015	Cenário dos ODM para 2015
África Subsaariana	4,7	4,7	1,9
América Latina e o Caribe*	0,3	0,1	0,1
Ásia Oriental e o Pacífico	1,1	0,7	0,6
Europa e Ásia Central	0,2	0,1	0,1
Oriente Médio e Norte da África*	0,4	0,2	0,2
Sul da Ásia	3,1	2,0	1,6
Total	9,8	7,9	4,4

Mortalidade Materna (milhões de vidas perdidas)

Região	Estimativa em 2005	Tendência atual extrapolada para 2015	Cenário dos ODM para 2015
Total	0,54	0,54	0,15

Tabela 9

Os benefícios da consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, por região
(continuação)

Novas infecções por HIV 2002-2010 (milhões)

Região	Tendência atual extrapolada para 2010	Cenário de Resposta Ampliada para 2010
África Subsaariana	21,0	8,8
América Latina e o Caribe	2,3	0,7
Europa Oriental e Ásia Central	2,8	1,3
Oriente Médio e Norte da África	0,9	0,3
Sul e Sudeste da Ásia	18,5	5,7
Total	45,5	16,8

Indivíduos sem acesso a água potável segura (milhões)

Região	Estimativa em 2005	Tendência atual extrapolada para 2015	Cenário dos ODM para 2015
África Subsaariana	280	270	230
América Latina e o Caribe*	49	16	16
Ásia Oriental e o Pacífico	388	305	299
Europa Oriental e Ásia Central	23	10	10
Oriente Médio e Norte da África	40	46	26
Sul da Ásia*	160	0	0
Total	939	647	581

Indivíduos sem acesso a saneamento básico (milhões)

Região	Estimativa em 2005	Tendência atual extrapolada para 2015	Cenário dos ODM para 2015
África Subsaariana	454	531	305
América Latina e o Caribe	128	107	103
Ásia Oriental e o Pacífico*	873	608	608
Europa Oriental e Ásia Central	69	73	32
Oriente Médio e Norte da África	80	84	61
Sul da Ásia	877	770	718
Total	2.481	2.172	1.827

Habitantes de assentamentos precários (milhões)

Região	Estimativa em 2001	Tendência atual extrapolada para 2015	Cenário dos ODM para 2020
África Subsaariana	167	325	144
América Latina e o Caribe	128	173	116
Ásia Oriental e o Pacífico	237	385	210
Europa Oriental e Ásia Central	44	47	41
Oriente Médio e Norte da África	61	97	54
Sul da Ásia	235	398	207
Total	872	1.425	772

Tabela 10

Estimativas de Fluxos e Lacunas de Ajuda Oficial ao Desenvolvimento dos Membros do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento baseadas nos Compromissos Existentes

Bilhões de US\$

constantes de 2003

Nota: A soma dos números da tabela pode ser diferente dos totais devido aos números serem arredondados.

a. Presume aumento real de 2 por cento na RNB.

b. Meta de AOD/RNB para 2006 mantida constante até 2015

c. Meta de AOD/RNB para 2006 mantida constante a 0,33 por cento até 2015

d. Meta de AOD/RNB para 2010 de 0,7 por cento; nível de compromisso mantido constante até 2015

e. Assume 5,5 por cento de aumento real de AOD (8 por cento de aumento nominal menos 2,5 por cento de inflação) até 2010;

Meta de AOD/RNB para 2010 mantida constante até 2015.

f. Meta de AOD/RNB para 2006 de 0,7 por cento até 2015

g. Meta de AOD/RNB para 2012 de 0,7 por cento até 2015

h. Meta de AOD/RNB para 2007 de 0,7 por cento até 2015

i. Nível de AOD de 2006 mantido constante em \$9,5 bilhões até 2015

j. Compromisso AOD/RNB para 2006 de 1 por cento mantida constante até 2015

k. Meta de AOD/RNB de 0,8 de cento mantida constante até 2015

l. Nível assumido de AOD/RNB para 2006 de 0,26 por cento mantido constante até 2015

m. Meta de AOD/RNB para 2005 de 1 por cento mantida constante até 2015

n. Meta de AOD/RNB para 2006 de 1 por cento mantida constante até 2015

o. Meta de AOD/RNB para 2010 de 0,4 por cento mantida constante até 2015

p. Meta de AOD/RNB para 2013 de 0,7 por cento mantida constante até 2015.

q. Assume 3 por cento de aumento real do RNB para 2006; para 2006 inclui mais de \$1,5 bilhão para a Conta do Desafio do Milênio, quase \$2 bilhões para a Iniciativa Global Contra a AIDS, aumento da ajuda multilateral e despesas para a reconstrução no Iraque.

Proporção AOD/RNB projetada para permanecer constante até 2015.

País	Ajuda em 0,44% da RNB de 2006 ^a	Ajuda compro-missada para 2006	Lacuna em 2006	Ajuda em 0,54% do RNB de 2015 ^a	Ajuda compro-missada para 2015	Lacuna em 2015
Alemanha ^c	11,6	8,4	3,2	16,7	10,0	6,7
Austrália ^b	2,4	1,4	1,0	3,4	1,6	1,8
Áustria ^c	1,2	0,9	0,3	1,7	1,1	0,7
Bélgica ^d	1,5	2,1	nenhuma	2,1	2,7	nenhuma
Canadá ^e	4,2	2,6	1,7	6,1	3,7	2,4
Dinamarca ^f	1,0	1,8	nenhuma	1,5	2,2	nenhuma
Espanha ^g	4,1	2,9	1,1	5,9	7,5	nenhuma
Estados Unidos ^a	54,5	22,3	32,2	78,7	27,2	51,5
Finlândia ^d	0,8	0,7	0,1	1,1	0,9	0,2
França ^g	8,5	8,8	nenhuma	12,3	15,6	nenhuma
Grécia ^c	0,9	0,6	0,2	1,3	0,8	0,5
Irlanda ^h	0,6	0,8	nenhuma	0,9	1,1	nenhuma
Itália ^c	7,0	5,1	1,9	10,1	6,1	4,1
Japão ⁱ	19,9	9,5	10,4	28,7	9,5	19,2
Luxemburgo ^j	0,1	0,2	nenhuma	0,2	0,3	nenhuma
Noruega ^m	1,1	2,4	nenhuma	1,6	2,8	nenhuma
Nova Zelândia ^l	0,4	0,2	0,2	0,5	0,2	0,3
Países Baixos ^k	2,4	4,2	nenhuma	3,5	5,1	nenhuma
Portugal ^c	0,7	0,5	0,2	1,0	0,6	0,4
Reino Unido ^p	9,2	8,5	0,7	13,2	16,8	nenhuma
Suécia ⁿ	1,5	3,2	nenhuma	2,1	3,8	nenhuma
Suíça ^q	1,6	1,4	0,3	2,4	1,7	0,6
Total	135,0	88,4		195,0	121,5	

Fonte: Previsões da OCDE/CAD.

Ação urgente é necessária se vamos embarcar em uma década de ambição audaciosa para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

momento após 2015 - provavelmente até 2025 (mapa 8). Até lá, e para eventualmente tornar a ajuda ao desenvolvimento obsoleta, a ajuda sustentada será crucial. Para isso, os países de alta renda necessitarão manter o apoio ao redor de 0,7 por cento de seu RNB por algum tempo depois de 2015 (tabela 10). Até 2015, a extrema pobreza pode ser reduzida pela metade. Até 2025, a extrema pobreza pode ser substancialmente eliminada.

Ao estabelecer metas tangíveis, os Objetivos tornam explícitos os custos mais evidentes da inação em termos de vidas e oportunidades perdidas. Formam também a base da agenda de segurança mundial. Conforme ressaltado pelo Alto Painel do Secretário Geral sobre Ameaças, Desafios e Mudança, e por muitos outros, o desenvolvimento humano e a gestão ambiental estão intrinsecamente ligados à paz e à segurança. Somente reduzindo a pobreza e melhorando a gestão ambiental ao longo das próximas décadas será possível evitar o aumento do número de conflitos e malogros do estado. Se os Objetivos não forem alcançados, milhões de pessoas morrerão; pessoas que poderiam sobreviver se os Objetivos fossem realizados. Países que poderiam estar em situação de estabilidade mergulharão em conflito. E o meio ambiente continuará a ser degradado. Os riscos e os benefícios serão compartilhados pelo mundo inteiro, assim, lideranças e responsabilidades internacionais genuínas precisarão de ação conjunta nas políticas de desenvolvimento e segurança. Como mencionado anteriormente, de acordo com a recomendação do Alto Painel, os países desenvolvidos que aspiram assentos permanentes no Conselho de Segurança da ONU, por exemplo, devem estar preparados para cumprir o compromisso de 0,7 por cento do PNB em AOD até 2015 como parte de suas responsabilidades de liderança.

Felizmente, os custos da consecução dos Objetivos são inteiramente viáveis e pertinentes com as promessas de 0,7 por cento feitas em Monterrey e em Joanesburgo. A exigência de dobrar a ajuda oficial ao desenvolvimento anual para \$135 bilhões em 2006, aumentando para a \$195 bilhões até 2015, não é significativa quando comparada à riqueza dos países de alta renda – e ao orçamento militar mundial de \$900 bilhões ao ano. Na verdade, o aumento da ajuda ao desenvolvimento totaliza apenas meio por cento da renda combinada dos países ricos.

Naturalmente, o dinheiro por si só não será suficiente para o alcance dos Objetivos, mas os aumento de investimentos precisa acompanhar a reforma institucional, boas políticas e maiores esforços no sentido de melhorar a responsabilização dos governos. A menos que maior assistência financeira seja disponibilizada de forma eficaz, os países de baixa renda e seus parceiros de desenvolvimento não poderão ter discussões sérias e honestas sobre as reformas e os investimentos necessários para o alcance dos Objetivos. Para os países onde tais reformas e boas políticas já estão em andamento, os países de alta renda

devem, no espírito do Consenso de Monterrey, honrar seu compromisso de aumentar a AOD para que trabalhem em direção à realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

A credibilidade e o funcionamento do sistema internacional estão em jogo. Sem uma mudança em 2005, se os países pobres que cumpriram seus compromissos assumidos em Monterrey não forem apoiados de forma eficaz na busca de uma estratégia orientada pelos ODM, a fé já diminuída em relação aos compromissos internacionais de redução da pobreza provavelmente desaparecerá. Nesse caso, os Objetivos não serão alcançados e a confiança na sinceridade dos países ricos em relação ao apoio a países bem governados que precisam de assistência externa será profundamente, se não fatalmente, prejudicada. Se não agirmos agora, o mundo viverá sem objetivos.

Para assegurar o sucesso, em 2005 o mundo deve começar a desenvolver capacidades, melhorar políticas e fornecer os investimentos necessários para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Este esforço precisará ser sustentado no nível global, nacional, e local ao longo dos próximos 10 anos. E somente com ação imediata poderemos conter os desafios ambientais de longo prazo, tais como a mudança climática e a degradação dos estoques pesqueiros, antes que causem danos irreparáveis nos países pobres que têm menor capacidade de se proteger.

Ação urgente é necessária se vamos embarcar em uma década de ambição audaciosa para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Os países em desenvolvimento precisam empreender todos os esforços para se mobilizarem em torno dos Objetivos. Os países ricos precisam se perguntar se devem estar mais preocupados em apontar as responsabilidades de países pobres do que com o cumprimento de seus próprios compromissos, como muitos fazem atualmente. Em 2005 o mundo precisa desesperadamente cumprir seus compromissos, adotando medidas práticas rápidas na escala correta antes que a consecução dos Objetivos se torne inviável. Se não investirmos agora, teremos um caminho muito longo até a próxima Cúpula do Milênio no ano 3000.

Notas

1. Os números da extrema pobreza são para \$1,08 por dia em 1990 e 2001.
2. Programado para a publicação no início de 2005.
3. O idioma frequentemente causa uma confusão na distinção entre insumos e resultados. A “Saúde”, por exemplo, descreve tanto um setor (ou ministério) quanto um resultado advindo de um complexo conjunto de insumos de vários setores. A “Educação” é similar. A “Fome”, por outro lado, é um resultado complexo, mas não um setor ou ministério.

Referências

- Abdullah II. 2004. “Address to World Economic Forum.” Apresentado na Reunião Anual, Janeiro 23, Davos, Suíça. [Acessado em 30 de Novembro de 2004, de:

- www.kingabdullah.jo/press_room/speechpage.php?ki_serial=231&menu_id=607&lang_hmka1=1].
- Barrios, Salvador, Luisito Bertinelli, e Eric Strobl. 2003. "Dry Times in Africa: Rainfall and Africa's Growth Performance." Center for Operations Research and Econometrics (CORE) Documento de Discussão 2003/61. Université Catholique de Louvain, Bélgica.
- BBC Monitoring Africa. 2003. "Tanzanian President Calls for Terrorism to Be Tackled in Its Totality." Janeiro 11.
- Blair, T. 2004. "Address to African Union." Outubro 7, Addis Ababa. [Acessado em 30 de Novembro de 2004, de www.pm.gov.uk/output/Page6452.asp].
- Burnside, C., e D. Dollar. 2000. "Aid, Policies, and Growth." *American Economic Review* 90 (4): 847–68.
- Bush, G. W. 2002. "Address to the Inter-American Development Bank." Março 14, Washington, D.C. [Acessado em 30 de Novembro de 2004, de www.whitehouse.gov/news/releases/2002/03/20020314-7.html].
- Chen, S., e M. Ravallion. 2004. "How Have the World's Poorest Fared since the Early 1980s?" Documento de Pesquisa sobre Políticas 3341. Banco Mundial, Washington, D.C.
- Chirac, J. 2004. "Scaling Up Poverty Reduction—A Global Learning Process." Abertura da Conferência do Banco Mundial", Maio 26, Shangai. [Acessado em 30 de Novembro de 2004, de www.elysee.fr/cgi-bin/auracom/aurweb/search/file?aur_file=discours/2004/UK040526.html].
- CIESIN (Center for International Earth Science Information Network), Columbia University. 2002. "National Aggregates of Geospatial Data: Population, Landscape and Climate Estimates (PLACE)." Palisades, N.Y. [<http://sedac.ciesin.columbia.edu/plue/nagd/place.html>].
- Clemens, M., S. Radelet, e R. Bhavnani. 2004. "Counting Chickens When They Hatch: The Short-Term Effect of Aid on Growth." Documento de Trabalho 44. Center for Global Development, Washington, D.C.
- CMH. (Commission on Macroeconomics and Health). 2001. *Macroeconomics and Health: Investing in Health for Economic Development*. Genebra: Organização Mundial da Saúde. [www.cmhealth.org].
- da Silva, Luiz Ignacio Lula. 2004. "Statement at the 59th Session of the UN General Assembly." Setembro 21, 2004, Nova Iorque. [Acessado em 30 de Novembro de 2004, de www.brazil.org.uk/page.php?cid=1887].
- de Rato y Figaredo, Rodrigo. 2004. "Africa Needs International Help to Turn Promises into Progress." Business Day, Novembro 12.
- FAO (Food and Agriculture Organization). 2003. *The State of Food Insecurity in the World*. Roma.
- Harrison, M., J. Klugman, e E. Swanson. 2003. *Are Poverty Reduction Strategies Undercutting the Millennium Development Goals? An Empirical Review*. Washington, D.C.: Banco Mundial.
- IDA (International Development Association) e IMF (International Monetary Fund). 2003. "Republic of Mali: Poverty Reduction Strategy Paper Joint Staff Assessment." [http://poverty.worldbank.org/files/Mali_PRSP_JSA.pdf].
- Kiszewski, A., A. Mellinger, A. Spielman, P. Malaney, S.E. Sachs, e J. Sachs. 2004. "A Global Index Representing the Stability of Malaria Transmission." *American Journal of Tropical Medicine and Hygiene* 70(5):486–98.
- Koizumi, J. 2004. "A New United Nations for the New Era." Pronunciamento na 59a Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, Setembro 21, Nova Iorque. [Acessado em 30 de Novembro de 2004, de www.kantei.go.jp/foreign/koizumispeech/2004/09/21address_e.html].

- Miguel, E., S. Satyanath, e E. Sergenti. 2004. "Economic Shocks and Civil Conflict: An Instrumental Variables Approach." *Journal of Political Economy* 112 (4): 725–53.
- Mkapa, Benjamin William. 2004. "A Better Way to Help the Least Developed Countries." *International Herald Tribune* Julho 13.
- Obasanjo, Olosagun. 2004. "Declaração na na 59a Sessão da Assembléia Geral as Nações Unidas." Setembro 23, 2004, Nova Iorque. [Acessado em 30 de Novembro de 2004, de www.un.org/webcast/ga/59/statements/nigeng040923.pdf].
- OCDE/CAD (Organisation for Economic Co-operation and Development/Development Assistance Committee). Online DAC Database. [Acessado em 7 de Dezembro de 2004 de: www.oecd.org].
- . Forthcoming. *Development Co-operation Report 2005*. Paris. Schröder, Gerhard.
2001. "Poverty Reduction—A Global Responsibility. Program of Action 2015." Foreword. [www.gm-unccd.org/FIELD/Bilaterals/Ger/Halving.pdf]
- UN (United Nations). 1970. "Resolution 2626 (XXV)." United Nations General Assembly. October 24, Nova Iorque.
- . 2000. "United Nations Millennium Declaration." A/RES/55/2, Section II. Nova Iorque.
- . 2002. "Report of the International Conference on Financing for Development." A/CONF.198/11. Nova Iorque.
- . 2004. "A More Secure World: Our Shared Responsibility." Report of the Secretary-General's High-Level Panel on Threats, Challenges and Change. Nova Iorque.
- UNDESA (United Nations Department of Economic and Social Affairs), Statistics Division. n.d. "World and Regional Trends." Millennium Indicators Database; based on data provided by the United Nations Children's Fund, World Health Organization, and Food and Agriculture Organization of the United Nations. [http://millenniumindicators.un.org/unsd/mi/mi_goals.asp]
- UNDP (United Nations Development Programme). 2003. *Human Development Report 2003: The Millennium Development Goals: A Compact among Nations to End Human Poverty*. Nova Iorque.
- . 2004a. *Unleashing Entrepreneurship: Making Business Work for the Poor*. Report of the Commission on the Private Sector and Development to the UN Secretary-General. Nova Iorque.
- . 2004b. *Human Development Report 2004*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- UN-HABITAT. 2003. *The Challenge of Slums: Global Report on Human Settlements 2003*. Earthscan: Londres. [www.unhcr.org/global_report.asp].
- UN Millennium Project. 2005a. *Combating AIDS in the Developing World*. Task Force on HIV/AIDS, Malaria, TB, and Access to Essential Medicines, Working Group on HIV/AIDS. Nova Iorque.
- . 2005b. *Coming to Grips with Malaria in the New Millennium*. Task Force on HIV/ AIDS, Malaria, TB, and Access to Essential Medicines, Working Group on Malaria. Nova Iorque.
- . 2005c. *Environment and Human Well-Being: A Practical Strategy*. Task Force on Environmental Sustainability. Nova Iorque.
- . 2005d. *Health, Dignity, and Development: What Will It Take?* Task Force on Water and Sanitation. Nova Iorque.
- . 2005e. *Halving Hunger: It Can Be Done*. Task Force on Hunger. Nova Iorque.
- . 2005f. *A Home in the City*. Task Force on Improving the Lives of Slum Dwellers. Nova Iorque.

- . 2005g. *Innovation: Applying Knowledge in Development*. Task Force on Science, Technology, and Innovation. Nova Iorque.
- . 2005h. *Investing in Strategies to Reverse the Global Incidence of TB*. Task Force on HIV/AIDS, Malaria, TB, and Access to Essential Medicines, Working Group on TB. Nova Iorque.
- . 2005i. *Prescription for Healthy Development: Increasing Access to Medicines*. Task Force on HIV/AIDS, Malaria, TB, and Access to Essential Medicines, Working Group on Access to Essential Medicines. Nova Iorque.
- . 2005j. *Taking Action: Achieving Gender Equality and Empowering Women*. Task Force on Education and Gender Equality. Nova Iorque.
- . 2005k. *Toward Universal Primary Education: Investments, Incentives, and Institutions*. Task Force on Education and Gender Equality. Nova Iorque.
- . 2005l. *Trade for Development*. Task Force on Trade. Nova Iorque.
- . 2005m. *Who's Got the Power? Transforming Health Systems for Women and Children*. Task Force on Child Health and Maternal Health. Nova Iorque.
- . 2005n. *Handbook for MDG Best Practice*. Nova Iorque.
- USAID (United States Agency for International Development), UNAIDS (Joint United Nations Programme on HIV/AIDS), WHO (World Health Organization), UNICEF (United Nations Children's Fund), and the POLICY Project. 2004. "Coverage of Selected Services for HIV/AIDS Prevention, Care and Support in Low and Middle Income Countries in 2003." Washington, D.C.
- WHO (World Health Organization). 2002. "Scaling Up the Response to Infectious Diseases." Geneva. [www.who.int/infectious-disease-report/2002/].
- WHO (World Health Organization), UNICEF (United Nations Children's Fund), and UNFPA (United Nations Population Fund). 2003. "Maternal Mortality in 2000: Estimates Developed by WHO, UNICEF and UNFPA." Geneva. [www.reliefweb.int/library/documents/2003/who-saf-22oct.pdf].
- World Bank. 2003. "Supporting Sound Policies with Adequate and Appropriate Financing." Report DC2003-0016 prepared for the Development Committee. [http://site-resources.worldbank.org /DEVCOMMINT/Documentation/20127712/ DC2003-0016(E)-Financing.pdf].
- . 2004a. *World Development Report 2005: A Better Investment Climate for Everyone*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- . 2004b. *Doing Business in 2004: Understanding Regulation*. Washington, D.C.
- . 2004c. *Global Development Finance 2004*. Washington, D.C.
- . 2004d. *World Development Indicators 2004*. Washington, D.C.

Para referências completas, ver o relatório principal.

Agradecimentos

Diversas pessoas deram contribuições particularmente significativas no processo de elaboração deste relatório. Macartan Humphreys desempenhou papel fundamental na elaboração do capítulo 12 sobre Estados frágeis e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Nirupam Bajpai, Shuming Bao, e Wing Thye Woo forneceram importante análise para informações do capítulo 11 sobre prioridades de investimento em outras regiões. Deborah Balk, Bob Chen, Marc Levy, Adam Storeygard e seus colegas do Centro para a Rede Internacional de Informação da Ciência da Terra (CIE-SIN), da Universidade de Colômbia, conduziram boa parte da análise de dados geoespaciais do relatório. Brian Hammond e seus colegas do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) contribuíram com seu tempo e especialização ao informar a análise no capítulo 13 sobre o ajuste do sistema doador. Dani Kaufmann forneceu informações muito úteis para o capítulo 7 sobre governança. Em todos estes capítulos, qualquer erro que tenha permanecido é do próprio autor. O Projeto do Milênio das Nações Unidas beneficiou-se da colaboração intelectual ativa de François Bourguignon, Economista Chefe do Banco Mundial; Stern de Nicholas, seu distinto predecessor nesta posição e agora no Tesouro Britânico; e Raghuram Rajan, Economista Chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI). Todos colaboraram intensamente e foram imensamente atenciosos ao compartilhar pontos de vista e comentários sobre produtos e ao buscar conjuntamente os melhores marcos analíticos para a consecução do ODM. Muitos seminários e reuniões organizadas em conjunto receberam contribuições de diversos de seus colegas, incluindo Jim Adams, Shaida Badiee, Barbara Bruns, Mariam Claeson, Shanta Devarajan, Shahrokh Fardoust, Pablo Gottret, Rudolf Knippenberg (UNICEF), Ibrahim Levent, Hans Lofgren, Gobind Nankani, John Page, Ramahatra Rakotomalala, Peter

Roberts, Agnes Soucat, Eric Swanson, Jee-Peng Tan, Hans Timmer e Dominique Van der Mensbrugge do Banco Mundial; e Sanjeev Gupta, Peter Heller e Arvind Subramanian do FMI.

O Projeto do Milênio das Nações Unidas agradece também a seus parceiros na elaboração de uma metodologia de avaliação de necessidades de ODM em nível nacional, cujo resumo de resultados é apresentado no capítulo 17 sobre a expansão do envelope financeiro para alcançar os ODM: Anwara Begum e M. Salimullah do Instituto de Bangladesh para Estudos de Desenvolvimento; Kao Kim Hourn e Ray Zepp da Universidade do Camboja; Ernest Aryeetey e Michael Nimo do Instituto de Pesquisa Estatística, Social e Econômica de Gana; Samar Datta, Ravindra Dholakia e Akhilesh Kumar, do Instituto Indiano de Administração Ahmedabad; Haidari K. R. Amani, Flora Lucas Kessy e Deogratias Macha da Fundação de Pesquisa Econômica e Social da Tanzânia; e Godfrey Bahiigwa, Lawrence Bategeka e Nathan Okarut do Centro de Pesquisa de Política Econômica de Uganda. O Projeto do Milênio das Nações Unidas agradece a McKinsey & Company, que desenvolveu a análise que serviu de base para a seção sobre energia da avaliação de necessidades; a Eva Weisman pelo precioso auxílio na análise sobre saúde infantil e saúde materna; e a David Simon pela análise sobre os fluxos de ajuda oficial ao desenvolvimento e sua alocação por setor. Shan Cao, Andrew Charlton, Stacy Fehlenberg, Joe Kennedy e Pierre Yared foram excelentes assistentes de pesquisa no esforço da avaliação de necessidades.

Inúmeros funcionários do PNUD apoiaram os esforços do Projeto. Elli Kaplan prestou valioso apoio às etapas iniciais do Projeto. Jeffrey Avina, Ade Lekoetje, Elizabeth Lwanga, Jacques Loup, Lamin Manneh e Comfort Tetteh também ofereceram imensa contribuição ao trabalho cotidiano do Projeto do Milênio das Nações Unidas. Sally Fegan-Wyles e sua equipe no Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento prestaram valiosa ajuda e apoio. Todo o Departamento de Políticas de Desenvolvimento prestou grandes contribuições substantivas, incluindo: Susan McDade e o grupo de energia; Antoine Heuty, Terry McKinley, Rathin Roy e colegas no grupo da pobreza; Gita Welch e o grupo de desenvolvimento institucional; e Terence Jones e sua equipe do grupo de desenvolvimento de capacidades. Djibril Diallo, David Morrison, Bill Orme e seus colegas do COA forneceram valioso apoio nas comunicações. O projeto agradece também os pontos focais em ODM dos outros escritórios regionais: Ghaith Fariz, Enrique Ganuza, Balasubramanium Murali e Norimasa Shimomura. Pedro Conceição, Moez Doraid, Gulden Turkoz-Cosslett, Mattias Johansson, Inge Kaul, Ronald Mendoza, Omar Noman, Alejandra Pero, Bharati Sadasivam, Amina Tirana e Caitlin Wiesen também foram extremamente generosos em suas contribuições. Nissim Ezekiel e a secretaria da Comissão de Desenvolvimento do Setor Privado ofereceram muitas sugestões úteis, incluindo Jan Krutzinna, Naheed Nenshi, Yann Risz e Sahba Sobhani. O Projeto do Milênio das Nações Unidas trabalhou em estreita colaboração com

a equipe do Escritório do Relatório de Desenvolvimento Humano na produção do Relatório de Desenvolvimento Humano 2003. Diversas partes do presente relatório utilizam o trabalho conduzido na produção daquele Relatório. Agradecemos a Sakiko Fukuda-Parr e sua equipe, incluindo: Silva Bonacito, Emmanuel Boudard, Carla De Gregorio, Haishan Fu, Claes Johansson, Christopher Kuonqui, Santosh Mehrotra, Tanni Mukhopadhyay, Stefano Pettinato, David Stewart, Aisha Talib e Nena Terrell.

Este relatório foi editado e produzido pela excelente equipe de Bruce Ross-Larson, Meta de Coquereaumont, Mary Goundrey, Thomas Roncoli, Christopher Trott, Timothy Walker e Elaine Wilson na Communications Development Incorporated, em Washington, D.C. A tradução e diagramação do relatório em português foi realizada pela equipe do Escritório do PNUD no Brasil: Karla Parra Corrêa, José Carlos Libânio, Marielza Oliveira, Camilla Horta Gomes, André Tenório Mourão, Rafael Martins Ferrari, Cedric Wamba, além de seus consultores - Patrícia Ozório e Cristiane Feitosa (tradução) e Célia Matsunaga (diagramação).

Insumos de assessoria

Muitos colegas ofereceram comentários importantes na etapa inicial deste relatório. Os Membros do Grupo de Especialistas do Projeto do Milênio das Nações Unidas forneceram assessoria valiosa desde o início do projeto, sempre sob a habilidosa presidência de Jan Vandemoortele. Agradecemos a todos os membros do Grupo de Especialistas por suas generosas e consistentes contribuições: Ifzal Ali, Adnan Z. Amin, Patrick Asea, Daniel Biau, François Bourguignon, James P. Callahan, Andrew Cassels, janeiro Cedergren, Hans D'Orville, David T. Edwards, Marika Fahlen, Orobola Fasehun, Luiz L. Fernandes Pinheiro, Charles Gore, Edward Heinemann, Raj Jumar, Ian Kinniburgh, Eddy Lee, Patrick Low, Richard Morgan, Harish Parvathaneni, Prabhu Pingali, Raghuram Rajan, Joanne Sandler, Francisco Sercovich, Mari Simonen, Joseph Smolik, Dianne Spearman, Carlos Eduardo Velez e Gustavo R. Zlauvinnen. Nossos agradecimentos especiais também aos colegas do Secretariado das Nações Unidas: em particular Henk-Jan Brinkman, Marta Mauras, Robert Orr e Abiodun Williams do Escritório Executivo do Secretário Geral. Ibrahim Gambari, Eloho Otobo e Yvette Stephens do escritório do Assessor Especial para a África do Secretário-Geral prestaram imenso apoio. No Departamento de Informação Pública, Sue Markham, Pragati Pascale, e Tim Wall ofereceu valiosa assistência. Vários colegas no Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais forneceram apoio durante todo o projeto, incluindo Joseph Chamie e sua equipe na Divisão de População; Robert Johnston Francesca Perucci e equipe na Divisão de Estatística; e Johan Schölvinck.

O Projeto do Milênio das Nações Unidas beneficiou-se também da colaboração com os colegas na Campanha do Milênio, incluindo Eveline Herfkens, Salil Shetty, Fernando Casado, Nisha Chatani-Rizvi, Patricia Garce, Lucille

Merks, Marina Ponti, Ingrid Sanders, Marisol Sanjines, Hellen Wangusa, Carol Welch e Erna Witoelar.

O Projeto do Milênio das Nações Unidas é grato pela colaboração e comentários do Secretariado da Nova Parceria Para o Desenvolvimento Africano (NEPAD), incluindo seu distinto presidente Wiseman Nkuhlu, seu assessor agrícola Richard Mkandawire e seu incansável especialista em ODM Khadija Bah.

O Projeto do Milênio das Nações Unidas se beneficiou de diversas consultas de alto nível com membros da OCDE/CAD. O projeto reconhece com gratidão o Governo da Suécia por favorecer uma discussão de alto nível em Estocolmo, em fevereiro de 2004. O Projeto agradece também a Richard Manning, Brian Hammond e colegas pela reunião de líderes do CAD em Paris, em julho de 2004. Masood Ahmed, Richard Martini, Sharon White e colegas no Departamento para o Desenvolvimento Internacional, do Reino Unido, também organizaram uma consulta final extremamente construtiva com os membros do CAD em Londres, em outubro de 2004. O projeto agradece também a Jean-Pierre Landau por numerosas conversas úteis.

Insumos de países piloto

O trabalho piloto do Projeto do Milênio das Nações Unidas nos países propiciou um valioso fórum para o teste de muitas das idéias destacadas neste relatório e para a coleta de novas informações. O Camboja, a República Dominicana, a Etiópia, o Quênia, Gana, o Senegal, o Tadjiquistão, o Iêmen, o Coordenador Residente das Nações Unidas, os membros dos Escritórios Locais das Nações Unidas, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional prestaram apoio significativo. O Projeto é especialmente grato aos chefes de governo de diversos países pelo apoio direto e ativo, incluindo o Presidente Leonel Fernández da República Dominicana, o Primeiro Ministro Meles Zenawi da Etiópia, o Presidente John Kufuor de Gana, o Presidente Mwai Kibaki do Quênia, o Presidente Abdoulaye Wade do Senegal e o Presidente Emomali Rakhmonov do Tadjiquistão. Os pontos focais do governo nos países-piloto incluem John Gagain na República Dominicana; Ato. Mekonnen Manyazewal e Ato. Getachew Adem na Etiópia; S. Nii-Noi Ashong e George Gyan-Baffour em Gana; David Nalo e George Anyango no Quênia; Abou Lom no Senegal; Nozigul Khushvakhtova no Tadjiquistão; e Ahmed Mohammed Sofan e Mutahar Al-Abassi no Iêmen.

O Coordenador Residente das Nações Unidas e os Escritórios Locais das Nações Unidas foram instrumentais na condução do trabalho dos países-piloto. Agradecemos particularmente a Douglas Gardner e Barbara Orlandini do Camboja; Niky Fabiancic da República Dominicana; Samuel Nyambi, Modibo Toure, Bjorn Ljungqvist e Vinetta Robinson da Etiópia; Alfred Fawundu e Kamil Kamaluddeen de Gana; Paul André de la Porte e Ojijo Odhiambo no Quênia; Ahmed Razhaoui, Albéric Kacou, Luc Grégoire, e Diene Keita do Senegal; William Paton, Tuya Altangerel, Oliver Babson, Temur Basilia e

Johannes Chudoba do Tajiquistão; e Flavia Pansieri, James Rawley, Samuel Choritz, Sammy Khan e Abdo Seif do Iêmen.

O Centro de Apoio Técnico aos ODM do Projeto do Milênio das Nações Unidas em Nairobi ajudou a orientar o trabalho dos países-piloto na África. Agradecemos a Glenn Denning, Mi Hua, Patrick Milimo, Eileen Petit-Mshana e Salina Sanou por suas contribuições. O Projeto agradece a Lenora Suki e Tarik Yousef por seus esforços ajudando a conduzir as colaborações do Projeto na República Dominicana e no Iêmen respectivamente. Diversos funcionários da OMC, especialmente Rebecca Dodd, Jeanette de Putter e Sergio Spinaci, colaboraram com as atividades relacionadas à saúde no Iêmen.

Comentários sobre o relatório

Somos gratos pelos atenciosos comentários e sugestões recebidas de vários governos; agências, fundos e programas das Nações Unidas; organizações da sociedade civil; e indivíduos. Agradecemos aos governos dos seguintes países: Austrália, Bélgica, Canadá, Estados-membros do CARICOM, China, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Japão, Países Baixos, Nova Zelândia, Noruega, África do Sul, Espanha, Suíça, Tunísia, Reino Unido, Estados Unidos e dos membros da Comissão Européia por seus comentários.

O Projeto do Milênio das Nações Unidas beneficiou-se tremendamente de muitas consultas em grupo nas Nações Unidas e agradece a todos que participaram e organizaram estes eventos. Isto inclui reuniões com os embaixadores da União Africana, reunidos por Michel Kafando e Crispin Grey-Johnson; embaixadores da Comunidade do Caribe, reunidos por Christopher F. Hackett; embaixadores do Grupo do Fórum das Ilhas do Pacífico, reunidos por Ali'ioaiga Feturi Elisaia; embaixadores do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, reunidos por Marjatta Rasi; membros do Segundo Comitê da Assembléia Geral, reunidos por Marco Balarezo; e membros do Grupo dos 77 e da China, reunidos por Abdulaziz Al-Nasser. Agradecemos também aos delegados das Nações Unidas representantes dos Estados-membro da União Européia, reunidos por Koen Davidse.

Gostaríamos também de agradecer a Kanta Adhin, Javed Ahmad, Benjamin Allen, Ifzal Ali, Aasmund Andersen, William Andrianasolo, James Banda, Tony Banks, Pierre Belanger, Clements Bidonge, Kate Bird, Bineswaree (Aruna) Bolaky, Catherine Budgett-Meakin, Barbara Burungi, M. Bukuru, Eva Busza, Bernardo Cachaca, Wendy Caird, Joana Chamusca, Erin Chapman, Bill Christeson, Anthony Costello, Jacek Cukrowski, Susanne Dam-Hansen, Denis Daumerie, Rossana Dudziak, Zamira Eshmambetova, Marcos A Espinal, Udo Etukudo, Richard Feachem, Virgínia Floyd, Luc Franzoni, Dennis Garrity, Axumite Gebre-Egziabher, Adrienne Germain, Linda Ghanimé, Stefan Giljum, Genevieve Grabman, Peter Gustafsson, Toni Haapane, Lawrence Haddad, Ronnie Hall, Afaf Abu-Hasabo, Cecil Haverkamp, Ron

Heller, Karen Judd, Inge Kaul, Jeff Keenan, Augusta Khew, Shannon Kowalski-Morton, Hannu Kyröläinen, Robert Leigh, Jostein Leiro, Lim Li Lin, Jon Linden, Dermot Maher, James Manor, Mariam Mayet, Christine McNab, Lenni Montiel, Tadayuki Miyashita, Ronan Murphy, Adib Nehmeh, Norm Nicholson, Samantha Page, Erik Parsons, Joanna Patrick, Bob Perciasepe, Peter Piot, Rathi Ramanathan, Mary Robinson, Rick Rowden, Rabbi Royan, Domenico Siniscalco, Charlotte Hord Smith, William Smith, Jamil Sofi, Elsa Stamatopoulou, Carsten Staur, Thomas Theisohn, Adama Toe, John Tucker, Happy James Tumwebaze, Therese Turner-Jones, Andras Uthoff, Louisa Vinton, Rob Ward, Robert Watson, Patrick Webb, Diana Weil, Pêra Wells, Caron Whitakere e David Woollcombe. Agradecemos também à faculdade do Instituto para Estudos do Desenvolvimento, Sussex e à faculdade e aos alunos da Escola de Estudos Internacionais da Universidade de Denver por suas análises e comentários detalhados em versões anteriores.

Pelo trabalho de avaliação de necessidades, além dos membros da Forçatarefa, também agradecemos os comentários e sugestões de Tahgreed Adam, Walid Badawi, Christopher Banes, Stefano Bertozzi, Razina Bilgrami, Jonathan Campaign, Tamo Chattopadhyay, Mark Connolly, Ingrid Cyimana, Billy Cobbett, Joel Cohen, Chris Curtis, Ernest Darkoh, Don de Savigny, Richard Deckelbaum, Simon Ellis, Patrice Engle, David Evans, Katherine Floyd, Joe Flood, Tamara Fox, Linda Ghanime, Rainer Gross, Juan Pablo Gutierrez, Charlie Heaps, John Hendra, Mark Henderson, Andrew Hudson, Jose Hueb, Todd Johnson, Eileen Kennedy, Will Keogh, Zahia Khan, Chistoph Kurowski, Lilani Kumuranyake, Valerie Leach, Rolf Luyendijk, Pim van der Male, William McGreevey, Metsi Mekheta, Takaaki Miyaguchi, Cielo Morales, Maryam Niamir-Fuller, Elizabeth Anne Paxton, Vinod Paul, Kyoko Postill, David Redhouse, Sanjay Reddy, Harri Seppanen, Kavita Sethuraman, Manohar Sharma, Susmita Shekhar, Henri Smets, Lara Stabinski, John Stover, Daouda Toure, Juha Uitto, Meike van Ginneken, Netsanet Walelign, Jake Werksman, Edward Wilson, Meg Wirth e Aster Zaoude.

Apoio administrativo

Este relatório não poderia ser produzido sem o apoio administrativo incansável de Jennifer Copeland, Rosemary Estevez-Vidal, Hnin Hla Phyu e Ferima Traore do Secretariado do Projeto do Milênio das Nações Unidas; Lauren Canning-Luckenbach e Alan Lee do Escritório do Administrador do PNUD; e Ji Mi Choi, Deborah Creque, Heidi Kleedtke e Martha Synnott do Instituto da Terra da Universidade de Columbia. Dan Nienhauser do Instituto da Terra foi um defensor leal do Projeto, ajudando a dinamizar muitas de suas necessidades administrativas.

